

IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO:

Desafios Contemporâneos das
Sociedades Ibero-Americanas

De 23 a 27 de agosto de 2021

EVENTO ONLINE

ANAIIS DO EVENTO

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



Comissão Organizadora

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Marcelo Feldhaus	Diretor de Ensino de Graduação Representante da Pró-Reitoria Acadêmica Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Carlos Renato Carola	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Aurélia Regina de Souza Honorato	Coordenadora do Curso de Artes Visuais Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Bruno Dandolini Colombo	Curso de Educação Física Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Cibebe Beirith Figueiredo Freitas	Coordenadora Adjunta do curso de Letras Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Jeferson Luis Azeredo	Comissão de Divulgação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Lucene Cândido Magnus	Representante discente do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Vanessa Marcos Medeiros	Representante do Conselho Editorial Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Rafaela Ribeiro Pereira	Representante da Diretoria de Ensino de Graduação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Comissão Científica

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Graziela Fátima Giacomazzo	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Antonio Fernando Silveira Guerra	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Profª. Dra. Maria Teresa Santos Cunha	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Prof. Dr. José Antonio Mateo	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER (Argentina)
Profª. Dra. Ana Paula Vosne Martins	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Profª. Dra. Silvia Maria de Favero Arend	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Profª. Dra. Amalia Morales Villena	Universidad de Granada - Espanha
Profª. Dra. Maria Stephanou	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Denise Balarine Cavalheiro Leite	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Ana Sabrina Mora	Universidad Nacional La Plata - UNLP (CONICET) - Argentina
Profa. Dra. Patrícia Ferraz de Matos	Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Miguel Anxo Santos Rego	Universidade de Santiago de Compostela - Espanha
Prof. Dr. Agustín Escolano Benito	Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE) - Espanha
Prof. Dr. Alex Sander da Silva	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Prof. Dr. António Gomes Ferreira	Universidade de Coimbra - Portugal
Profª Dra. Patricia Paola Ames Ramello	Pontificia Universidad Católica del Perú - Peru
Profª Dra. Maria Luiza Rico Gómez	Instituto Universitario de Estudios Sociales da América Latina Universidade de Alicante - Espanha
Profª Dra. Maria João Mogarro	Instituto de Educação Universidade de Lisboa - Portugal

Grupos de Trabalho

Giani Rabelo e Ismael Gonçalves Alves

Finanças

Amalhene Baesso Reddig, Aurélia Regina de Souza Honorato e Maxuel Sander Flor

Cultura

Birgit Harter Marques e Matheus Zimmermann

Monitoria

Caroline Bortot, Jeferson Luis de Azeredo e Lucas Damásio

Comunicação e Divulgação

Lucene Cândido Magnus e Rafaela Ribeiro Pereira

Secretaria Geral

Leila Laís Gonçalves, Paulo Martins e Wender Firmino

Tecnologia

Carlos Renato Carola e Cibele Beirith Figueiredo Freitas

Apresentações de Pôsteres

Secretaria

Rafaela Ribeiro Pereira

Secretária da Diretoria de Ensino de Graduação
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Diagramação

Victor Burato

Designer

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



GT55

Juventudes e Educação

SUMÁRIO

CLIQUE E SEJA DIRECIONADA/O PARA O TRABALHO

- 8** **"O SMARTPHONE É UM MEIO DE COMUNICAÇÃO INTELIGENTE": EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO E CONEXÃO DAS JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS**
Dra. Luciane Pereira Viana
Dra. Saraí Patrícia Schmidt
- 16** **A CIDADE COMO PALCO DAS JUVENTUDES: OBSERVANDO JOVENS ESCOLARIZADOS EM PORTO ALEGRE (RS)**
Victor Hugo Nedel Oliveira
Andreia Mendes dos Santos
- 28** **ESCOLARIZAÇÃO E JUVENTUDES DE EJA**
Miriam Pires Corrêa de Lacerda
Victor Hugo Nedel Oliveira
Tatiana Prevedello
- 37** **INTERSECÇÕES ENTRE LITERATURA, MÍDIA E CONSUMO: PROJEÇÕES SOBRE OS JOVENS NO CONTEXTO EDUCACIONAL**
Tatiana Prevedello
Miriam Pires Corrêa de Lacerda
- 49** **JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS: POSSIBILIDADE DE SENTIDOS DE AUTORIDADE EM EDUCAÇÃO**
Jeferson Luis da Silva
Elmer Érico Link
Cleber Gibbon Ratto

58 O COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE VIDA NO ENSINO MÉDIO COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

Vanessa Souza Pereira
Edson Luiz Mendes

67 O CORPO E VIOLÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DAS INTERSUBJETIVIDADES JUVENIS NO ENSINO MÉDIO: NA LUTA POR RECONHECIMENTO.

Elmer Erico Link/
Jeferson da Silva
Cleber Gibbon Ratto

79 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS À INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

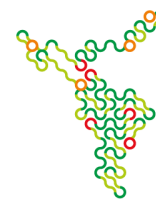
Ivana Aparecida Weissbach Moreira

92 RODA DE CONVERSA COM AS FAMÍLIAS: SAÚDE MENTAL NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

Ana Paula Felipe
Cláudia Cristina Martins Nascimento
Nataliê Andiará Be Cardoso

99 SUJEITOS À PRÓPRIA SORTE?! INDIVIDUAÇÃO E SITUAÇÃO DE RUA

Paulina dos Santos Gonçalves
Leandro Rogério Pinheiro



“O SMARTPHONE É UM MEIO DE COMUNICAÇÃO INTELIGENTE”: EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO E CONEXÃO DAS JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS

Dra. Luciane Pereira Viana¹
Dra. Saraí Patrícia Schmidt²

Resumo: As juventudes atuais já nasceram na Sociedade em Rede e, estão cientes que são e serão protagonistas de novas mudanças provocadas pelo smartphone. Na sua essência, o smartphone é um dispositivo de comunicação, contudo, qual a percepção dos jovens sobre suas experiências de comunicação com o smartphone? Este artigo tem como objetivo identificar as percepções de jovens da cidade de Novo Hamburgo-RS, a respeito da utilização do smartphone como forma de comunicação. Neste estudo utilizou-se a pesquisa descritiva, qualitativa, com abordagem etnográfica e entrevistas realizadas com jovens na cidade de Novo Hamburgo-RS entre 2015 e 2018. O referencial teórico conta com os autores Feixa, Pais, Castells, Canclini, Reguillo Cruz, entre outros. Os resultados apontam que os jovens incorporam distintos processos comunicacionais com o smartphone, entre eles aplicativos com respostas imediatas as mensagens recebidas, que usam texto, voz e vídeos, buscando mais interação e conexão. Além da questão da imediatez e da possibilidade de comunicação que rompe distâncias espaciais, observamos que, mesmo estando próximos, os jovens comunicam-se também utilizando o smartphone e por aplicativos de mensagens.

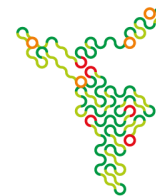
Palavras-chave: Juventudes. Smartphone. Comunicação. Experiências de Consumo. Conexão.

"SMARTPHONE IS AN INTELLIGENT MEANS OF COMMUNICATION": EXPERIENCES IN COMMUNICATION AND CONNECTION OF CONTEMPORARY YOUTH

Astract: Today's youth were born in the network society and are aware that they are and will be protagonists of new changes brought about by smartphones. In essence, the smartphone is a communication device, however, what is the perception of young people about their communication experiences with the smartphone? This article aims to identify the perceptions of young people in the city of Novo Hamburgo-RS regarding the use of smartphones as a form of communication. This study used descriptive, qualitative research with an ethnographic approach and interviews conducted with young people in the city of Novo Hamburgo-RS between 2015 and 2018. The theoretical framework includes the authors Feixa, Pais, Castells, Canclini, Reguillo Cruz, between others. The results show that young people incorporate different communication processes with the smartphone, including applications with immediate responses to received messages, which use text, voice and videos,

¹ Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade FEEVALE, Bolsista PROSUC/CAPES. Mestra em Processos e Manifestações Culturais. Administradora. Docente na Faculdade IENH – Novo Hamburgo/RS.

² Professora orientadora. Doutora em Educação e mestra na linha de pesquisa Estudos Culturais da UFRGS. Jornalista. Docente na Universidade FEEVALE – Novo Hamburgo/RS.



seeking more interaction and connection. In addition to the immediacy issue and the possibility of communication that breaks spatial distances, we observed that, even when young people are close, they also communicate using smartphones and messaging apps.

Keywords: Youths. Smartphone. Communication. Consumer Experiences. Connection.

Introdução

A afirmação que as juventudes³ atuais já nasceram na Sociedade em Rede⁴ e, estão cientes que são e serão protagonistas de novas mudanças provocadas pelo smartphone, revela-se como nosso fio condutor para a reflexão sobre os processos de interatividade e conexão que atravessam o cenário atual das práticas culturais juvenis. Principalmente, se avaliarmos que as tecnologias, a conectividade, a internet e o smartphone facilitaram o “estar em contato”, o acesso à informação e a comunicação.

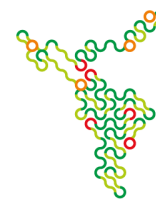
Para Reig e Vílchez (2013) o smartphone é uma espécie de quebra-cabeça, que de forma imediata e prática propicia múltiplas utilidades em qualquer momento e local. Na sua essência, o smartphone é um dispositivo de comunicação, contudo, ao contemplarmos as juventudes e seus smartphones percebemos quão complexa é esta interação, desta forma, buscamos neste artigo refletir: qual a percepção dos jovens sobre suas experiências de comunicação com o smartphone?

Assim, este artigo tem como objetivo identificar as percepções de jovens da cidade de Novo Hamburgo-RS, a respeito da utilização do smartphone como forma de comunicação. Este estudo apresenta resultados de uma pesquisa mais ampla que constituiu a tese de doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale, que tem o objetivo central compreender como se estabelecem as experiências de consumo do smartphone na juventude contemporânea brasileira, a fim de elencar de que forma a conexão impacta no processo de inclusão digital juvenil.

No percurso metodológico da tese utilizou-se a pesquisa descritiva, qualitativa, dividida em dois procedimentos: etnografia e *survey* (Prodanov e Freitas, 2009). A etnografia foi realizada entre

³ Usaremos Juventudes, pois concordamos com Velho (2006) que o correto é designar juventude no plural, no sentido de percebê-la como uma “categoria complexa e heterogênea”. Reguillo Cruz (2003, p.104, tradução nossa) complementa que “a juventude é uma categoria construída culturalmente, não se trata de uma ‘essência’ e, neste sentido, a mobilidade dos critérios que fixam os limites e os comportamentos juvenis, está necessariamente vinculada aos contextos sócio-históricos, produto das relações de força de determinada sociedade”.

⁴ Conforme Castells (2016, p. 12), a “sociedade em rede se constituiu como um sistema global, prenunciando a nova forma de globalização característica do nosso tempo. No entanto, embora tudo e todos no planeta sentissem os efeitos daquela nova estrutura social, as redes globais incluíam algumas pessoas e territórios e excluía outros, induzindo, assim, uma geografia de desigualdade social, econômica e tecnológica”.



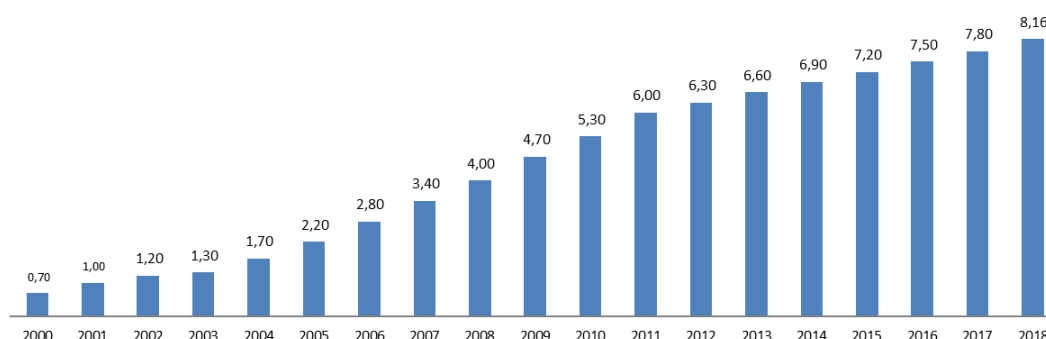
2015 e 2018 (32 saídas de campo, 273 imagens). O questionário (*survey*) foi aplicado com jovens, pertencentes às “camadas médias urbanas” (Velho, 1988), na cidade de Novo Hamburgo-RS em 2018, foram 145 respostas. A pergunta realizada aos jovens foi: “O que significa o smartphone na tua vida?”. Para esse artigo analisamos somente as 131 menções relacionadas a comunicação.

O referencial teórico busca discutir questões sobre o consumo do smartphone e as culturas juvenis e, conta com os autores Feixa, Pais, Castells, Canclini, Reguillo Cruz, entre outros. Por fim, optou-se pela análise de conteúdo, segundo Bardin (2004), sendo obedecidas as seguintes fases: a) pré-análise com preparação do material com a escolha dos relatos para compor o artigo; b) exploração do material, com definição das categorias: comunicação e conexão; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Este artigo está dividido em três seções, sendo a primeira essa introdução, a segunda o referencial teórico e resultados, por fim, a terceira seção apresenta as considerações finais.

Culturas Juvenis, Smartphones e Comunicação

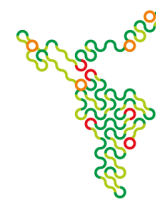
Conforme Teleco (2021) e GSMA (2020), o mundo atingiu 8,2 bilhões de celulares (soma da quantidade de celulares e smartphones), com 108 acessos por cem habitantes em 2018 (Gráfico 1). Sendo que o consumo de telefones celulares teve um crescimento de 205% nos últimos dez anos (2008 a 2018). Segundo a GSMA (2020) estima-se que em 2025 tenhamos 8,8 bilhões de aparelhos com cartão SIM⁵, com 107% de penetração mundial.

Gráfico 1 - Quantidade de celulares no mundo: 2000 a 2018 (em bilhões de aparelhos)



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados TELECO (2021).

⁵ SIM - Módulo de Identificação de Assinante.



No Brasil atingiu-se 234 milhões de aparelhos em 2020, 110 acessos por cem habitantes (TELECO, 2021). No entanto, é errado supor que todas as pessoas do Brasil e do mundo possuam um celular, porque há uma diferença entre um “assinante móvel exclusivo” (indivíduo que se inscreveu em um serviço móvel) e o número de conexões móveis (cartão SIM), pois algumas pessoas possuem vários cartões SIM, geralmente de diferentes operadoras para aproveitar as melhores tarifas em uma determinada situação, conforme a GSMA Intelligence (2014).

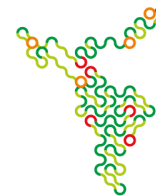
De tal modo, segundo a GSMA (2020) estima-se que 5,2 bilhões de pessoas atualmente sejam assinantes móveis, o que representa apenas 67% da população global. Tem-se previsão de que haverá 5,7 bilhões (70% da população global) de assinantes até 2025, um número ainda significativo de brecha digital⁶. Contudo, em virtude do aumento expressivo da quantidade de celulares nos últimos anos apresentado no Gráfico 1, observamos que o smartphone tornou-se uma prática de consumo⁷ de grande valor simbólico nas juventudes. Para Oliveira et al. (2018, p. 320) os smartphones estão muito presentes no cotidiano das juventudes contemporâneas “[...] os quais ali põem ao vivo suas visões da vida e do mundo”.

Conforme Winocur (2009), mesmo que as realidades de cada jovem seja heterogênea, a tecnologia proporciona uma nova relação das juventudes com a cultura global. Assim, na medida que os celulares se tornam mais inteligentes (*smarts*) e os serviços ficaram mais abrangentes, principalmente no que diz respeito ao aumento de funcionalidades, “a telefonia móvel, utilizada na função ‘fazer e receber ligação’, adquire o ‘status’ de telecomunicação móvel, abrangendo várias formas de interação, informação e comunicação” (Viana, 2020, p. 72).

Para Silveira (2011) e Winocur (2009) o acesso à internet potencializa a comunicação entre os jovens. “A comunicação digital está no núcleo de sua vida cotidiana” (Canclini, 2021, p. 36 – tradução nossa). Na nossa pesquisa a palavra “comunicação” teve 131 menções; foi a palavra mais citada pelos jovens em toda a pesquisa. Alguns exemplos :

⁶ Outro fator de relevância a observar é o conceito de brecha digital, que segundo Castells et al. (2006) consiste em uma divisão digital com diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, zona rural e urbana, acesso a conexão de internet e móvel, classe social, entre outros fatores. Já para a ONU (2011, p.17, tradução nossa) “o termo ‘brecha digital’ refere-se à lacuna entre pessoas com acesso efetivo a tecnologias digitais e de informação, em particular a Internet, e aquelas com acesso muito limitado ou sem acesso algum

⁷ Para Bauman (2008, p. 126) a vida de consumo “não se refere à aquisição e posse. Tampouco tem a ver com se livrar do que foi adquirido antontem e exibido com orgulho no dia seguinte”. Rocha e Pereira (2009, p. 76) complementam que “o consumo estrutura valores e práticas sociais: regula relações sociais, interfere nos aspectos culturais, constrói identidades”.



Jovem⁸: “Com o consumo do smartphone a sociedade adquiriu uma forma mais avançada para se comunicar, amplitude maior em desenvolver novas amizades, já que podemos estar conectado a diversas pessoas com diferentes app”.

Jovem “Smartphone significa acessibilidade fácil e comunicação em tempo real com qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo”.

Jovem: “Significa comunicar-me, atualizar-me em tempo real”.

No tocante a este ponto da questão imediatez relacionada à comunicação e da possibilidade de comunicação que rompe distâncias espaciais, Pais (2016) descreve que para os jovens ter o smartphone no bolso significa “ter o mundo no bolso”. Além disso, alguns jovens comentaram sobre o uso de mais de um formato de comunicação (mensagens e ligações) quando necessita de rapidez na interação e otimização do tempo:

Jovem: “Quando quero muito falar com uma pessoa, geralmente chamo no Whats, se a pessoa não responde de imediato ou um pouco depois, ligo”.

Jovem: “O smartphone significa um canal de comunicação contemporâneo, pois a maioria das pessoas encontraram neste aparelho uma maneira de se comunicar individualmente ou em grupos de forma rápida para otimizar seu tempo”.

E, sobretudo, entendemos que é necessário evitar o clichê do “declínio social” e do “isolamento social” dos jovens com o uso do smartphone, como alertam os autores

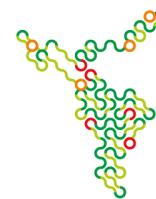
interpretou-se com frequência o universo consumista como um agente de fragmentação da sociedade que gera o narcisismo, que separa os indivíduos uns dos outros. E, hoje, a internet apenas amplificaria esse processo. Mas é um narcisismo paradoxal que se manifesta, a tal ponto ele se mostra dependente da relação com os outros. Enquanto se desenvolvem os videogames e as comunicações virtuais, os indivíduos têm cada vez mais o gosto de sair à noite, vão à casa de amigos, ao restaurante, participam de festivais e de festas. O indivíduo hipermoderno não quer apenas o virtual, ele plebiscita o “live”. É inexato assimilar a vida hiperindividualizada ao *cocooning*, ao fechar-se em si. Finalmente, quanto mais ferramentas de comunicação virtual existem, quanto mais telas high-tech, mais os indivíduos procuram se encontrar, ver gente, sentir uma ambiência (LIPOVETSKY E SERROY, 2015, p. 406, grifos dos autores).

Separamos duas respostas da nossa pesquisa que exemplificam esta questão, os jovens citam que o smartphone auxiliou na inclusão de novos fluxos de comunicação e na socialização, ao invés de favorecer o “declínio social”:

Jovem: “Se tornou nosso meio de comunicação. Pelo fato de quase tudo se resolver por ele, seja trabalho, relacionamento, encontros, conversas. Muitas pessoas deixam de se comunicar verbalmente por achar difícil se expor sendo que no celular se torna mais fácil”.

Jovem: “Meio de comunicação, informação, socialização”.

⁸ Em nossa pesquisa não solicitamos os nomes dos respondentes, somente a idade, seguindo como base o Estatuto da Juventude Brasileiro (2013) que define como jovens as pessoas com idade de 15 a 29 anos e o Estatuto do Idoso (2003) que define idoso às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, portanto, as pessoas de 30 a 59 anos são intituladas adultos e menores de 15 são crianças.



Observamos que os smartphones tiveram um papel importante nas novas formas de comunicação e convivência das juventudes. Neste contexto, vale ressaltar que estes jovens podem ampliar suas redes de informação e comunicação, Castells et al. (2006, p. 264, tradução nossa) destacam que:

a popularização do telefone celular reforça e amplia as redes de jovens já existentes e as leva a um nível mais elevado de sociabilidade em rede, onde a interação cara-a-cara é igual à comunicação pelo celular, e quando se está fazendo parte de “uma comunidade íntima em tempo integral”.

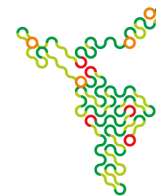
Outro fator relevante é que a expansão da conectividade móvel propicia um entrelaçamento entre as fronteiras da produção e consumo, do trabalho e lazer, pessoal e profissional (Canclini, 2021). E, como cita Feixa (2021) a juventude atual também combina sua rotina entre o “hiperdigitalismo” e ao mesmo tempo, com momentos de desconexão, ou seja, fato que reforça a diversidade social e cultural da categoria “juventudes” e do universo das “culturas juvenis” (FEIXA, 1999; PAIS, 2003; REGUILLO CRUZ, 2003).

Considerações finais

Este artigo apresentou alguns apontamentos sobre a relação entre comunicação e juventudes. Teve como foco identificar as percepções de jovens da cidade de Novo Hamburgo-RS, a respeito da utilização do smartphone como forma de comunicação. A pergunta realizada aos jovens foi: “O que significa o smartphone na tua vida?”, para esse artigo foram analisadas as 131 menções sobre comunicação, do questionário aplicado com jovens, pertencentes às “camadas médias urbanas”, na cidade de Novo Hamburgo-RS em 2018.

Os resultados apontam que os jovens incorporam distintos processos comunicacionais com o smartphone, entre eles aplicativos com respostas imediatas as mensagens recebidas, que usam texto, voz e vídeos, buscando mais interação e conexão. Além da questão da imediatez, agilidade e da possibilidade de comunicação que rompe distâncias espaciais, observamos que, mesmo estando próximos, os jovens comunicam-se também utilizando o smartphone e por aplicativos de mensagens.

Também é perceptível, como diz a resposta do jovem que inspirou o título deste artigo: “*O celular na minha vida é um instrumento importante, meio de comunicação. É um meio de comunicação inteligente*”, que a tecnologia é um fator importante na interação e nos processos de



inclusão digital dos jovens. Assim, acredita-se que a experiência digital será cada vez mais imersiva, interativa e personalizada, conforme a brecha digital tenha diminuído.

E, como sugestão de pesquisas futuras, aponta-se justamente esta questão, que possam ser realizadas entrevistas e/ ou pesquisas para identificar como a inclusão/ exclusão digital impactou no cotidiano e nas experiências de consumo das juventudes durante a pandemia COVID19. Visto que, a pandemia apresentou inúmeros desafios que são constantemente destacados nas mídias e vivenciados pela população mundial.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. **LEI Nº 10.741**, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 02 Set. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 12.852**, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm>. Acesso em: 02 Set. 2021.

CANCLINI, N. G. Cidades e redes: os jovens mudam a conversa. **Problèmes d'Amérique latine**. N.105, 2021, pp. 29 a 42. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-problemes-d-amerique-latine-2021-0-page-29.htm>. Acesso em: 02 Set. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** (A era da informação: economia, sociedade e cultura). 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2016.

CASTELLS, M.; et al. **Comunicación móvil y sociedad una perspectiva global**. Barcelona: Ariel, 2006.

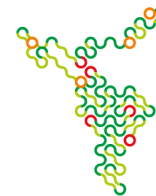
FEIXA, C. P. **De jóvenes, bandas y tribus**. Barcelona: Ariel, 1999.

_____. Generación blockchain: movimientos juveniles en la era de la web semántica. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 2021, 19(1), 1-20. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11600/rllcsnj.19.1.4584>. Acesso em: 02 Set. 2021.

GSMA LATIN AMERICA. eWaste na América Latina. **GSMA Latin America**, 2014. Disponível em: <https://www.gsma.com/latinamerica>. Acesso em: 02 Set. 2021.

GSMA LATIN AMERICA. **The Mobile Economy Latin America 2020**. [S.l.]. 2020.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.



ONU. **Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development**, p. 22, 2011. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf>. Acesso em: 02 Set. 2021.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2003.

_____. **Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro**. 4 ed. [S.l.]: Edições Machado, 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

OLIVEIRA, V. H. N. et al. Culturas juvenis e temas sensíveis ao contemporâneo: uma entrevista com Carles Feixa Pampols. **Educar em Revista**, v. 34, n. 70, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/58145>. Acesso em: 02 Set. 2021.

REGUILLO CRUZ, R. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. **Revista Brasileira de Educação**, p. 103-118, Maio-Ago. 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27502308>. Acesso em: 02 Set. 2021.

REIG, D.; VÍLCHEZ, L. F. **Los jóvenes en la era de la hiperconectividad: tendencias, claves y miradas**. Madrid: Fundación Telefónica y Fundación Encuentro, 2013.

ROCHA, E.; PEREIRA, C. **Juventude e Consumo: um estudo sobre a comunicação na cultura contemporânea**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SILVEIRA, S. A. Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias. In: BONILLA, M.; PRETTO, N. **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador/BA: EDUFBA, 2011. p. 49-59.

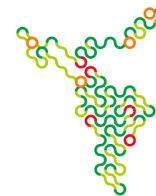
TELECO. **Telefonia Celular**. Disponível em: <http://www.teleco.com.br>. Acesso em: 12 Ago. 2021.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia das sociedades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 192-200.

VIANA, L. P. “Quando menos percebemos estamos ali conectados”: estudo sobre as práticas cotidianas do uso do smartphone de jovens universitários. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 70–78, 2020. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/104>. Acesso em: 2 set. 2021.

WINOCUR, R. **Robinson Crusoe ya tiene celular**. México: Siglo XXI, 2009.



A CIDADE COMO PALCO DAS JUVENTUDES: OBSERVANDO JOVENS ESCOLARIZADOS EM PORTO ALEGRE (RS)

Victor Hugo Nedel Oliveira¹
Andreia Mendes dos Santos²

Resumo: As juventudes contemporâneas se manifestam em suas diversas maneiras de ser e a cidade é uma possibilidade de palco dessas vivências. A presente pesquisa buscou analisar vivências urbanas de jovens escolarizados na cidade de Porto Alegre. Para tanto, aplicou-se a convergência de duas metodologias: as Deambulações Sociológicas (observações em campo) e os Diários de Itinerância (registros das observações). A atividade foi realizada nos três espaços mais citados nas etapas anteriores da pesquisa: Casa de Cultura Mário Quintana, Parque Farroupilha e Orla do Guaíba. Como resultados, verifica-se que os três locais são espaços da cidade de marcas juvenis, pois os jovens os apropriam de maneira particular. Na Casa de Cultura, com a sua arquitetura e sua musicalidade, é um local juvenil, e o movimento se faz entorno das fotografias. A Orla do Guaíba se apresenta como um espaço cinestésico: em sua extensão há movimentações com os corpos: caminhadas, pedaladas e uso de patinetes elétricos. No Parque Farroupilha fica ressaltado o fluxo dos sujeitos jovens, pois circulam pelo Arco e pelo chafariz. Há um contraste no número de frequentadores: enquanto nos dias úteis, a falta de movimento acarreta em um sentimento de insegurança, aos finais de semana, percebe-se um aumento na circulação. Considera-se que os jovens vivenciam os espaços urbanos deambulados: desde a prática do lazer até em seus fluxos cotidianos. O jovem é um importante observador e construtor de sua cidade.

Palavras-chave: Juventudes. Jovens. Cidade. Porto Alegre. Deambulações sociológicas.

The city as a stage for youth: watching schooled young people in Porto Alegre (RS)

Astract: Contemporary youth manifest themselves in their different ways of being and the city is a possibility to stage these experiences. This research aimed to analyze the urban experiences of young people educated in the city of Porto Alegre. For this purpose, the convergence of two methodologies was applied: Sociological Deambulations (field observations) and Roaming Diaries (records of observations). The activity was carried out in the three spaces most mentioned in the previous stages of the research: Casa de Cultura Mário Quintana, Parque Farroupilha and Orla do Guaíba. As a result, it appears that the three locations are spaces of the city of youth brands, as young people appropriate them in a particular way. At the Casa de Cultura, with its architecture and musicality, it is a place of

¹ Doutor e Pós-Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto e Pesquisador do Departamento de Humanidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: victor.juventudes@gmail.com

² Psicóloga, Mestra, Doutora e Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: andreia.mendes@puers.br



youth, and the movement takes place around the photographs. The Orla do Guaíba presents itself as a kinesthetic space: in its extension there are movements with the bodies: walking, cycling and the use of electric scooters. In Farroupilha Park, the flow of young people is highlighted, as they circulate through the Arch and the fountain. There is a contrast in the number of attendees: while on weekdays, the lack of movement leads to a feeling of insecurity, on weekends there is an increase in circulation. It is considered that young people experience walking urban spaces: from the practice of leisure to their daily flows. The young man is an important observer and builder of his city.

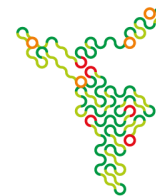
Keywords: Youths. Youngs. City. Porto Alegre. Sociological wanderings.

Para início de conversa... As vivências juvenis em Porto Alegre

Entre um gole de chimarrão, uma caminhada na Orla do Guaíba, passos de dança na Casa de Cultura Mário Quintana, encontros com amigos no Parque Farroupilha, *selfies* e *dates* (encontros românticos) por espaços da cidade, passeios nos shoppings e vivenciando as instituições escolares, os jovens urbanos de Porto Alegre marcam os espaços urbanos com suas vivências de ser jovem na capital gaúcha.

A cidade de Porto Alegre localizada no estado do Rio Grande do Sul, e integrante do território brasileiro, é considerada capital daquele. Traçando um panorama geográfico, às margens da capital abordada encontra-se o Lago Guaíba, que possibilita a importação e exportação de produtos para Porto Alegre através do Cais do Porto. Localizado na zona central, é perto dele que tem início a Orla do Guaíba sendo direcionada até a zona sul da cidade, com seus diversos pontos nomeados, como Orla do Gasômetro, Orla da Assunção ou Orla de Ipanema. Sendo nomeado ou pelos prédios culturais perto do local ou pelos bairros. Em Porto Alegre, encontra-se variados locais de cultura ou lazer, sendo públicos ou privados. Há presença fortemente de museus como o MARGS, Iberê Camargo, Museu de ciências e tecnologias da PUCRS, entre outros. Também há momentos culturais como a Feira do Livro e a Bienal, e recentemente os locais abertos estão sendo ocupados para eventos populares. Os espaços de lazer combinam com o hábito de frequentar praças como momento de lazer nos finais de semana, sendo os mais conhecidos: Parque Marinha do Brasil, Parque Farroupilha (ou Redenção) e o Parque Germânia. No setor do comércio encontra-se locais privados como shoppings, as lojas nos bairros comerciais, por exemplo o Centro da cidade. E há também as feiras em zonas de lazer, sendo vendidos artefatos ou alimentos.

A cidade de Porto Alegre também é conhecida pela rivalidade entre os times de futebol, cabendo nela os Estádios do Sport Clube Internacional e do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense,



localizados em zonas distantes entre si. Sendo conhecidos como Beira-Rio ou Arena, respectivamente. Visto o cenário, assume-se que a cidade de Porto Alegre permite diversas relações, como as sociais das quais podem servir para um passeio por lazer, cultural ou para fazer compras. Logo, entende-se que a partir destas relações forma-se o sujeito na cidade, podendo considerar a cidade de Porto Alegre como um lugar, conceito definido por Santos (1997) como espaço de identidade.

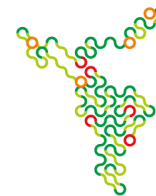
Desta maneira, assume-se que diante de um espaço que permite a formação de identidade, os jovens portoalegrenses vivenciam suas juventudes nas suas subjetividades, percorrendo por espaços urbanos favoritos e de rotina. É preciso estar atento nos detalhes, e nas marcas que deixam na cidade com as suas maneiras de ser jovem.

Algumas referências deste estudo com as juventudes

Conforme o IBGE (2010), os jovens fazem parte da faixa etária entre 15 e 29 anos. Assim, há de se perceber que há uma pluralidade entre eles, apesar de terem características próprias. Logo, é preciso entender que juventude não é apenas um momento de transição entre infância e adultos.

Entretanto, é preciso estabelecer que há diferença entre estudar jovens e adolescentes, sendo que cabe aos pesquisadores das juventudes entender as culturas juvenis, suas relações consigo e com os demais, além dos seus espaços de pertencimento. Segundo Wulff (1995) os estudos da adolescência se preocupam em corpos e mentes, enquanto o estudo da juventude enfatiza o aqui e agora das experiências do jovem, para entender a formação de seus mundos. Nisto, entende-se que há diversidade entre os jovens, Pais (2001) reivindica a necessidade de entender que há a pluralidade entre os jovens, justamente pela diversidade entre as suas culturas neste segmento social. Visto isso, é importante salientar que a diversidade também afeta as relações sociais pelos jovens, e sua maneira de entender o seu mundo, assim sendo, de que maneira se posicionam diante de situações, identidades e locais. Pais (2003) afirma que os jovens são diversos entre si. Logo, não é possível homogeneizar os jovens em busca de uma padronização, visto que há suas particularidades, principalmente em relações cotidianas.

As juventudes são encontradas por toda a parte, seja em um espaço educativo ou em um local não formal de aprendizagem, como os espaços de uma cidade. Há o debate sobre essa apropriação das juventudes com os locais que convivem. Como expressam Borelli e Rocha (2008): “com



“rodinhas nos pés”, tomam conta da cidade como um todo ou dos bairros das regiões em que vivem, numa circulação transversal e desordenada, que explode os limites da espacialidade urbana e, por vezes, do próprio pertencimento social” (p.23).

Carrano (2003) também se situa no debate sobre a função da cidade, e como os jovens se apropriam dela. Para ele, a cidade também funciona como um local de aprendizados visto que possibilita relações e práticas socioeducativas. Como o autor afirma: “as práticas sociais que ocorrem nas cidades incorporam-se ao conceito de educação, uma vez que compreendem em suas dinâmicas culturais, a formação de valores e a troca de saberes” (p.20). Assim, o autor entende que a educação cabe além do espaço escolar, podendo ser a cidade, a qual possibilita que os jovens façam parte dela, para ensinar ou aprender.

Metodologia

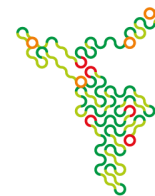
A metodologia utilizada foi a união de dois métodos, sendo as Deambulações Sociológicas (PAIS, 2015) para observações em campo e os Diários de Itinerância (BARBIER, 2007), para os registros das observações.

Assim sendo, através da proposta metodológica das Deambulações Sociológicas (PAIS, 2015) o pesquisador se coloca num espaço desejado, e é preciso que esteja atento para observar a sociologia do cotidiano. Logo, é proposto que o pesquisador observe através do olhar sociológico as relações no espaço deambulado, inclusive os silêncios. Assim, como um viajante flaner, há de perambular sobre o local deixando-se levar pelos sentidos e sensações que estão ocorrendo no espaço deambulado.

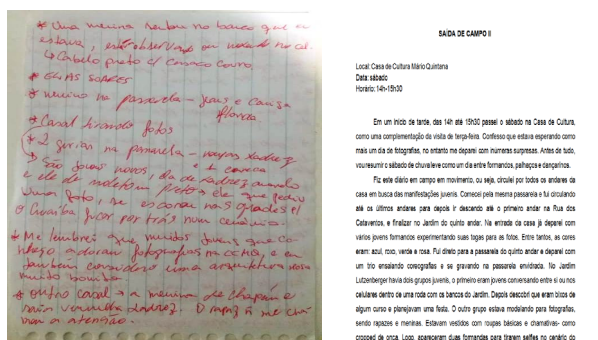
Num complemento, para as anotações do pesquisador usou-se o método do diário de itinerância. Proposto por (BARBIER, 2007) como um bloco de apontamentos para que o pesquisador anote tudo o que sente vontade diante da experiência concreta. Assim, como método de pesquisa, anota-se os pensamentos e sentimentos demonstrando a intimidade com o seu redor.

O diário compõe-se de três fases:

- a) Diário rascunho: escreve o que pensa ser importante.
- b) Diário elaborado: acréscimo ou retirada de fragmentos; texto trabalhado;
- c) Diário socializado: compartilhado para leitura;



Figuras 1 e 2 – Diário Rascunho e Diário Elaborado



Fonte: os autores (2021)

Os espaços foram deambulados em dois momentos: em dias úteis e finais de semana como forma de comparação. Foram realizadas seis deambulações no período de 4 a 15 de junho de 2019.

A atividade foi realizada nos três espaços mais citados nas etapas anteriores da pesquisa (questionário e carta ao visitante): Casa de Cultura Mário Quintana, Parque Farroupilha e Orla do Guaíba.

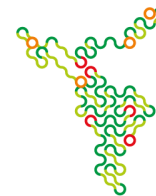
Figura 3 – Imagem de satélite dos locais deambulados



Fonte: Google Maps (2019). Organização: os autores (2021)

Os jovens observadores e construtores da sua cidade

Como apontado acima no referencial teórico, Borelli e Rocha (2008) e Carrano (2003) trazem importantes considerações sobre as relações entre os jovens e a cidade. Ao compreendermos que em uma relação favorável para ambos, há processos de “crescimento” para as juventudes que percorrem o espaço urbano, e também a cidade se permite às marcas que os jovens deixam.



Assim sendo, as juventudes fazem parte da cidade e a vivenciam através de suas subjetividades, sendo nas atitudes, na escolha de quais espaços urbanos frequentar, mas principalmente na circulação do território. Sublinha-se que com um olhar atento e com ouvidos dispostos a ouvir as vozes e os passos jovens, além de permitir que a voz juvenil ecoe, percebe-se detalhes nas vivências pelo espaço urbano.

É preciso considerar que o jovem constrói a cidade com as suas vivências, permitindo novas festas em espaços antes não ocupados, ou dando à locais urbanos a consideração de ser um espaço dos jovens da cidade. Além disso, a formação cultural e econômica também se transforma a partir deles. Entretanto, enquanto o urbano se transforma, e as relações sociais vão acontecendo – sendo inclusive por silêncios e momentos de solidão- há os olhares atentos dos jovens acerca do seu redor. Desta maneira, afirma-se que o jovem é observador e construtor da sua cidade, visto que ele repara nas atitudes de todas as idades, dentro de casas e ruas, inclusive de outros jovens. E mais, ele é um agente capaz de mudanças a partir do que deseja, sendo na sua própria cidade ou escala global.

Casa de Cultura Mário Quintana

A Casa de Cultura é um espaço cultural na cidade de Porto Alegre, que antigamente fora o Hotel Majestic. Localiza-se no Centro Histórico, perto de bares e restaurantes. A sua arquitetura é de um tom rosado, com passarelas entre os dois blocos da estrutura, e sete andares. A Arte percorre por todos os andares, e se manifesta em suas diversas expressões. No térreo, há o cinema. E há exposições de pinturas, fotografias e esculturas pelo interior da Casa. Além do Jardim Lutzemberger no quinto andar, com uma decoração e jardinagem diferenciada.

Figuras 4 e 5 – Casa de Cultura Mário Quintana



Fonte: Google Imagens (2019). Organização: os autores (2021).



É um espaço de circulação juvenil, sendo marcado por estes sujeitos. Desta maneira, afirma-se que há o movimento de jovens pela Casa nos espaços internos, e com uma pluralidade de manifestações artísticas, além da diversidade entre os jovens frequentadores. As marcas juvenis nesse espaço, ou seja, a ocupação dele por parte dos jovens se realiza através de momentos de lazer, momentos de estudo ou ensaios artísticos.

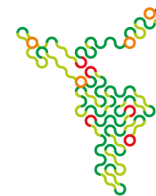
Nos dias úteis, a fotografia se faz presente por todos os cantos da Casa. Entre *selfies* e fotos da arquitetura do prédio, a juventude se manifesta no espaço urbano. Ressaltaram-se as passarelas e o Jardim Lutzemberger como os locais preferidos para realizarem as fotografias. Na passarela que permite a vista para o Lago Guaíba, muitas *selfies* e fotografias são realizadas com o cenário do pôr-do sol, ou apenas do Guaíba como pano de fundo. No Jardim Lutzemberger, os jovens tiram *selfies* coletivas, como forma de registrar a confraternização do dia. Entretanto, nesses espaços também são tiradas fotografias posadas, ou seja, com poses no intuito de ter uma foto perfeita. A Casa de Cultura é um local muito freqüentado para tirar fotos profissionais, desde ensaios de modelos até book de quinze anos.

No final de semana, os encontros juvenis vão para além das fotografias. Repara-se que a ocupação do espaço passa a ter outro ideal, não apenas de servir como local para lazer. A expressão artística, que se torna notável entre os grupos juvenis, é a dança. Entre diversos coletivos dançantes espalhados pela Casa de Cultura, repara-se diversidade entre os estilos musicais e as coreografias dos grupos. Entretanto, há majoritariamente músicas em outras línguas, como principalmente o inglês. Na Casa, em andares específicos há espaços para que os freqüentadores ensaiem seus passos de danças, sendo ocupados pelos jovens com seus coletivos dançarinos, apenas por diversão ou ensaios para apresentações. Outro ponto interessante é que em eventos festivos, como carnaval, ou apresentações grupais pela rua- mas que circulam perto da Casa de Cultura- a dança acontece através de marchinhas e sem passos ensaiados, mas com um aglomerado juvenil.

Quadro 1 – Deambulações Casa de Cultura Mário Quintana

	Dias úteis	Final de semana
Fotografias (selfies e área do espaço urbano)	Sim	Sim
Movimentação Juvenil	Circulação entre passarelas e JardimLutzemberger	Fixos em ensaios de dança ou estudando/ leitura
Circulação Juvenil	Intensa	Intensa

Organização: os autores (2021).



Sobre as juventudes contemporâneas que marcam a Casa de Cultura Mário Quintana, repara-se na diversidade entre eles. Existem e resistem com cabelos coloridos, cabeças raspadas por máquina- carecas ou com desenhos, piercings pelo rosto e tatuagens. Assim como há jovens sem esses detalhes na estética. O vestuário é interessante, porque demonstra um padrão na moda, visto que, majoritariamente, há o uso de jaquetas de couro ou jeans. Entretanto, sublinha-se que nesse espaço urbano a branquitude é notável, visto que poucos jovens negros frequentam, quando comparados ao número de jovens brancos. Outro detalhe sobre a diversidade do público juvenil, é que há diferentes gêneros e sexualidades. Assim, nota-se que nesse espaço a comunidade juvenil LGBTQ+ se sente confortável de frequentar, tendo como local para encontros românticos ou apenas de vivenciar com os amigos.

Reparou-se que a relação cultural dos jovens com a Casa de Cultura Mário Quintana se faz de maneira mais intensa nos espaços dentro da Casa demarcados por eles, sendo nas passarelas realizando leituras, ou nas mesas estudando. Além de seus pontos de convivência e danças. Entretanto, é importante observar que os espaços com fotografias e pinturas são vazios, havendo pouca circulação juvenil observando outras artes que a CCMQ (como é conhecido entre os jovens) permite, principalmente nos últimos andares.

Orla do Guaíba- Usina do Gasômetro

A Orla do Gasômetro é um espaço cinestésico, ou seja, um local que ocorre inúmeras movimentações do corpo, inclusive cabendo para todas as gerações que se encontram ali. Em especial sobre as juventudes, a Orla é um espaço urbano para realizar atividades físicas ou para ficar confortável num momento de lazer com amigos ou parceiros românticos.

Figura 6 – Orla do Guaíba



Fonte: Google Imagens (2019). Organização: os autores (2021).



Acerca do movimento corporal, reparou-se que as atividades físicas que ocorrem de maneira intensa são através de instrumentos materiais. Assim sendo, há fortemente a presença de jovens andando de skates ou bicicletas. Ao lado da antiga estrutura da Usina do Gasômetro, jovens- em sua maioria homens- montam uma pista de skate com os bancos da praça para servirem como obstáculos. E assim, através de manobras no skate e bate-papo eles vivenciam o pequeno território nos dias úteis e finais de semana. Nessa parte da Orla já ficou marcado como o ponto dos skatistas, mas eles também circulam pela orla inteira entre outros jovens. E acerca da bicicleta, vê-se jovens pedalando pela Orla inteira em qualquer momento do dia, e independente dos dias. O interessante é que a movimentação aumenta na tardezinha no início do pôr-do-sol, principalmente nos finais de semana, se tornando um espaço juvenil, mas com convivência de famílias no espaço urbano.

Com a avenida principal fechada, e uma intensa circulação juvenil nos espaços da Orla, o final de semana em Porto Alegre passa a ser também um momento de frequentar a Orla do Guaíba, se tornando local de encontro de amigos, sendo assim, um espaço juvenil- com todas as maneiras de ser jovem. E eles se procuram uns aos outros, conhecem novos amigos, e fazem sua marca no local com músicas e a ocupação do lugar. Reparou-se que ocorre o uso de aplicativos de aluguel de patinete elétrico e bicicletas através dos celulares. Assim, circulam através de rodas e caminhadas.

Quadro 2 – Deambulações Orla do Guaíba

	Dias úteis	Final de semana
Fotografias (selfies e área do espaço urbano)	Sim	Sim
Movimentação Juvenil	Skatistas perto da Usina do Gasômetro; Bicicletas e caminhadas;	Uso de patinetes elétricos e bicicletas por aluguel; Fixos nas escadarias;
Circulação Juvenil	Média	Intensa

Organização: os autores (2021).

Há uma relação interessante nas escadarias da Orla. É ali onde ficam os jovens, ou perto do Guaíba nos bancos de madeira. Entretanto, nas escadarias se encontram sentados e conversando, mas também repara-se um contraste social, havendo uma divisão de classes sociais, visto que nas escadarias repara-se em jovens com sacolas de mercados ao redor enquanto nos bares há jovens também, mas consumindo alimentícios e bebidas com um valor acima dos mercados. Logo, há diferenças econômicas entre ficar nas escadarias ou nos bares. No final da tarde, o consumo de

bebidas alcoólicas ocorre de maneira intensa, variando entre todos os tipos de líquidos. E começam as caixas de som, com as danças, e aumentando o número de jovens presentes no espaço.

Parque Farroupilha (Redenção)

O Parque Farroupilha também é espaço juvenil, com intensa circulação de jovens- inclusive, no sentido literal, pois ficam caminhando de ponta a ponta do parque. Desta maneira, através de grupos vivenciam a Redenção ou Redença – como nomeado pelos jovens.

Figura 7 – Parque Farroupilha



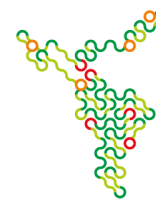
Fonte: Google Imagens (2019). Organização: os autores (2021).

É importante colocar que esse fluxo se faz diferente entre os dias úteis e o final de semana. Pois, o parque fica vazio em dias de semana, principalmente devido a sensação de insegurança, visto que ocorre assaltos. Entretanto, nos finais de semana, o espaço se transforma. Jovens aparecem por todos os cantos, através de todas as ruas, chegando com ônibus, a pé, de carro ou bicicletas. O parque se transforma num espaço urbano de esportes ou lazer, com semelhanças ao que ocorre na Orla do Guaíba. Há o uso de bicicletas e patinetes, além das caminhadas. E também há formação de grupos sentados na grama do parque.

Quadro 3 – Deambulações Parque Farroupilha

	Dias úteis	Final de semana
Fotografias (selfies e área do espaço urbano)	Sim	Sim
Movimentação Juvenil	Coletivos sentados ou movimento do corpo;	Coletivos sentados ou movimento do corpo;
Circulação Juvenil	Fraca	Intensa

Organização: os autores (2021).



Desde o início da tarde ocorre um intenso consumo de bebidas alcoólicas e alimentícios entre inúmeros coletivos de jovens, mas repara-se principalmente no consumo de cervejas e vinhos. Na Redenção, viu-se jovens vendendo produtos materiais e alimentícios, de jovem para jovem.

Acerca das juventudes, há uma diversificação juvenil, sendo logo um espaço para todos. Inclusive, é neste espaço da cidade que ocorrem manifestações organizadas por coletivos juvenis, como a Parada Livre de Porto Alegre, da comunidade LGBTQ+. Com as deambulações, percebeu-se a predominância do estilo musical Rock; neste local.

Considerações para não encerrar...

Através dos olhares atentos nas deambulações sociológicas, e com olhos principalmente para as juventudes reparou-se em inúmeras vivências na cidade de Porto Alegre, em especial nos espaços urbanos citados. Entretanto, é importante lembrar que as juventudes vivenciam as suas cidades e as reinventam.

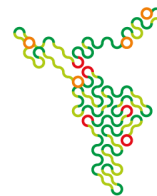
Assim sendo, ocorre a ocupação e apropriação do espaço urbano por parte dos jovens contemporâneos, que são vistos por todas as zonas e partes das cidades. É a partir de suas vivências que ocorrem as transformações, inclusive havendo espaços se tornando como espaço jovem- onde manifestam as diferentes culturas juvenis. Logo, através de momentos coletivos, principalmente, transformam as relações com território e sociedade.

Sublinha-se as manifestações artísticas que ocorrem nos espaços, como nos deambulados na pesquisa, sendo perceptível a relação entre jovens e arte. Substancialmente, através de fotografias dos espaços em que frequentam, e também como selfies individuais e do grupo. Na Casa de Cultura, percebeu-se a dança como manifestação artística, e nos outros espaços há o movimento do corpo com outros esportes. E em suas conversas, há papos sobre culturas, artes, cotidiano e resistências. Sendo esta última palavra um importante conceito falado e vivido entre os jovens, pois eles resistem nas cidades com seus corpos, suas falas e suas manifestações.

Referências

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília. Liberlivro:2007.

BORELLI, Silvia Helena Simões; ROCHA, Rose de Melo. Juventudes, Mídia e nomadismos: a cidade como arena. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, vol.5, n.13, p.27-40, julho/2008

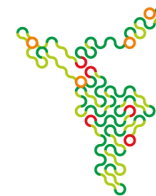


CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e Cidades Educadoras**. Petrópolis. Editora Vozes, 2003.

FEIXA PAMPOLS, Carles. La ciudadinvisible: territórios de las culturas juveniles. In: MARGULIS, Mario; CUBIDES, Humberto; VALDERRAMA, Carlos. **Viviendo a toda**: jóvenes, territórios culturales y nuevas sensibilidades. Santa Fé de Bogotá: Universidad Central; Siglo Del Hombre, 1998

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

PAIS, José. **Deambulações cotidianas**: a emergência de um método na observação dos sem-teto. 2015.



ESCOLARIZAÇÃO E JUVENTUDES DE EJA

Miriam Pires Corrêa de Lacerda(Autor)³

Victor Hugo Nedel Oliveira (Coautor)⁴

Tatiana Prevedello (Coautor)⁵

Resumo: A origem desta pesquisa está vinculada à recorrência de observações feitas por professores da Educação de Jovens e Adultos acerca de um fenômeno que diz do precoce abandono do Ensino Básico Regular e ao crescente número de jovens nas classes de ensino noturno, outrora destinadas aos sujeitos trabalhadores. Inscrita entre as investigações qualitativas de cunho exploratório, teve por foco pesquisar as razões que tem contribuído para a crescente juvenilização desta modalidade de Ensino. Tendo em vista a necessidade de uma escuta em profundidade dos participantes optou-se pela utilização de Grupos Focais com um máximo de sete jovens, visto que oportunizaria momentos para que os/as jovens relatem suas vivências, expressem sua posição e conflitos sobre vários assuntos relacionados ao tema central deste estudo em curto espaço de tempo e com reduzido custo. Lançou-se mão de dados que subsidiaram a escrita do Projeto, com o propósito de refletir sobre as juventudes que estão habitando essas turmas. Ao longo deste texto, destaca-se que por não mais conseguir cumprir as promessas tão caras à Modernidade, a escola tropeça e revela as suas fragilidades. Trágico palco onde se desenrolam infinitas batalhas, o que se escancara é o esgotamento de um modelo conhecido de habitar a escola e a paralisia para buscar outras formas de convivência as quais não sabemos, de antemão, se melhores ou piores, mas sim, que comportam a aceitação da luta e do risco de estar no mundo.

Palavras-chave: Juventudes; Escolarização; Educação de Jovens e Adultos.

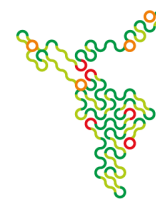
Schooling and youth of EJA

Abstract: The origin of this research is linked to the recurrence of observations made by teachers of Youth and Adult Education about a phenomenon that speaks of the early abandonment of Regular Basic Education and the growing number of young people in night classes, formerly aimed at working subjects. Included among the qualitative investigations of an exploratory nature, it focused on researching the reasons that have contributed to the growing juvenilization of this teaching modality. In view of the need for an in-depth listening to the participants, it was decided to use Focus Groups with a maximum of seven young people, as it would provide opportunities for young people to report their experiences, express their position and conflicts on various related issues the central theme of this study in a short period of time and at a reduced cost. Data were used to subsidize the writing of the Project, with the purpose of reflecting on the youths who are inhabiting these classes. Throughout

³ UNILASALLE- Universidade LaSalle – Canoas -RS - Brasil

⁴ UFRGS -Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre -RS - Brasil

⁵ CMPA – Colégio Militar de Porto Alegre - Porto Alegre -RS - Brasil



this text, it is highlighted that because it is no longer able to fulfill the promises so dear to Modernity, the school stumbles and reveals its weaknesses. A tragic stage where endless battles take place, what is wide open is the exhaustion of a known model of inhabiting the school and the paralysis to seek other forms of coexistence which we do not know, in advance, if better or worse, but rather, that they contain the acceptance of the struggle and the risk of being in the world.

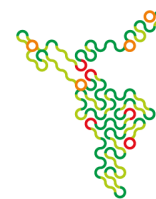
Keywords: Youths; Schooling; Youth and Adult Education

Para início de conversa...

Este artigo traz algumas discussões que emergem paralelamente ao desenvolvimento de um estudo cujo mote é o processo de juvenilização dos alunos das classes de Educação de Jovens e Adultos. Inscrita entre as pesquisas qualitativas de cunho exploratório esse estudo objetiva investigar as razões que tem contribuído para a crescente juvenilização daquela modalidade de Ensino. Utilizando de grupos focais que segundo Guareschi (1996), tem como o ponto central o uso explícito da interação grupal para produzir dados e insights que seriam difíceis de conseguir fora da interação que se processa dentro de um grupo, espera-se identificar elementos que, na perspectiva deste estudo, concorram para subsidiar posteriores discussões que permitam não só um melhor entendimento por parte dos professores dessa nova realidade mas ainda contribuam para construção de propostas de trabalho que contemplem a diversidade de sujeitos que estão nas classes de EJA.

As juventudes vistas como problema

A análise das juventudes como um problema não é recente. Acontece sempre que elas se tornam uma ameaça para a ordem social vigente, ou porque se afastam do caminho pensado para que aconteça a sua integração na sociedade ou ainda, enquanto categoria, que problematiza ou ameaça romper com a transmissão da herança cultural. Mesmo sabendo que a juventude é um tempo de vida marcado pelo questionamento às práticas e valores de uma dada sociedade é preciso ter presente que tais questionamentos não são os mesmos, ao longo do tempo. Abramo (1997) destaca que a consideração da juventude como problema associa-se a “uma espécie de ‘pânico moral’ que condensa os medos e angústias relativos ao questionamento da ordem social como conjunto coeso de normas sociais” (Ib, p. 20). Se acreditamos ser possível inaugurar outras formas de pensar e conceber as



juventudes, que sejam distintas das atuais será necessário tirar os véus que impedem que possamos entender como determinados dizeres a respeito dos jovens foram sendo construídos ao longo do tempo.

Estamos testemunhando uma importante transformação na forma como acontecem as relações entre os sujeitos. O laço social, anteriormente mais verticalizado, ou seja, constituído a partir de normas e padrões fortemente hierarquizados e muito mais estáveis, cede lugar a relações mais horizontalizadas, flexíveis o que resultará em mudanças na forma como as pessoas interagem. Com frequência, adultos, sejam eles educadores ou não, presos em um tempo diferente daquele no qual vivemos atualmente, (o tempo em que eles mesmos foram jovens) se valem da denuncia do pouco envolvimento dos jovens com “as grandes questões” para mais uma vez, criticá-los. Nesse aspecto, a fala de uma professora é exemplar:

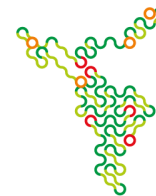
Os jovens, hoje, são desrespeitosos, não estão envolvidos com as atividades escolares e não são organizados. De certa maneira, estão alienados em relação à trajetória do país. Em meu tempo, éramos respeitosos e atentos, éramos alegres na/com a aprendizagem, mostrávamos-nos envolvidos com as atividades escolares, tanto na aula quanto fora [...]

Ao trazer à consideração dos que leem este texto alguns aspectos do fenômeno juventudes propomo-nos causar certo estranhamento em relação às formas tradicionais de pensá-las. Isso porque uma possível hipótese para justificar esse olhar, por vezes ressentido, que a sociedade dirige as suas juventudes bem pode ser creditada à dificuldade de aceitar as importantes mudanças que os jovens do século XXI insistem em nos fazer ver.

Escola Básica e Juventudes

Não é fácil demarcar com precisão o que é a juventude, melhor dizendo, o que são as juventudes. No entanto, é possível pensar na existência de algumas zonas estratégicas da condição juvenil, nas quais as tensões mais radicais da sociedade contemporânea se mostram com maior nitidez. Uma delas bem pode ser a relação dos jovens com a escola.

Sabemos que, desde os primórdios do Estado Moderno a educação ocupou um lugar privilegiado em relação aos jovens e as crianças, depositando-se na escola, uma carga de responsabilidade importante no que tange a formação do cidadão e do trabalhador. Paralelamente às promessas de emancipação e de mobilidade sociais, tão caras àquele projeto, os sistemas escolares se

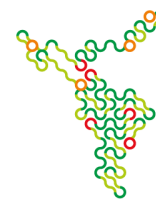


constituíram em importantes dispositivos de controle, disciplinamento e homogeneização da população.

A partir da segunda metade do século vinte foi possível observar importantes mudanças nos sistemas educacionais das sociedades ocidentais. No caso brasileiro, podemos elencar as políticas públicas que concorreram para uma maior democratização no acesso e nos últimos anos, de permanência nas escolas de Ensino Fundamental, além de novas propostas para organização curricular que se constituíram a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96. No entanto, a educação, direito social em uma sociedade desigual e segregadora, especialmente agora em tempos de pandemia. Por que dizemos isso? Porque de um lado ampliamos o direito à educação e com isso universalizamos o acesso ao Ensino Fundamental, de outro, não conseguimos assegurar recursos públicos que garantiriam uma escola com qualidade política e pedagógica para todos os alunos que nela ingressam, haja vista a quantidade de estudantes que, durante a pandemia, por não disporem de recursos tecnológicos que assegurassem acompanhar as aulas remotas, abandonaram a escola. Ou seja, mudamos de lugar a exclusão. A Educação de Jovens e Adultos, doravante chamada EJA, dadas as vulnerabilidades as quais a grande maioria dos estudantes desta modalidade de ensino estão submetidos, foi talvez a mais duramente atingida pelos efeitos da pandemia e, se outrora as escolas empreendiam grandes esforços para que as turmas não fechassem pela desistência de um número significativo de estudantes, com a pandemia isso agravou-se de forma exponencial. Diante disto, ganha atualidade a questão proposta por Fanfani há mais de vinte anos:

[O que fazer quando] os velhos dispositivos que regulavam a relação professor aluno, a relação com o conhecimento, que garantiam a autoridade pedagógica e produziam uma ordem institucional, se corroem quando não saltam pelos ares e deixam de ser eficientes e significativas na vida dos atores envolvidos? (FANFANI 2000, p. 1)

Focalizaremos nosso olhar, doravante naqueles jovens que “desertam” do chamado ensino regular por não conseguirem se ajustar as regras que conferem sustentação às práticas de escolarização ou por não conseguirem conciliar a demanda do mundo do trabalho com as exigências da escola “dita” regular. Quando e se retornam, o fazem para as classes de EJA.



Cadê os jovens que estavam aqui? O desligamento apagou!

A denominação Educação de Jovens e Adultos se constituiu quando um significativo contingente de jovens da Educação Básica foi empurrado para o Noturno depois de reiterados insucessos escolares seja por necessidade decorrente do ingresso no mercado de trabalho ou, na esmagadora maioria dos casos, por uma carreira permeada de inúmeros fracassos. Esse fenômeno alarga seu espectro de interferência na medida em que sendo responsável principal pela defasagem idade/série cria solo fértil para a desmotivação que atinge seu ápice, na evasão escolar.

O que significa juvenilização das classes de EJA?

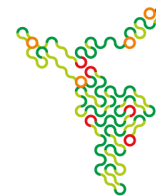
Diz respeito apenas ao ingresso de sujeitos mais jovens em salas de aula, que foram, por muito tempo, reduto dos adultos?

Creemos que não. Em que pese ser visível uma modificação no perfil dos alunos, outrora trabalhadores oriundos das classes populares, moradores das periferias, outros e importantes aspectos exigem a nossa consideração para falar do já referido fenômeno. Entre possíveis causas do crescimento da população jovem nas salas de aula da EJA podemos citar a abandono da escola diurna por diferentes razões, a premência em obter um certificado que permita encontrar um posto de trabalho melhor, as contínuas retenções que além de gerarem desmotivação impõem a perda de colegas da mesma faixa etária.

Tomaremos em análise somente o fato que diz respeito a chegada nas salas de aula da chamada “escola regular” de um público que, por muito tempo esteve excluído e que hoje, não apenas está na escola, como ainda acaba por colocar em questão práticas pedagógicas há muito tempo consolidadas. Talvez por isso, reacenda-se o debate sobre o “desinteresse e desmotivação para o estudo” do jovem contemporâneo.

Tema da hora quando o assunto envolve as juventudes e que muito frequentemente, funciona como mote para que aconteça o “desligamento/transferência” dos jovens da escola diurna, o assunto nos faz questão. Seria falta de interesse e motivação, pura e simplesmente, ou deveríamos agregar à justificativa apresentada a expressão como a escola gostaria?

Desligar implica interromper um fluxo, cortar uma corrente. Desligar da escola é tornar claro o não interesse em dialogar com outro, que não responde necessariamente do jeito que se desejaria



que ele o fizesse. Desligar na escola é concretizar uma ruptura cujas conseqüências nem sempre são cuidadosamente avaliadas.

Eu não culpo a escola. Afinalo Brunonão aprendia e acabou ficando um grande no meio dos pequenos. Depois de ter rodado cinco vezes as professoras me disseram que era melhor tirá ele do colégio porque além de nãoquerê aprende ele atrapalhava. Ele é um guribom, quieto, agora tá trabalhando. Só não consegue aprender no colégio. Agora tem amigo na rua e fica com eles de noite. To fazendo força mais ele não qué volta pro colégio. Me diz: eu não quero mãe... (Extrato de entrevista com uma mãe de jovem transferido da escoladiurna)

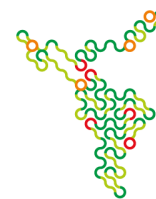
A discussão do registro acimanão pode prescindir de uma reflexão sobre a forma como a cultura escolar acolhe ou não em suas fileiras os alunos que têm chegado a ela: um alunado quicá distintoda descrição hegemônica e universal que ainda povoa o imaginário de muitos professores, qual seja sujeitos cuja escolarização não apresenta rupturas, que conseguiram construir minimamente uma rotina de estudos, que têm acesso a recursos que funcionam como enriquecedores da experiência escolar e, talvez mais que tudo, têm na figura dos pais, apoiadores do trabalho oferecido na/pela escola.

Muitos dos novos estudantes que estão a nos fazer questão compõem um grupo de sujeitos egressos de estratos sociais onde nem sempre a cultura familiar incorporou a cultura escolar. Vários deles sequer conseguiram construir um leque de condutas que os habilite a exercer o seu ofício de alunos o que, implica em que

a vida institucional da escola em que assenta a disciplina (a disciplina na sua tripla dimensão – a disciplina como saber, a disciplina como comportamento e a disciplina como metodologia de trabalho) não os envolve e não os reconhece, do mesmo modo que eles não reconhecem nem os valores nem as práticas nem, em geral, o clima institucional da escola[...] (MATOS, 2008, p. 17-18)

A escola que temos, ainda hoje, segue sendo pensadas em levar muito em conta a diversificação dos públicos que nela se apresentam. Se houve um tempo em que se supunha poder manter sob “quarentena” a vida que acontecia fora dos muros da escola enquanto os alunos frequentavam as aulas, hoje, com o agravamento do quadro da pandemia isso é missão impossível!

Ao atravessar os portões que dão acesso ao colégio o jovem traz consigo uma cultura social que se constitui a partir de todas as vivências, as histórias, os valores, as crenças que ele experimentou anteriormente. Cultura essa não necessariamente coincidente com a cultura escolar ou com o currículo que a escola definiu como válido para lhe oferecer. O que se constata em muitos casos é que nem sempre os jovens conseguem articular as significações de dois mundos que se mostram dispares.

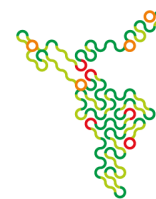


As escutas iniciais já realizadas para esse estudo a respeito das razões que subjazem aos embates cotidianos envolvendo professores e jovens nas escolas, destacam aqueles que sinalizam para a falta de valores, a violência, a falta de limites. A partir disso se percebe, lamentavelmente, que os debates a respeito dos jovens alunos persistem focados no campo da moral: diante de tantas e variadas faltas imputadas aos jovens, a questão desloca-se do desrespeito à autoridade pedagógica dos professores para o desrespeito à autoridade moral de impor respeito, regras, obediência. Talvez por isso se pense não restar outra saída à escola que não os “desligamentos”. Vale lembrar o quanto a escola ainda acredita na ideia de contaminação.

O convívio com professores tem nos permitido observar que ainda segue valendo uma imagem de aluno associado ao que imaginam que todo o jovem deveria ser: (estudioso, atento, respeitoso...). Essa desarmonia entre o que pensam sobre os alunos e os alunos que diante deles se apresentam leva-os a descrevê-los quase que invariavelmente pela ausência daquilo que julgam todos os jovens deveriam apresentar e possuir. Como o que consideram a regra, passou a ser a exceção, o recurso foi descrever uma importante parcela dos alunos como tendo atitudes e modos que em muito se distanciam de suas antigas expectativas, sujeitos com os quais os professores nem sempre conseguem construir um projeto de trabalho

O que fazer agora com todo esse contingente de alunos que se apresentam? Em muitos casos a saída encontrada para dar conta desse público que acaba ficando à margem da escolarização são as classes de EJA, modalidade até bem pouco tempo, bastante ignorada então apenas pelas políticas públicas. Esse afluxo de alunos, muito mais jovens que seus colegas, vêm gerando uma série de novas situações que demandam respostas que acabam sendo dadas não tão rapidamente quanto se precisaria.

O fato de que outro grupo de sujeitos tenha vindo, para ficar, tem trazido, aos professores da EJA, inquietações e desafios. Muitos já expressam seu descontentamento alegando que a “conduta” (novamente o julgamento moral) tem se constituído em um elemento que não favorece o trabalho. No entanto, a nos interessa outro grupo de docentes: aqueles que aceitam o desafio que lhes é colocado reconhecendo que os jovens apresentam especificidades que necessitam consideração e, por isso mesmo, ao analisar o seu repertório de práticas, se dão conta que elas não são adequadas às demandas ora emergentes em suas salas de aula. Tais professores que, corajosamente, se esforçam em fazer o luto pelo aluno ideal, talvez não sejam muitos. Mas, certamente, estão em melhores condições de praticar um diagnóstico de suas turmas à luz de uma leitura de realidade que busca “compreender



como se constrói a situação de um aluno que fracassa em um aprendizado e, não, ‘o que falta’ para essa situação ser uma situação de aluno bem-sucedido” (CHARLOT, 2000, p. 30).

Para não parar de pensar....

A exclusão dos jovens da escola coloca em questão não uma falta de recursos, mas sim um modo de constituição social que, como tal, produz no dizer de Duschatsky e Corea (2002, p.18) um “desaparecido dos cenários públicos e de intercâmbio. O expulso perde a visibilidade, o nome, a palavra, porque entra no universo da indiferença. Além disso, porque transita em uma sociedade que parece nada esperar dele”.

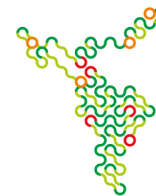
O enfrentamento de situações tais como a evasão, a juvenilização, a diversidade entre outros desafios postos aos professores, passa pela criação de espaços culturalmente significativos que permitam a manifestação de sujeitos histórica e territorialmente situados. É impossível pensar nas classes de EJA reduzindo seus componentes a uma mesma e única descrição que ao tentar impor uma forma de ser, esquece que a trama discursiva que autoriza ou impede a circulação de certos saberes-verdades, é um importante elemento na constituição dos sujeitos.

Carrano em 2008 (p. 104) desafiou a virada deste quadro ao escrever:

Deixo, então, aos professores e professoras da EJA a tarefa política, educativa e porque não dizer afetiva de descobrir na recuperação da trajetória de seus jovens alunos e jovens alunas as "portas de acesso" ao sujeito que pode conhecer na medida em que é reconhecido no jogo da aprendizagem escolar.

O aprender/ensinar precisa transformar-se em ato criativo que convoca os sujeitos envolvidos nesse processo a outras formas de adesão à escola: Trata-se agora de reconhecer que, se educar implica apostar na possibilidade de alguém ser diferente do que até então o foi ensinar requer deixar-se afetar pelas formas originais, únicas para aprender. Nessa perspectiva, o aprender, o deixar-se atravessar por experiências de aprendizagem, é também inventar e inventar-se. E, a aprendizagem, enquanto processo de invenção de si, surge como possibilidade para constituição de nossas subjetividades.

Se assim reconhecermos o aprender, há que aceitar a existência de outros caminhos e de descaminhos para o que, até então, se considerou como válido, certo, perfeito. São inúmeras as possibilidades de ser e de estar no mundo. Uma delas bem pode ser autorizar-se transitar pela



incerteza com “uma abertura para o desconhecido, para o que não se pode antecipar nem “pré-ver” nem “pré-dizer”. (LARROSA, 2002, p.28)

Indagar a respeito das juventudes pela via desta pesquisa sobre juvenilização da EJA, quiçá seja a nossa contribuição para encontrar pistas, rastros das operações que constituem os sujeitos que a escola tem ajudado colocarem situações de borda.

Referências

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Campinas, n. 5, p 25-36, maio/ago. 1997.

CARRANO, P. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. IN Formação de Professores de Jovens e Adultos. Brasília: SECAD /MEC/UNESCO, 2008.

CHARLOT, B. Da relação com o saber: Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DUSCHATZKY, S; COREA, C. Chicos en Banda Los caminos de la subjetividad en el declive de las instituciones. Buenos Aires: Paidós, 2002.

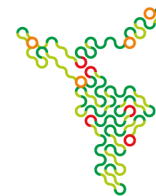
FANFANI, E. CULTURAS JOVENS E CULTURA ESCOLAR. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EmilioTentiF.pdf>. Capturado em 12 de dezembro de 2011

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: Revista Brasileira de Educação, nº 19, jan./fev./abr., 2002.

MATOS, M. JOVENS, ALUNOS, ENSINO SECUNDÁRIO: Um mundo crescente de contradições. In: Educação, Sociedade & Culturas, nº 27, 2008.

MORAES, R; GALIAZZI, M. Análise Textual Discursiva. Ijuí: Editora Unijuí, 2011

SARLO, B. Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.



INTERSECÇÕES ENTRE LITERATURA, MÍDIA E CONSUMO: PROJEÇÕES SOBRE OS JOVENS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Tatiana Prevedello¹
Miriam Pires Corrêa de Lacerda²

Resumo: Conforme análise de Canclini (2008), em *Leitores, espectadores e internautas*, os grandes fenômenos literários destinados ao consumo em escala global foram originados da influência capitalista em seus desdobramentos sociais e políticos e, também, auxiliam na dinâmica desses mesmos processos, ultrapassando o nicho literário. Diante dessa conjuntura, a presente pesquisa objetivou investigar, entre o público juvenil de um Instituto Federal, seus comportamentos de consumo mediados pela literatura, com propósito de estudar a relação que os jovens integrantes da pesquisa estabelecem, atualmente, com a literatura destinada ao consumo em grande escala e mediada pela indústria cultural. Pretendeu-se verificar, em um primeiro momento, por intermédio de um questionário autoaplicável, a situação socioeconômica dos alunos investigados, padrões de consumo e, de que maneira, a literatura com amplo alcance midiático tem exercido influência sobre o comportamento dos alunos em suas decisões de compra e entretenimento. Não foi pretendido, nessa pesquisa, desenvolver posicionamentos relacionados à qualidade e ao valor artístico dos textos literários referidos pelos jovens e suas consequentes adaptações, mas compreender os mecanismos estruturais que mediam a relação entre literatura, cultura, mercado e entretenimento.

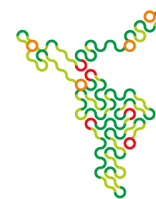
Palavras-chave: Literatura. Consumo. Mercado. Entretenimento.

Intersections between literature, media and consumption: projections on young people in the educational context

Abstract: According to Canclini's analysis (2008), in *Readers, spectators and internet users*, the great literary phenomena destined for consumption on a global scale originated from the capitalist influence in their social and political developments and, also, help in the dynamics of these same processes, surpassing the niche literary. In view of this situation, the present research aimed to investigate, among the juvenile public of a Federal Institute, their consumption behaviors mediated by the literature, with the purpose of studying the relationship that the young members of the research establish, currently, with the literature destined to consumption large scale and mediated by the cultural industry. It was intended to verify, at first, through a self-administered questionnaire, the socioeconomic situation of the investigated students, consumption patterns and, in a way, the literature with wide media reach has influenced the behavior of students in their decisions shopping and entertainment. It was not intended, in this research, to develop positions related to the quality and artistic value of literary texts found by young people and their consequent adaptations, but to

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Docente no CMPA, Porto Alegre, Brasil.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS Docente na Universidade La Salle UNILASALLE, Canoas, Brasil.



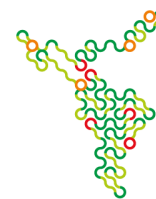
understand the behavioral mechanisms that mediate the relationship between literature, culture, market and entertainment.

Keywords: Literature. Consumption. Marketplace. Training.

Introdução

Os grandes fenômenos literários destinados ao consumo em escala global originaram-se da influência capitalista em seus desdobramentos sociais e políticos e, em igual perspectiva, auxiliam na dinâmica desses mesmos processos, ultrapassando o nicho literário. À proporção que estabelece diálogo com as diferentes mídias essa forma literária se torna capaz de criar e manter redes mundiais de conexão interativas, as quais, atualmente, não são mais apenas imaginadas ou idealizadas, mas compartilhadas por suas comunidades de forma virtual. O fato de transpor as mais diversas fronteiras, tanto de natureza física quanto ideológica, mostra o fator globalizante das publicações direcionadas ao consumo em grande escala em sua vertente contemporânea. A capacidade de integralização dessas obras é, certamente, a sua principal característica, a qual é representada pela criação, ou ocupação do espaço comum, compartilhado pelos mais diversos sujeitos e suas comunidades interpretativas de alcance global. O leitor, inicialmente preso às páginas dos livros, entra em um universo antes apenas apreendido pelas palavras no papel ou, até mesmo, presentes na tela do cinema e do computador. Porém, agora, mesmo que de forma virtual, o leitor passa a ser parte do universo da série por meio de uma funcionalidade e de uma interatividade inatingíveis no livro como suporte, tal como destaca Canclini (2008, p. 33): *As fusões multimídia e as concentrações de empresas na produção de cultura correspondem, no consumo cultural, à integração de rádio, televisão, música, notícias, livros, revistas e Internet* (grifos no original)”.

A partir da observação comportamental dos jovens em relação aos seus padrões de consumo cultural, de modo geral, e, mais especificamente, dos sujeitos ao qual esse estudo foi direcionado, a presente pesquisa objetivou investigar como jovens de uma comunidade do interior do Rio Grande do Sul, distante dos grandes centros comerciais, interagem com a literatura estrangeira, produzida para o mercado global, bem como a mesma interfere em seus padrões de consumo.

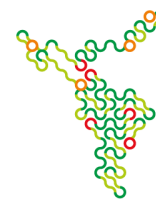


Fundamentação teórica

As ações culturais, leituras e as mais variadas relações e interações humanas, cada vez com mais intensidade, estão sendo modificadas, de forma a se adaptarem aos dias atuais e aos fenômenos culturais, sociais e políticos que hoje se desenvolvem. No ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, publicado em 1936, Walter Benjamin expressou que a obra de arte de um modo geral, e a literatura em particular, podem ser concebidas como uma mercadoria que atinge ao público mediante a possibilidade de ser adquirida por muitos, a fim de ser consumida conforme a demanda do cliente. Benjamin, que diferencia a obra de arte da mercadoria por meio do conceito de aura, que “é uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja” (1994, p.170), esclarece que, na reprodução de um objeto com fins mercadológicos “o que se atrofia na era da reprodutibilidade técnica da obra de arte é sua aura”. Nesse processo de declínio da aura, Benjamin evidencia que a técnica da reprodução separa do domínio da tradição o objeto reproduzido, substituindo, dessa forma, a exclusividade única da obra por uma existência serial. A técnica industrial, que possibilita a multiplicidade dos produtos, permite que tudo o que pode ser reproduzidos alcance o espectador, ou consumidor (NOLASCO, 2007).

Nessa perspectiva, conforme Bourdieu (2009), o mercado de bens culturais, a indústria do entretenimento, entre outros elementos que influenciam a interação com o mundo e a arte, estão transformando a percepção a respeito de conceitos teóricos já estabelecidos, em relação à própria ideia de arte e cultura. Destaca-se, ainda, a influência irreversível das novas tecnologias de comunicação e informação, as quais possibilitam a troca imediata de conteúdo e, ainda, permitem um contato amplo com diversos espaços virtuais e diferentes comunidades que, atualmente, podem ser acessadas em tempo real, independentemente da distância em que estão localizadas, tal como questiona Canclini (2016, p. 89):

Como pode ser desenvolvida uma perspectiva que sintonize com as práticas culturais? Uma via é registrar como desmaterializam as artes e a literatura na era de sua reprodutibilidade tecnológica. As relações da escrita e da literatura com o audiovisual e o digital conduzem a um novo regime simbólico. Dissolve-se a consistência da arte e da literatura, como algo diferente do nada, que resiste a ele, nestes tempos de fluxo digital generalizado de imagens e escritas?



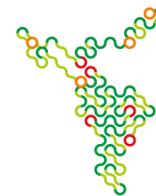
Dessa forma, a reorganização e recriação de espaços físicos, conceituais e virtuais, além de novas definições de interatividade e de comunidades locais e globais, dentre outros fenômenos em atuação pelo mundo, apresentam uma nova posição a respeito da cultura, incluindo-se, nesse âmbito, a literatura. Um dos mais emblemáticos exemplos da ação desses fatores na literatura é o fenômeno da publicação de livros destinados ao consumo em grande escala, como as sagas literárias, o qual foi estimulado pela globalização dos mercados e novos padrões culturais. Esse processo se apresenta, hoje, como devedor e, ao mesmo tempo, credor da globalização e do capitalismo na literatura, principalmente quando se destaca o mercado editorial e a indústria do entretenimento.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida em duas modalidades, consistindo, primeiramente, em um levantamento bibliográfico e documental, seguido de um estudo exploratório³. Durante a primeira etapa ocorreu uma investigação envolvendo o posicionamento dos jovens sobre temas como teoria da literatura, estética da recepção, as relações que permeiam textos literários que se caracterizam como grandes fenômenos globais e os comportamentos de consumo, que são desencadeados a partir das respectivas produções literárias. Investigou-se, nessa fase, quais são as relações que se estabelecem entre mercado literário, comportamento consumidor e projeções identitárias forjadas a partir de hábitos de consumo desencadeados pela literatura.

A segunda etapa consistiu na aplicação de um questionário, que foi respondido por alunos do Instituto Federal Farroupilha – *campus* São Borja. O respectivo instrumento foi construído por perguntas abertas e fechadas, com a função de verificar o padrão socioeconômico, hábitos de consumo e influência de textos literários de grande impacto mercadológico sobre as escolhas de compra dos jovens participantes. A primeira versão do questionário passou por um procedimento de testagem. Diante dos resultados obtidos, nessa fase inicial, foram feitas as adequações que se julgarem pertinentes, a fim de se preparar a versão definitiva do respectivo questionário, que foi aplicado de maneira subsequente. Após esse procedimento os dados obtidos foram apurados e sistematizados estatisticamente, em forma de gráficos e tabelas para, em seguida, serem analisados e interpretados.

³ A pesquisa, financiada pelo Programa de Apoio à Iniciação Científica no Ensino Técnico (modalidade integrado) – PAIC-ETI, foi desenvolvida no Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja, entre agosto de 2018 a março de 2020.



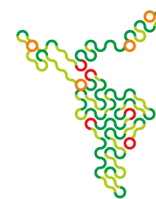
Resultados e discussões

Responderam ao questionário da pesquisa 107 alunos, dos quais 64% encontram-se na faixa etária correspondente entre 16 a 18 anos; 35% entre 19 a 21 anos; e apenas 1% declarou possuir mais de 21 anos.

De forma panorâmica constatou-se que a maioria dos sujeitos investigados (77,4%) vivem em área central ou próxima ao Centro da cidade; 83,3% declararam que a família reside em casa própria; 95,2% têm acesso à internet; e 94% possuem smartphone, o que sugere que a maioria dos alunos que frequentam o Ensino Médio Técnico Integrado do Instituto Federal Farroupilha – campus São Borja, têm boa qualidade de vida e acesso à tecnologia, o que viabiliza o consumo de bens produzidos pela indústria cultural. Esse aspecto, ainda em consonância com Bourdieu (1983), evidencia que, se existe uma homologia entre a ordem social e as práticas dos sujeitos, incluindo neste ponto o consumo cultural, a mesma não deriva do poder educativo, publicitário ou político, mas porque essas ações estão inseridas em sistemas de hábitos, constituídos, em sua grande maioria, desde a infância.

Quando questionados sobre os hábitos de leitura verificou-se que 9,6% dos participantes afirmaram ler muito; 13,3% disseram ter bons hábitos; 19,3% responderam ler regularmente; 30,1% leem algum livro esporadicamente; 13,3% destacaram ler por exigência de disciplinas escolares; 14,4% afirmaram que não costumam ler. Em relação à média de livros lidos anualmente, verificou-se que 18,1% dos participantes afirmaram ler menos de um livro por ano; 27,7% entre um e três livros; 31,3% entre quatro a seis livros; 12% entre sete a dez livros; e 10,8% acima de dez livros anualmente. Os respectivos percentuais indicam que há uma coerência entre o índice de alunos que responderam ler muito ou ter bons hábitos de leitura (22,9%) com a média de livros lida atualmente por este público mais costumaz, que leem mais de dez livros a cada ano ou entre sete a dez obras literárias (22,8%). O maior índice é de leitores medianos (49,4%), mas ainda assim é alto o número de alunos que não leem ou o fazem esporadicamente (27,7%).

Segundo dados do Instituto Pró-Livro (2019), que coordenou a pesquisa Retratos da leitura no Brasil, atualmente em sua quinta edição, a média de livros lidos no país, por habitante, é de 2,55 ao ano, considerando diversas variáveis como idade, gênero, classe social, nível de escolaridade e região. Tendo em vista que os alunos participantes da pesquisa, de modo geral, têm boas condições socioeconômicas e, ainda, dispõem, no Instituto Federal Farroupilha – *campus* São Borja, de uma



biblioteca com acervo significativo e excelente infraestrutura, é considerado elevado o percentual de alunos que afirmaram não ler ou pouco praticar a leitura. Ainda que, neste estudo, não objetivamos delinear as razões que apontam para este comportamento, compreende-se que o hábito leitor, além de refletir um padrão cultural que, muitas vezes, não possui consonância com o nível socioeconômico, está gradativamente perdendo espaço para equipamentos maior interatividade e poder de conexão, como os dispositivos móveis e as redes sociais.

Figura 1: Jovens leitores do IFFar



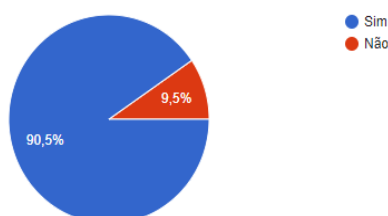
Créditos: Tatiana Prevedello

Sobre a forma como os alunos investigados conseguiram obter os livros, verificou-se que 50% foram comprados; 39,7% foram emprestados por colegas, amigos e familiares; 25% foram retirados da biblioteca escolar ou pública; 25% foram recebidos de presente; e 14,7% foram obtidos mediante outras situações.

A respeito dos alunos já terem assistido às adaptações dos respectivos livros para o cinema ou séries de televisão, verificou-se que 90,5% responderam sim, e apenas 9,5% afirmaram não ter ainda assistido nenhuma versão nesse formato.

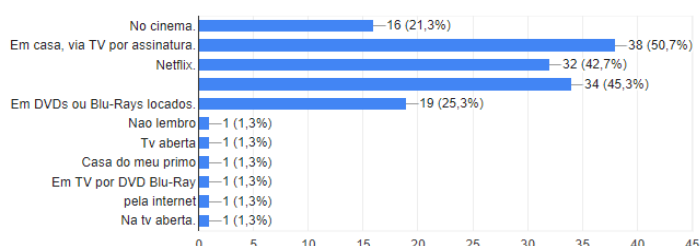


Gráfico 1: Adaptações literárias assistidas em filmes ou séries



Em relação aos livros cujos participantes da pesquisa viram a adaptação para filme ou série, destacou-se que a maioria dos alunos assistiram às sagas *Harry Potter*, e diversos alunos afirmaram ter visto a versão cinematográfica ou televisiva de todos os livros citados anteriormente, entre muitos outros. Observa-se que 50,7% assistiram em casa, via TV por assinatura; 45,3% assistiram no computador ou TV, baixados por meio de programas específicos; 42,7% assistiram pelo Netflix; 25,3% em DVDs ou Blu-Rays locados; 21,3% dos alunos assistiram no cinema.

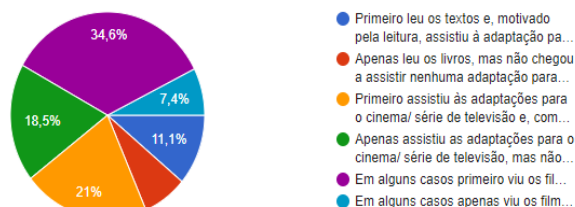
Gráfico 2: Onde as adaptações literárias foram assistidas



Ao serem questionados se primeiramente leem ao livro ou assistem ao filme, verificou-se que 7,4% dos alunos apenas assistiram à adaptação; 11,1% primeiro leu os textos e, motivados pela leitura, assistiu à adaptação; 18,5% apenas assistiram à adaptação e não leram o livro; 21% primeiro assistiram à adaptação e depois leram o livro; 34,6% em alguns casos primeiro leram o livro e depois assistiram à adaptação, mas em outras situações ocorreu o contrário.

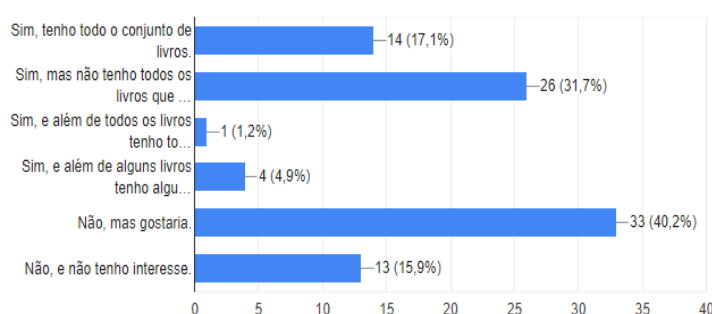


Gráfico 3: Ordem de consumo entre leitura e adaptação



No que diz respeito ao público possuir os livros mencionados, a partir do gráfico podemos ver que 17,1% dos alunos costumam adquirir ou ganhá-los, e tem todo o conjunto de livros; 31,7% compram ou já receberam de presente, mas não tem todo o conjunto de livros; 1,2% dos participantes, além de terem todos os livros, também tem todos os DVDs/ Blu-Rays dos filmes; 4,9% além de terem alguns livros, também tem alguns DVDs/ Blu-Rays dos filmes; 40,2% não costuma adquirir ou ganhar os livros, mas gostaria; e 15,9% não tem interesse em possuir tais objetos.

Gráfico 4: Costume de adquirir/ ganhar de presente os livros indicados



Sobre considerar importante possuir a versão física do livro e/ou filme em mãos, além de outros objetos personalizados que remetem ao universo dos grandes fenômenos literários, verificou-se que 48,8% responderam que sim; 34,5% não; enquanto que 16,7% dos jovens demonstra ser indiferente.

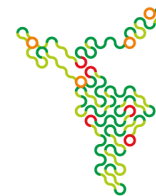
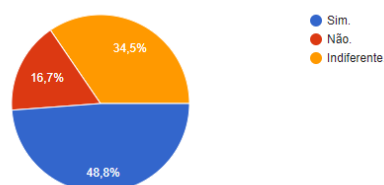


Figura 2: Jovem leitora usando produtos da saga *Harry Potter*



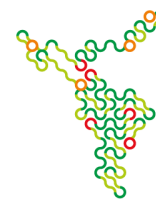
Créditos: Tatiana Prevedello

Gráfico 5: Importância de ter a versão física dos livros e filmes/séries, além de objetos personalizados que remetem a seus universos



Quanto às razões dos investigados considerar importante ter o livro, o filme e seus produtos físicos, caso tenham marcado “sim” no questionário, as respostas dos alunos foram variadas. Muitos disseram ser importante, porque possuir o objeto físico os faz sentir parte do universo do livro e torna a leitura mais agradável e atrativa. Alguns também falaram que gostam de colecionar os respectivos produtos, entre outros motivos. A respeito dos alunos não achar importante ter o livro, o filme e seus produtos físicos, caso tenham respondido “não” no questionário, verificou-se que eles consideram que, mesmo que seja algo bonito, é desnecessário ou irrelevante, e o importante é ler o livro ou assistir ao filme.

Sagas, de modo geral, são formadas por uma hibridação, que une mitos e elementos da tradição oral e, a partir de uma releitura criativa dos mesmos, os autores normalmente incluem valores considerados importantes para a sociedade contemporânea. Além disso, a mesma história é contada por diferentes sistemas intersemióticos, como se observou a respeito das sagas mais citadas na pesquisa e suas consequentes adaptações em forma dos mais diversos produtos culturais. García Rivera (2004) observa que toda saga cria um paracosmos, ou seja, um mundo próprio, autoconsciente e com regras delimitadas. Nessa direção, o paracosmos de uma saga não se limita a um livro, mas é ampliado para continuações. Da mesma forma, ultrapassa a escrita e abarca diferentes linguagens, como as dos filmes, séries, mapas, games, entre outras. Desse modo um livro pode dar origem a um universo que será expandido em outras plataformas e, muitas vezes, por autores diferentes. Diante



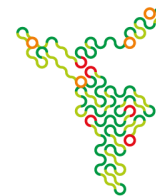
desses aspectos, embora concordamos, sobretudo, com Benjamin (1994), Bourdieu (1983; 2009) e Canclini (2008; 2015; 2016), a respeito da apropriação que o capitalismo investe sobre a indústria cultural, convertendo a arte e, neste caso, a literatura em objeto de consumo, é necessário admitir que as sagas literárias e, por consequência, suas adaptações para as mais diversas linguagem e produtos, têm elementos intrínsecos que se comunicam com os valores subjetivos do receptor, os quais, ainda que não explorados nesta pesquisa, são preponderantes para justificar a imersão dos alunos investigados neste universo.

Considerações finais

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou verificar que, entre o público participante, constituído por jovens que se encontram na faixa etária entre 16 a 21 anos, estudantes de uma instituição pública federal, localizada no município de São Borja, o qual se situa na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, na divisa com a Argentina, a relação entre a literatura e o consumo cultural se constrói dentro da perspectiva que Canclini (2015) nomeia como “as identidades como espetáculo multimídia”. Nesse contexto, é possível questionar a razão que leva jovens que vivem distante de grandes centros urbanos – a considerar que São Borja está localizada uma distância de 584km de Porto Alegre e a 865km de Buenos Aires -, e, conseqüentemente, não têm acesso na cidade onde vivem a shopping centers ou cinemas a adotarem padrões de consumo cultural, forjados por uma ordem econômica global, tendo em vista que os textos literários prioritariamente citados na pesquisa, são essencialmente destinados a serem absorvidos pelo mercado.

Podemos afirmar que os dados obtidos, por intermédio da pesquisa, comprovam que a tensão existente entre o regional e o global dissolve-se à medida que verificamos que os jovens sujeitos investigados demonstram claramente ser consumidores potenciais da literatura produzida com o propósito mercadológicos, bem como dos produtos culturais advindos do sucesso das adaptações da maioria dessas sagas literárias para o cinema, produção de séries televisivas, jogos eletrônicos, entre outros produtos de uso cotidiano e colecionáveis.

A instauração do cenário mercadológico mediado pela literatura e voltado ao consumo global é perceptível, tal como observa Canclini em *Leitores, espectadores e internautas*, ao considerar que se a independência conquistada pelas artes e pela literatura poderia ser apresentada para justificar a



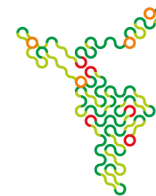
autonomia metodológica dos seus estudos, o que tem se observado, há muito tempo, é a tendência para:

(...) mercantilizar a produção cultural, massificar a arte e a literatura e oferecer os bens culturais com apoio de vários suportes ao mesmo tempo (por exemplo, filmes não só em cinemas, mas também na televisão e em vídeo) tira autonomia dos campos culturais. A fusão de empresas acentua essa integração multimídia e a sujeita a critérios de rentabilidade comercial que prevalecem sobre a pesquisa estética (CANCLINI, 2008, p. 20).

Diante de tais elementos capazes de amalgamar o dinamismo das sagas literárias que, após lançadas, imediatamente adquirem um elevado percentual de vendas em diversos idiomas, e do contexto tecnológico, que permeia os modos atuais de consumo, permitindo que jovens, mesmo vivendo afastados dos grandes centros urbanos, tenham acesso aos bens disponibilizados pela indústria cultural, facilmente acessados e/ou adquiridos pela Internet, importantes valores relativos à constituição identitária e a educação são colocados em pauta, tal como questiona Canclini (2008, p. 24): “Escolas (...) renovadas, com professores treinados nas novas linguagens e habilidades, ajudariam a discernir o valor da informação e dos espetáculos, passar da conectividade indistinta ao pensamento crítico?”

Conforme Martos García (2009) as sagas fantásticas, normalmente, recebem grandes depreciações críticas de professores, estudiosos e escolas. Os posicionamentos condenatórios se amparam na acusação de que as sagas são histórias superficiais, em virtude de suas narrativas irreais e fantásticas. Martos García admite que, de certa proporção, as sagas, de fato, possibilitam leituras escapistas. Todavia, esse aspecto não precisa ser considerado problemático, mas, ao contrário, a evasão pode se manifestar como uma verdade essencial do mito. Isso significa que a fantasia estabelece um diálogo com a mitologia humana em sua totalidade todo, com a necessidade da fantasia que configura a natureza humana. Dessa forma, de acordo com o autor espanhol, as sagas, provenientes da ficção fantástica, merecem ser lidas e analisadas como instrumentos de racionalidade, capazes de elaborar ilusões ou utopias úteis para a sociedade no contexto do século atual.

Pensamos, diante do posicionamento dos jovens sujeitos da pesquisa que, se por uma perspectiva, a literatura e seus produtos derivados, mediados pela indústria cultural, são incorporados aos seus hábitos de consumo quase que na mesma intensidade com a qual são lançados pelo mercado, sob outro viés, verificou-se que há um expressivo discernimento nas escolhas dos textos a serem lidos, filmes/séries assistidos e produtos adquiridos, amparado pelo gosto, poder aquisitivo ou



preceitos críticos que regem o seu comportamento como leitor, espectador e consumidor, o que nos leva a concordar com Lipovetsky (2004, p. 87), ao afirmar que “deve-se melhor “armar” os jovens e os cidadãos em referências fundamentais a fim de que o divertimento midiático possa ser recebido com distanciamento e liberdade”.

Referências

BENJAMIN. Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

CANCLINI, Néstor García. **O mundo inteiro como um lugar estranho**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

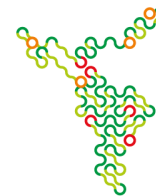
GARCIA RIVERA, Glória. Paracosmos: las regiones de la imaginación (los mundos imaginarios en los géneros de Fantasía, Ciencia Ficción y Horror: nuevos conceptos y métodos). Primeras noticias. **Revista de literatura**. n. 207, 2004, p. 61-70.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia e empresa**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MARTOS GARCIA, Alberto. **Introducción al mundo de las sagas**. Badajoz: Universidade de Extremadura, 2009.

NOLASCO, Edgar César. Literatura, mercado e consumo. **Raído**, Dourados, MS, v. 1, n. 1, p. 33-41, jan./jul. 2007.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 5. ed. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/> Acesso em: 16 Dez. 2020.



JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS: POSSIBILIDADE DE SENTIDOS DE AUTORIDADE EM EDUCAÇÃO

Jeferson Luis da Silva⁴
Elmer Érico Link⁵
Cleber Gibbon Ratto⁶

Resumo: O presente trabalho busca ponderar, ainda que brevemente, sobre a possibilidade de algum exercício de autoridade no âmbito da educação, em uma realidade fundamentada no individualismo e na dispersão, evidenciada em um possível descompasso na relação entre alguns professores e alunos, escola e sociedade. Para esta tarefa adotamos como ponto de partida o conceito de autoridade na perspectiva dialógica gadameriana que, associada aos processos no campo da luta por reconhecimento, em sentido honnethiano, pode favorecer sentidos positivos de autoridade na educação.

Palavras-chave: Autoridade, educação, reconhecimento, reificação

Contemporary Youth: Possibilities of Senses of Authority in Education

Abstract: This paper seeks to ponder, albeit briefly, about the possibility of some exercise of authority in education, in a reality based on individualism and dispersion, evidenced in a possible mismatch in the relationship between some teachers and students, school and society. For this task we adopted as a starting point the concept of authority in the Gadamerian dialogical perspective that, associated with the processes in the field of the struggle for recognition, in a Honnethian sense, can favor positive senses of authority in education.

Keywords: Authority, education, recognition, reification

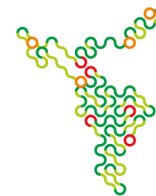
Introdução

Não é incomum na atualidade relatos sobre um descompasso entre professores e alunos, escola e sociedade. Diversos estudos apontam para este crescente descompasso colocando em perspectiva

⁴ Universidade LaSalle (UNILASALLE), Canoas –RS –Brasil. Doutorando Programa de Pós-Graduação em Educação. Bolsista PROSUC/CAPES. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8117-6136>. E-mail: jeferson.199810046@unilasalle.edu.br

⁵ Universidade LaSalle (UNILASALLE), Canoas –RS –Brasil. Doutorando Programa de Pós-Graduação em Educação. Bolsista PROSUC/CAPES. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8117-6136>. E-mail: elmer.201310877@unilasalle.edu.br

⁶ Universidade LaSalle (UNILASALLE), Canoas –RS –Brasil. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Educação (PUCRS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq -Nível 2. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9059-728X>. E-mail: cleber.ratto@unilasalle.edu.br



os efeitos de uma crise de autoridade na educação. Um exemplo atual relacionado com este tema pode ser encontrado na obra “Fúria narcísica entre professores e alunos: as práticas do cyberbullying e os tabus presentes na profissão de ensinar” publicada pela editora EDUFSCAR em 2021 sob autoria do professor Antônio Zuin. Ou ainda, os estudos de Adriano Ferreira em sua tese de doutorado publicada em 2019 sob o título “Representações sociais dos alunos do 9º ano com indícios de minorias ativas em relação à indisciplina escolar” pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Em ambos os trabalhos, entre outros, fica evidente os descompassos e conflitos marcados por uma crise de autoridade na educação.

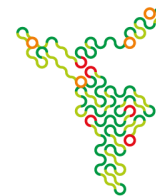
Diante das variadas evidências deste descompasso crescente entre professores e alunos, escola e sociedade, nos parece pertinente ponderar sobre possibilidades de algum exercício de autoridade no âmbito da educação.

Uma interpretação ou pressuposto possível sobre o fenômeno da autoridade consiste que a legitimidade de quem é creditado de autoridade se consolida pelo reconhecimento de alguma autoria ou ação capaz de proporcionar segurança e estabilidade no âmbito das relações sociais. É sinalizando nesta direção que Engels (1873) pondera sobre a impossibilidade de alguma organização social ocorrer sem o reconhecimento da presença de atores sociais reconhecidamente dotados de algum tipo de exercício de autoridade.

No entanto, Arendt (2005) esclarece que o conceito de autoridade nem sempre esteve presente em algumas sociedades antigas. Para esta autora uma percepção clara sobre o fenômeno da autoridade emerge na Roma antiga.

A autoridade, como fator único, senão decisivo, nas comunidades humanas, não existiu sempre, embora tenha atrás de si uma longa história, e as experiências sobre as quais se baseia esse conceito não se acham necessariamente presentes em todos os organismos políticos. A palavra e o conceito são de origem romana. Nem a língua grega nem as várias experiências políticas da história grega mostram qualquer conhecimento da autoridade e do tipo de governo que ela implica. (ARENDR, 2005, p. 142).

Embora Arendt tenha se ocupado do fenômeno da autoridade política enquanto reconhecimento público entre pessoas livres, é possível ponderar que, em geral, o sentido de autoridade emerge pelas ações que sustentam credibilidade e confiança. Sem “a credibilidade do lado de quem comanda e a crença do lado de quem obedece, seríamos incapazes de distinguir a autoridade da violência ou mesmo da persuasão”. (RICOEUR, 2001, p. 109).



Nesta perspectiva, depositar autoridade em alguém consiste, entre outras coisas, em reconhecer seu exemplo como referência de conduta, sugerindo melhor experiência ou competência na interação com o mundo. Nesta concepção, não é incomum que ao se atribuir autoridade para alguém se espere um exemplo de conduta consistente, um Ethos⁷ correspondente aos princípios e regras defendidas por quem é creditado de autoridade. O comportamento exemplar possibilita um valor de legitimidade no reconhecimento de uma prática de autoridade.

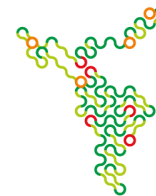
Este tipo de exercício de autoridade pautado no livre reconhecimento recíproco não é um fenômeno que possa ser meramente prescrito ou outorgado. Assim esclarece Gadamer (2007):

[...] a autoridade é, em primeiro lugar, uma atribuição a pessoas. Mas a autoridade das pessoas não tem um fundamento último num ato de submissão e de abdicação da razão, mas num ato de reconhecimento e de conhecimento: reconhece-se que o outro está acima de nós em juízo e visão e que, por consequência, seu juízo precede, ou seja, tem a primazia em relação ao nosso próprio juízo. Isso implica que, se alguém tem pretensões à autoridade, esta não deve ser-lhe outorgada; antes, a autoridade é e deve ser alcançada. Ela repousa sobre o reconhecimento e, portanto, sobre uma ação da própria razão que, tornando-se consciente de seus próprios limites, atribui ao outro uma visão mais acertada. A compreensão correta desse sentido de autoridade não tem nada a ver com a obediência cega a um comando. (GADAMER, 2007, p. 371).

No entanto, em ocasiões em que professores e alunos, escola e sociedade, entram em conflitos que estimulam autoritarismo e desrespeito, promovendo contextos turbulentos e disruptivos, é possível emergir caminhos para uma “consolidação de simulacros de autoridade em novos espaços e personagens sociais, como os ídolos midiáticos ou os profetas da autoajuda”, (CARVALHO, 2015, p. 984), possibilitando uma prática e internalização de modelos consolidados em formas distorcidas da realidade, produzindo um comportamento reificado.

O conceito de Reificação para Honneth (2018) consiste num tipo de esquecimento ou negação da dimensão social do reconhecimento. Nesse sentido Honneth distingue dois tipos de objetificação reificante, o primeiro é um esquecimento visando objetivos, como por exemplo, aqueles momentos em que se enxerga a outra pessoa como um obstáculo a ser humilhado, derrubado ou prejudicado, para se conseguir alguma vantagem como uma promoção ou vitória num trabalho ou jogo. Já o segundo comportamento reificado é um estado de negação que possibilita ignorar informações

⁷ Éthos é aqui referenciado como um conjunto de traços e modos de existir que conformam o caráter ou a identidade de uma pessoa. “Os antigos possuíam essa noção. Heráclito diz que o éthos de um homem é o seu destino. [...] em suas constantes observáveis, delineiam um projeto de comportamento no qual coincidem o caráter e a personalidade do homem.” (ABBAGNANO, 1999, p. 116.)



relevantes cuja evidência poderia prejudicar certa convicção ou tese, em um tipo de percepção seletiva, por conveniência.

Sob esta perspectiva, o comportamento reificado pode favorecer uma obturação do espaço do diálogo, inviabilizando um sentido de autoridade como aquele proposto por Gadamer (2007). É possível ponderar que na atualidade, no âmbito da educação, uma autoridade possível consiste daquilo que emer do reconhecimento mútuo pelo diálogo, em outras palavras, o fenômeno de autoridade na atualidade parece emergir em ocasiões onde se reconhece os processos que estão presentes no campo das lutas por reconhecimento recíproco conforme sinalizado por Axel Honneth.

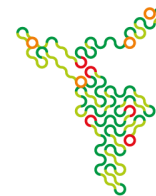
Honneth (2003) propõe que uma das características da sociedade atual está no fato da valorização pessoal se constituir das relações intersubjetivas norteadas pela busca de reconhecimento dos resultados individuais de desempenho. Para este autor, a relação das pessoas consigo próprio e a experiência de reconhecimento é proveniente da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal.

No encontro de dois sujeitos, uma nova esfera de ação é aberta no sentido de ambos os lados serem compelidos a restringir suas ações egoístas tão logo quanto se encontram. Diferente do ato de satisfazer necessidades, na qual a realidade viva permanece inalterada, no processo de interação ambos os sujeitos passam por transformações. (HONNETH, 2014, p. 15).

Na medida em que a autoimagem de cada pessoa se constitui na dimensão das interações pelas realizações individuais constantemente reforçadas no outro, é possível ponderar que “a integridade do ser humano se deve de maneira subterrânea a padrões de assentimento ou reconhecimento” (HONNETH 2003, p. 213) em três contextos distintos de relacionamentos que interferem na percepção e manifestação da identidade humana, são eles; relações familiares, relações jurídicas e relações sociais.

Honneth tem como uma das propostas em sua obra, elucidar a relação existente entre subjetividade e intersubjetividade, para esta tarefa adota como uma importante referência a ênfase que Hegel atribuiu ao fenômeno intersubjetivo do reconhecimento no processo de autorrealização pela construção da liberdade individual, uma vez que:

A partir da ideia de reconhecimento pode se desdobrar um conceito de intersubjetividade onde formas diferentes de sociabilidade vão surgindo no decorrer dos próprios conflitos em torno do reconhecimento, nas quais as pessoas ao mesmo tempo afirmam sua subjetividade autônoma e reconhecem-se na sua pertença comunitária. Ou seja, a relação constitutiva entre identidade pessoal e a práxis cultural e as instituições é entendida não como relação instrumental ou relação de dependência orgânica, substantiva, do indivíduo com a comunidade, mas como relação reflexiva de reconhecimento recíproco. O reconhecimento



permite uma reconciliação, sempre passível de revisão, quando for o caso, entre diferença e identidade (WERLE, 2004, p.52).

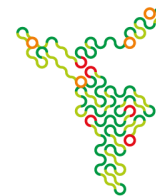
Na teoria de reconhecimento recíproco proposta por Honneth (2003), o sentimento de autoconfiança surge nas relações familiares e de amizade pela via do amor enquanto exposição ao cuidado pelo afeto, o autorrespeito é proveniente das relações jurídicas pela garantia dos direitos e a autoestima nas relações sociais emerge pela exposição ao fenômeno da solidariedade.

Sobre isso esclarece Honneth:

[...] são as três formas de reconhecimento do amor, do direito e da estima que criam, primeiramente, tomadas em conjunto, as condições sociais sob as quais os sujeitos humanos podem chegar a uma atitude positiva para com eles mesmos; pois só graças à aquisição cumulativa de autoconfiança, autorrespeito e autoestima, como garante sucessivamente a experiência das três formas de reconhecimento, uma pessoa é capaz de se conceber de modo irrestrito como um ser autônomo e individuado e de se identificar com seus objetivos e seus desejos. (HONNETH, 2003, p. 266.)

Quando em um ou mais contextos se consolida uma experiência de desrespeito na forma de reconhecimento recusado ou esquecido, pode emergir um sentimento de privação e humilhação que estimulando um senso de injustiça potencializa um movimento de luta pela dignidade e autorrealização capaz de produzir desenvolvimento coletivo e individual, na medida em que se tenciona na direção de melhores formas de interação e organização social enquanto demanda por reconhecimento recíproco, uma vez que “a historicidade interna de todas as relações vitais entre os homens consiste em que, conseqüentemente, se está lutando constantemente por reconhecimento recíproco” (GADAMER, 2007, p. 469).

Nesta direção, situações de desrespeito, nas esferas do amor, direito e estima social, produzem um tipo de motivação pela via do sofrimento, indignação ou senso de injustiça, que impulsiona a pessoa na direção de um interesse emancipatório pela resistência e demanda de pertencimento social, estimulando um estado de luta por reconhecimento recíproco. No entanto, quando neste momento de sofrimento ocorre um forte bloqueio sistemático da motivação emancipatória, produzindo um desequilíbrio ou enfraquecimento da noção de pertencimento de si e do mundo circundante, ferindo assim a capacidade de resistência, pode emergir alguma patologia social, dando lugar a formas distorcidas de percepção da realidade, com potencial esquecimento ou negação de si e do outro, reificação.



Na medida em que o reconhecimento recíproco só ocorre de forma legítima se aquele que reconhece também se reconhece, é possível afirmar que:

Autoconfiança, autorrespeito e autoestima não são, portanto, meramente crenças sobre si mesmo ou estados emocionais, mas propriedades que emergem de um processo dinâmico no qual indivíduos passam a experienciar a si mesmos como possuidores um certo status, seja como um objeto de preocupação, como um agente responsável, como um contribuinte valorizado de projetos compartilhados ou como o que quer que seja. A autorrelação de alguém não é, então, uma questão de um ego solitário refletindo sobre si mesmo, mas o resultado de um processo intersubjetivo contínuo, no qual sua atitude frente a si mesmo emerge em seu encontro com a atitude do outro frente a ele. (Anderson, Honneth, 2011, p.88).

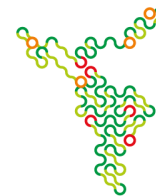
Neste sentido, vínculos de confiança não são um fenômeno simples e unidirecional, da confiança de alguém para outra pessoa, mas implica também uma confiança em si mesmo, sem autoconfiança, autorrespeito e autoestima não é possível emergir um vínculo consistente de confiança, de reconhecimento recíproco.

Quando não convertida em falso reconhecimento, mero simulacro, a perspectiva do reconhecimento intersubjetivo proposta por Honneth (2003) nos parece relevante para o debate e reflexão sobre as possibilidades e limites na atualidade, de uma educação com foco num tipo de autonomia e sentido de autoridade própria de quem entende os processos de luta por reconhecimento, uma vez que:

Assim entendidas as relações de reconhecimento intersubjetivo, estas não se constitui em uma limitação, mas, antes, na condição da liberdade subjetiva e da autonomia pessoal, e a experiência bem-sucedida do reconhecimento das próprias capacidades e necessidades possibilitaria aos sujeitos condições para estabelecerem suas metas de vida de maneira mais autônoma. Uma tal educação, voltada à autonomia, ajudaria a fortalecer a capacidade de os indivíduos reconhecerem-se como pessoas de valor, aprendendo a ver a si mesmos de modo positivo como possuidores de capacidades e necessidades específicas que os constituem como personalidades autônomas e individuadas. (CENCI, 2015, p. 270.).

Na perspectiva de um reconhecimento recíproco manifestado na espontaneidade das interações sociais, pela via da exposição e implicação com o outro enquanto comportamento não reificado na educação, surge como possibilidade algum direcionamento do agir entre os protagonistas uma vez que no estado espontâneo de implicação intersubjetiva, pertencimento social, emerge uma forma internalizada de compromisso, de autoridade, de autorização.

[...] a reprodução da vida se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco [...] no entanto, uma tese relevante para a explicação disso só resulta dessa premissa geral se nela é incluído um elemento dinâmico: aquele imperativo ancorado no processo da vida social que opera como uma coerção normativa. (HONNETH, 2003, p. 155. Grifos nossos).



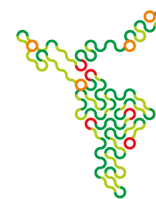
Sob uma perspectiva referenciada na teoria honnethiana de luta por reconhecimento e os processos de reificação é possível ponderar sobre a importância do surgimento de novos estudos no intuito de melhor esclarecer e discutir como vem se configurando os sentidos de autoridade entre os jovens, sobretudo na relação com jovens do ensino médio, uma vez que é neste contexto que os conflitos motivados por reificação são identificados em maior frequência e intensidade.

Ao ponderarmos que a crise de autoridade na educação é em certa medida uma crise influenciada por distintas formas de reconhecimento, adquire relevância algum esforço no intuito de melhor compreender tal fenômeno e seus processos, uma vez que o "reconhecimento social depende do modo normativo de inclusão na sociedade e, conseqüentemente, da diferenciação de esferas de reconhecimento que se dá em uma dada sociedade". (Honneth, 2004, p.358).

Nesta direção acreditamos como relevante a produção de mais estudos pautados nas vozes dos alunos enquanto percepções em torno dos processos do exercício de autoridade em ambiente escolar, seus múltiplos sentidos e condição paradoxal, em uma clara distinção entre reificação e reconhecimento recíproco, no intuito de favorecer uma reconciliação como possibilidade de mitigação daqueles conflitos oriundos pelo desrespeito vivenciado por professores, alunos, escola, família e sociedade, especialmente se concordarmos que há necessidade de um tipo intersubjetivo particular de exercício de autoridade na relação professor-aluno, sobretudo na relação com jovens do ensino médio, para atender a uma demanda psicológica de pertencimento social expressa na luta por reconhecimento, possibilitando com isso uma mitigação de conflitos assim como uma melhor valorização da escola e de seus protagonistas.

Considerações finais

Durante o percurso deste trabalho buscamos ponderar sobre alguma possibilidade de autoridade em educação na atualidade. Iniciamos com o pressuposto de um tipo de autoridade que emerge das relações de confiança sustentadas pela abertura ao diálogo conforme perspectiva gadameriana, posteriormente ponderamos sobre o papel do comportamento reificado como obturação do espaço do diálogo e da autoridade na medida em que dificulta no campo da luta por reconhecimento, o exercício do reconhecimento recíproco.



Avançamos na direção de uma breve perspectiva sobre a teoria de Luta por Reconhecimento de Axel Honneth como possibilidade de identificação dos processos que podem em alguma medida auxiliar na compreensão e mitigação de comportamentos reificados, abrindo possibilidade para um tipo de exercício de autoridade em educação que emerge no campo de luta por reconhecimento..

Salientamos a importância de mais estudos aprofundados, em especial, aqueles que possam contemplar as vozes dos alunos no intuito de compreender como a clareza de tais processos no campo da luta por reconhecimento podem favorecer exercícios de autoridade, especialmente se acordarmos que há necessidade de um tipo intersubjetivo particular de exercício de autoridade na relação professor-aluno, sobretudo na relação com jovens do ensino médio, para atender a uma demanda psicológica de pertencimento social expressa na luta por reconhecimento, possibilitando com isso uma mitigação de conflitos assim como uma melhor valorização da escola e de seus protagonistas.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. Autonomia, Vulnerabilidade, Reconhecimento e Justiça. Cadernos de Filosofia Alemã, **FFLCH-USP**, São Paulo, n. 17, jan./jun. 2011, p.81-112.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

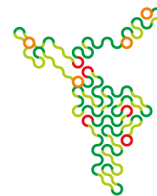
CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. Autoridade e educação: o desafio em face do ocaso da tradição. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 975-993, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000400975>. acessos em 29 Jun. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206309>.

CENCI, A. V. Autonomia, reconhecimento e educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 253-274, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> Acesso em 10 jun. 2021.

ENGELS, Friedrich. Anti-Dühring, 1873. Tradução: Grupo Acrópolis. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-ga.htm>> acesso em 17/07/2021.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. Flávio Paulo Meurer. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HONNETH, Axel. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2018.



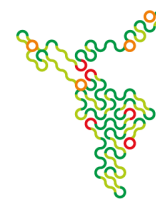
HONNETH Axel. **The I in We:** Studies in theory of Recognition. Cambridge: Polity. 2014

Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=Jh4-](https://books.google.com.br/books?id=Jh4-BQAAQBAJ&lpg=PT26&dq=HONNETH)

[BQAAQBAJ&lpg=PT26&dq=HONNETH](https://books.google.com.br/books?id=Jh4-BQAAQBAJ&lpg=PT26&dq=HONNETH)> Acesso em 15 jun. 2021.

Honneth, Axel. **Luta pelo reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

WERLE, D. L. **Lutas por reconhecimento e justificação da normatividade.** 2004. Tese (Doutorado) Curso de Filosofia da USP, São Paulo, 2004.



O COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE VIDA NO ENSINO MÉDIO COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

Vanessa Souza Pereira¹
Edson Luiz Mendes²

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de abordagem do componente curricular Projeto de Vida, cuja ementa encontra-se em um campo de disputas em torno dos temas e abordagens a serem trabalhados no Ensino Médio. A proposta está em desenvolvimento há cerca de três anos em uma escola de rede filantrópica localizada em Florianópolis-SC. A ideia principal é que o componente atue de forma que o jovem trabalhador (e/ou oriundo de contextos com maior vulnerabilidade socioeconômica) possa se orientar quanto ao futuro em diferentes dimensões da vida (eu, o outro, a sociedade, a espiritualidade e a técnica) e refletir continuamente sobre os redirecionamentos como classe trabalhadora diante das mudanças no mundo do trabalho. A introdução do componente no novo currículo do Ensino Médio está associada às ideias de formação integral e aprendizagem flexível, que buscam a formação de profissionais flexíveis, adaptáveis e multitarefa, que acompanhem as transformações tecnológicas e possam vir a desempenhar diversos trabalhos ao longo da vida. No entanto, ao considerar a adolescência como uma fase da vida na qual as experiências vividas dependem consideravelmente das condições de classe de cada indivíduo, temos diversas adolescências sendo construídas nos diferentes espaços sociais. Assim, a proposta diferenciada para a classe trabalhadora se justifica como forma estratégica de superação das desigualdades e autonomia dos sujeitos na leitura das consequências das transformações no mundo do trabalho.

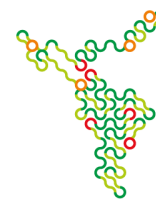
Palavras-chave: juventudes, projeto de vida, currículo, ensino médio

THE CURRICULAR COMPONENT PROJECT OF LIFE IN HIGH SCHOOL AS A STRATEGY TO FACE INEQUALITIES

Abstract: The objective of this work is to present a proposal for approaching the Life Project curricular component, whose syllabus is in a field of disputes around the themes and approaches to be worked on in High School. The proposal has been under development for about three years at a school with a philanthropic network located in Florianópolis (Santa Catarina - Brazil). The main idea is that the component acts in such a way that the young worker (and/or from contexts with greater socioeconomic vulnerability) can guide themselves about the future in different dimensions of life (me, the other, society, spirituality and technique) and continually reflect on redirects as a working class in the face of changes in the world of work. The introduction of the component in the new high

¹ Socióloga, pedagoga e Mestra em Educação (UFRGS). Grupo Marista, Florianópolis-SC/Brasil.

² Licenciatura em Educação Física (UFSC) - Especialista em Educação Física Escolar (UFSC) - Especialista em Pedagogia Gestora com ênfase em Administração, Orientação e Supervisão Escolar (FEJ) e Especialização em Doutrina Social da Igreja (FCSA). Atualmente está na Coordenação Pedagógica de Ensino Médio. Grupo Marista, Florianópolis-SC/Brasil.



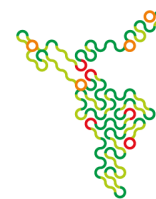
school curriculum is associated with the ideas of comprehensive training and flexible learning, which seek to train flexible, adaptable and multitasking professionals, who can keep up with technological changes and may come to perform various jobs throughout their lives. However, when considering adolescence as a stage of life in which the experiences lived depend considerably on the class conditions of each individual, we have several adolescences being built in different social spaces. Thus, the different proposal for the working class is justified as a strategic way of overcoming inequalities and autonomy of the subjects in the reading of the consequences of changes in the world of work.

Keywords: youth, project of life, curriculum, high school

O objetivo deste trabalho é apresentar e refletir sobre a proposta de abordagem do componente curricular Projeto de Vida no Ensino Médio, cuja ementa encontra-se em construção em torno dos temas e abordagens a serem desenvolvidas. A proposta está em desenvolvimento há cerca de 3 anos em uma escola de rede filantrópica localizada em Florianópolis-SC.

A *Escola Social Lúcia Mayvorne*, antiga Escola Básica Lúcia do Livramento Mayvorne, desde 2012 é administrada pelo Grupo Marista, por meio de convênio com o governo do estado de Santa Catarina. Situada no Maciço do Morro da Cruz, mais especificamente na comunidade do Monte Serrat, atende também estudantes de outras comunidades próximas, como Alto da Caeira, Caeira do Saco dos Limões, Serrinha, Nova Descoberta, Tico-Tico, Mocotó entre outras. Essa região é considerada pelo poder público municipal como uma das mais empobrecidas da cidade (PMF, 2015). Com uma média de 30 mil habitantes, seu processo de formação teve início através de ocupações irregulares e sem estrutura, em encostas e morros que por longo tempo foram negligenciados pelo Estado. Vivendo em condições de miséria, onde o crime organizado detém poder e contribui com as diversas violências existentes.

A introdução do componente no novo currículo do Ensino Médio brasileiro está associada à reforma e implementação do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), que prevê uma modificação na estrutura curricular e a flexibilização dos percursos formativos. Esse novo componente atuaria também como um auxílio para o estudante montar seu percurso no Ensino Médio a partir do desenvolvimento do autoconhecimento e construção de projetos próprios. A ideia de aprendizagem flexível acompanha a dinâmica do capitalismo no século XXI e busca a formação de profissionais flexíveis, adaptáveis e multitarefa, que acompanhem as transformações tecnológicas e possam vir a desempenhar diversos trabalhos ao longo da vida. (KUENZER, 2017). Diante da insegurança



socioeconômica nas periferias brasileiras, acentuada pela pandemia COVID-19, a necessidade de adaptação e novas aprendizagens se apresentam como urgentes. Nesse sentido, destacamos as diferentes experiências de juventude com relação a sua classe social, o que no contexto brasileiro representa a exposição a recursos e possibilidades desiguais.

A ideia principal em nossa proposta é que o componente atue de forma que o jovem oriundo de contextos com maior vulnerabilidade socioeconômica, que vivencia uma juventude muitas vezes prematura e intensamente perpassada pelo trabalho, possa conhecer-se e orientar-se quanto ao presente e ao futuro em diferentes dimensões da vida (eu, o outro, a sociedade, a espiritualidade e a técnica), além de refletir continuamente sobre os redirecionamentos como classe trabalhadora diante das dinâmicas do mundo do trabalho.

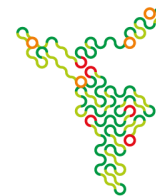
Essa abordagem para os estudantes de periferia se justifica pela estrutura social brasileira historicamente marcada pela desigualdade, de forma que as juventudes têm vivências muito diferentes de acordo com sua origem social. Ao considerar a adolescência como uma fase da vida na qual as experiências vividas dependem consideravelmente das condições de classe de cada indivíduo, temos diversas adolescências sendo construídas nos diferentes espaços sociais. Assim, a proposta diferenciada para a classe trabalhadora se justifica como forma estratégica de superação das desigualdades e autonomia dos sujeitos na leitura dos cenários e o futuro do trabalho.

O jovem estudante/trabalhador brasileiro e os cenários do mercado de trabalho

No Dossiê Juventude e Trabalho da revista Novos Estudos Cebrap de 2020, vários autores demonstram a ampliação do acesso ao Ensino Médio, mas também a imposição da necessidade de busca por trabalho remunerado em contexto de recessão. Nesse cenário, é possível perceber diversos riscos que o jovem corre ao buscar sua inserção no mercado trabalho, devido à alta competitividade, além do risco de evasão, pela sobreposição de atividades.

Vida familiar, vida escolar e vida profissional apresentam-se de maneira combinada nas diferentes trajetórias juvenis, e os pontos de inflexão em uma ou em outra dimensão podem influenciar todas as demais, virando e revirando rumos. (ABRAMO et al, 2020, p. 525)

Corseuil et al (2020) analisaram dados da PNAD Contínua 2012-2019 com relação aos jovens no mercado de trabalho e observaram grandes mudanças no contexto brasileiro, sobretudo para os jovens, da segunda metade da década de 2010 para cá. Entre essas alguns desafios já trazidos pela



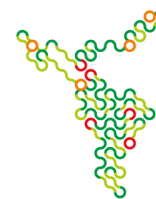
literatura, como aumento da prestação de serviços por aplicativos e aumento da competitividade. Os autores destacam que, em contexto de recessão, empregadores tendem a contratar pessoas mais qualificadas, ainda que para funções como estágio. Assim, a busca pelo primeiro emprego é a mais difícil e tende a ter a pior qualidade e remuneração. Os dados demonstram que se o período do primeiro emprego for curto, a dificuldade ainda é reforçada.

Os autores indicam um contexto de agravamento do quadro revelado pela literatura, com barreiras para inserção dos jovens no mercado de trabalho e aceitação de trabalhos de pior qualidade para começar logo (também por necessidade financeira) e/ou entrada no mercado de trabalho via informalidade.

Nesse contexto, o acesso à universidade também fica comprometido, pois o trabalho ocupa grande parte do tempo do estudante, que precisa também lidar com os deslocamentos diários e o cansaço da rotina. Exames como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), competitivos e que definem o acesso à universidade, demandam uma preparação que os jovens trabalhadores muitas vezes não têm condições de manter, trazem dúvidas sobre as próprias capacidades. Abramo et al (2020) ao entrevistar jovens de 15 a 24 anos em 2015, perceberam um senso partilhado de que é obrigação dos pais apoiar os estudos até o Ensino Médio, a partir daí, os cursos devem ser conquistados/bancados pelos próprios estudantes, como um projeto pessoal. Assim, o apoio familiar para essa preparação e exposição a um exame muitas vezes é inexistente, também por falta de experiência e conhecimento das famílias sobre esses processos.

A comunidade escolar e o componente curricular Projeto de Vida no Ensino Médio do Lúcia

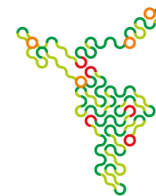
Nossa escola é fruto de uma parceria entre Grupo Marista e Governo Estadual e, desde 2012, atende crianças, adolescentes e jovens com o Ensino Fundamental e Médio na perspectiva da Educação Integral. A escola anterior, cuja gestão era do governo estadual, era fruto da luta e participação comunitária ao longo das décadas de 1980 e 1990; mas ao longo dos anos e com o processo de fragilidade de atuação pública na Educação, a antiga Escola Estadual Lúcia do Livramento Mayvorne chegou a 2011 com um grande número de educandos evadidos, um espaço físico muito deteriorado e os processos de ensino e aprendizagem extremamente deficitários. A presença Marista na Comunidade é anterior a esse processo e se deu com o surgimento do Centro



Social Mont Serrat, em 1999, e do Centro Social Ir. Celso Conte, em 2007, com a missão de promover a formação de cidadãos éticos, justos e solidários, por meio da educação orientada pelos valores do Evangelho, do jeito de Maria, para a transformação da sociedade, tendo como princípio uma educação autônoma e colaborativa voltada para a juventude e tendo como foco a preparação para a vida. Com aspectos das múltiplas dimensões de realização do humano através de práticas pedagógicas contextualizadas com o território e construção coletiva – educando, educadores, famílias, escola - do processo de ensino-aprendizagem, busca-se construir saberes para a vida e não estritamente para uma profissão ou para adquirir um conhecimento formal focado na preparação para o nível superior.

O Ensino Médio na escola iniciou suas atividades em 2015 e passou por mudanças desde então: os estudantes chegaram sem a cultura do estudo; com acentuada defasagem de conteúdos essenciais; dificuldades na comunicação verbal e escrita, interpretação e raciocínio lógico. Os sonhos eram limitados, como se não fossem capazes (baixa autoestima) ou como não tivessem esse direito. A conclusão do Ensino Médio já era suficiente e assim poderiam trabalhar em funções como vigilantes, recepcionistas ou auxiliares. Essas eram as maiores perspectivas trazidas pelos educandos na época. O cansaço físico do trabalho diurno sempre foi outro limite, porém a disposição e interesse para utilização da linguagem tecnológica e para metodologias diferenciadas foram sendo bem acolhidas. Com os investimentos da instituição e da comunidade nos processos educativos, tivemos uma progressiva mudança de perfil dos estudantes do Ensino Médio, com significativa mudança na taxa de distorção idade-série, proficiência e especialmente os discursos sobre suas próprias capacidades. No ano de 2020, já ouvíamos dos estudantes os desejos e perspectivas de cursar o ensino superior, inclusive em cursos concorridos como Medicina. Nesse percurso, progressivamente outros estudantes acessaram o ensino superior em cursos diversos como Enfermagem, Direito, Ciências Sociais, Matemática, Biblioteconomia, Pedagogia, Design e Administração.

A proposta das atividades e assuntos trabalhados no componente curricular Projeto de Vida no Lúcia envolve demandas trazidas pela comunidade escolar e discussões em reuniões pedagógicas entre o grupo de professores do Ensino Médio. A inclusão permanente do componente na grade curricular se deu no ano de 2018 com o objetivo de vincular com os estudantes a perspectiva de construção coletiva de projetos de vida voltado aos interesses particulares de cada sujeito, além da exigência que viria mais tarde com a implementação do Novo Ensino Médio. Em 2017 iniciou-se uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – Departamento Ciências da Informação,



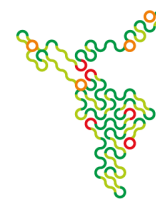
que em seguida foi incorporada à atuação do componente curricular e cuja atuação acrescentou várias possibilidades de futuro e profissionalização através da Universidade (MINGHELLI et al, 2021).

Inicialmente, a inserção de mais um componente curricular na rotina dos estudantes trouxe estranhamento para o grupo de estudantes, que levou um tempo para acolher a proposta de um componente curricular que tratasse dos projetos pessoais de cada um(a). Com a apresentação das propostas e o progressivo interesse dos estudantes, alguns temas foram se desenhando como essenciais para os jovens do Ensino Médio das comunidades que envolvem a escola. Levamos em consideração também as diretrizes da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e do Grupo Marista (Educação para Interioridade e Projeto de Vida). Dessa forma, ao longo dos últimos 3 anos, formaram-se os seguintes eixos temáticos para o componente:

- Desenvolvimento da cultura de estudos
- Preparação crítica para o trabalho
- Relacionamentos e comunicação interpessoal
- Autoconhecimento e percepções sobre o processo de construção da identidade na adolescência
- Orientação profissional e perspectivas de continuidade dos estudos em nível técnico ou superior
- Cidadania, direitos civis, políticos e sociais

No final do primeiro semestre de 2021, perguntamos a estudantes do 2º e 3º que atividades do componente curricular haviam lhes chamado a atenção ao longo de sua trajetória no Ensino Médio. Mais especificamente, a questão foi *“Pense nas atividades e conversas que tivemos no componente de Projeto de Vida nos últimos anos. Se você fosse convidado a contar a um estudante de outra escola sobre uma atividade ou tema que foram significativos para você, o que você contaria?”*

Devido ao contexto de retorno gradual dos estudantes para o ensino presencial e ensino híbrido (com alternância de grupos entre tempo-escola e tempo-casa), fizemos esse questionamento apenas aos estudantes que estavam presencialmente na escola em três dias, assim, cerca de 35% dos nossos estudantes matriculados em 2021 responderam ao questionário. Suas idades variam entre 16 e 18 anos e 70% desses estudantes contaram que trabalham ou já trabalharam. Dos que estão trabalhando, 20% estão em sua primeira experiência de trabalho em 2021.



Dentre as respostas trazidas pelos estudantes, as dinâmicas citadas foram categorizadas por assunto, resultando em 5 “eixos”: cidadania, estudos e vida acadêmica, identidade e autoconhecimento, relacionamentos e trabalho.

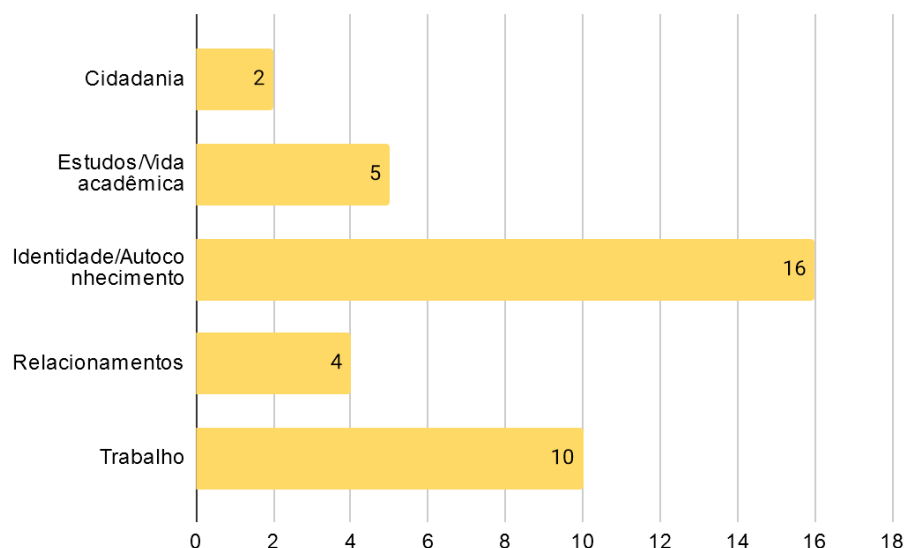
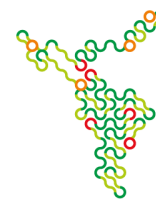


Gráfico 1 – Temáticas destacadas pelos estudantes no componente curricular Projeto de Vida

Em vários momentos, os estudantes trouxeram falas sobre o componente no sentido de “preparação para o mundo”, o que representa um pouco de seus anseios e pressões sobre o futuro. As dinâmicas sobre autoconhecimento e formação da identidade pessoal foram as mais citadas pelos discentes, possivelmente por seu caráter lúdico, dialógico e reflexivo, que possibilitam descobertas sobre si mesma(a). Dentro dessa categoria também estão as dinâmicas que envolvem orientação profissional, visto que são muito ligadas com o autoconhecimento e descoberta de propósitos.

Em segundo lugar entre as dinâmicas mais mencionadas foram aquelas referentes ao tema “Trabalho”. Em especial a partir do segundo ano, nossos estudantes têm referido esse interesse e solicitado auxílio para a composição de *curriculum vitae* e sobre como iniciar a busca por trabalho. Nesse sentido, tratamos e analisamos as leis trabalhistas, diferentes formas de contratação e vínculo, ética no trabalho, direitos dos trabalhadores entre outros temas.

Por fim, foram citadas as dinâmicas que envolvem relacionamentos, estudos e cidadania. Sobre os relacionamentos, o que mais foi citado foi a abordagem da Comunicação Não-Violenta, demanda muito presente no contexto da nossa escola. Quanto aos estudos, tínhamos uma grande



necessidade no que se refere ao uso do caderno como material de estudo, organização dos materiais recebidos e concentração para estudo autônomo, sobretudo em contexto de aulas no formato híbrido (uma semana estudando na escola e uma semana estudando em casa). Foram discutidas diversas técnicas e possibilidades de auxílio para que os estudantes construíssem sua organização para os estudos. Outra categoria citada pelos estudantes foi com relação aos seus direitos e deveres como cidadãos, especificamente as aulas sobre os documentos que os cidadãos podem possuir, sua função, importância e como muitos desses serão utilizados na inserção no mercado de trabalho e na continuação dos estudos em nível técnico ou superior.

Considerações finais

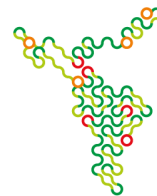
Ao longo do desenvolvimento deste estudo, fomos percebendo que além de *apresentar* a nossa trajetória na busca pela construção de uma abordagem significativa do componente curricular Projeto de Vida em nossa escola, nosso principal objetivo foi *refletir* sobre esse caminho, desde que o componente foi colocado como uma exigência de diretrizes nacionais e da rede mantenedora até o reconhecimento dos estudantes sobre como esses momentos os auxiliam na “preparação para o mundo”.

Consideramos que a inserção desse novo componente, apesar da lógica que impõe uma flexibilização dos sujeitos de forma muitas vezes cruel, sobretudo para os jovens de periferia, pode ser uma oportunidade para uma formação crítica sobre os processos que envolvem a juventude e a vida futura no contexto brasileiro. Assim, vemos como necessária uma aprendizagem para leitura do mundo do trabalho enquanto classe trabalhadora, para sua inserção, desenvolvimento e autonomia.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo; CORROCHANO, Maria Carla. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos Estudos CEBRAP**. v. 39, nº 113, set.-nov. 2020. p. 523-542. p. 501-520. Disponível em: <http://novosestudios.com.br/wp-content/uploads/2020/12/04_dossie_abramo_118_p522-543.pdf>. Acesso em abril de 2021.

CORSEUIL, Carlos Henrique L.; FRANCA, Maíra P.; POLOPONSKY, Katcha. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. **Novos Estudos CEBRAP**. v. 39, nº 113, set.-nov. 2020.



KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**. v. 38, nº 139, jun. 2017. p. 331-354.

MINGHELLI, M.; PEREIRA, V.; VALE, M.; GARCIA, B.; MARTINS, Y.; FARIAS, I. Tão, tão distante: a extensão universitária e a (ir)relevância das periferias. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 12, n. 1, p. 113-124, 14 abr. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Projeto Maciço do Morro da Cruz**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Infraestrutura. 2015.



O CORPO E VIOLÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DAS INTERSUBJETIVIDADES JUVENIS NO ENSINO MÉDIO: NA LUTA POR RECONHECIMENTO.

Elmer Erico Link/¹
Jeferson da Silva²
Cleber Gibbon Ratto³

Resumo: Busca-se neste ensaio, apresentar de forma sucinta os primeiros passos de um projeto de tese de doutorado, na intenção de entender a construção da intersubjetividade juvenil e luta por reconhecimento no corpo, na integração pessoal no contexto escolar do ensino médio. A partir do fenômeno intersubjetivo que os jovens apresentam no ambiente escolar, na tensão potente, dos estereótipos de jovens violentos e apáticos, que dão indícios de patologias sociais na contemporaneidade. Essa transição tem causando uma crise nas formas de viver, de educar e nas instituições tradicionais. No intuito de compreender o jovem e seu discurso contemporâneo marcado pelos sintomas da cultura, fundamentar-se-á na Teoria de Luta por reconhecimento de Axel Honneth e na teoria psicanalítica do Amadurecimento pessoal de Donald Winnicott, uma pesquisa investigativa, exploratória e descritiva. A partir dos dados que serão coletados junto aos jovens através de grupo de discussão, numa fusão de horizontes na perspectiva fenomenológica-hermenêutica em Hans-Georg Gadamer que permita compreender o fenômeno social.

Palavras-chave: Corpo, Juventudes, Luta por reconhecimento, Escola.

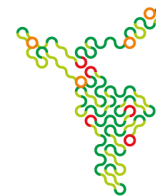
Abstract: The aim of this essay is to succinctly present the first steps of a doctoral thesis project, in order to understand the construction of youth intersubjectivity and the struggle for recognition in the body, in personal integration in the high school context. From the intersubjective phenomenon that young people present in the school environment, in the tension, of the stereotypes of violent and apathetic young people, which give evidence of contemporary social pathologies. This transition has caused a crisis in the ways of living, educating and traditional institutions. In order to understand young people and their contemporary discourse marked by the symptoms of culture, it will be based on Axel Honneth's Theory of Fight for Recognition and Donald Winnicott's Psychoanalytical Theory of Personal Maturity, an investigative, exploratory and descriptive research based on of data that will be collected from the young people through a discussion group, in a fusion of horizons in the phenomenological-hermeneutic perspective in Hans-Georg Gadamer that allows to understand the social phenomenon.

Keywords: Body, Youth, Fight for recognition, School.

¹ Doutorando em educação, Universidade Lasalle Canoas Rs, - Bolsista Capes

² Doutorando em educação, Universidade Lasalle, Canoas, Rs – Bolsista Capes

³ Doutor em Educação, professor orientador do Programa de Pós-graduação – Universidade Lasalle, Canoas, Rs.



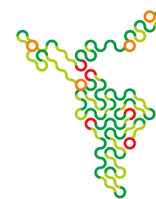
INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é rico de histórias de vidas compartilhadas, sendo o momento, oportuno para entender as diferenças, as subjetividades e intersubjetividade de uma cultura que apresenta sintomas, no jovem dos extremos, da apatia a violência, no desejo de se sentirem reais, dando sinais da necessidade de mediação de adultos nos ambientes de interação, esvaziado no seu papel, no confronto com as estruturas sociais contemporânea que tende a confirmar sintomas, e poucas vezes disposta a refletir sobre as falhas do ambiente no suporte, no sentido de reparação.

Este movimento juvenil carece de reflexão, numa escuta a partir dos jovens, no ambiente escolar com potencial de cuidado, como possibilidade de o jovem eleger o que deseja. Tomando o corpo como o limite intersubjetivo do ser no mundo, do indivíduo consigo mesmo e com o outro, como possibilidade de compreender o processo de busca existencial na atualidade, na medida em que o sujeito incorpora novos níveis de consciência e pretensões, que pode desencadear luta por reconhecimento intersubjetivo, no conflito fundante das relações humanas no convívio com os seus pares.

As características presentes no âmbito escolar na atualidade, tendem a formulações de discursos de patologia sobre o jovem o "apático" e "violento", que é colonizado por adultos e confirmados pela sociedade, sendo que essa muitas vezes não corresponde, pois trata-se como uma condição juvenil naturalizada de um fenômeno social, estes presságios da cultura falam mais da sociedade do que dos próprios jovens, neste sentido se faz necessário entender a atualidade, a partir dos jovens e seus ambientes psicossociais, dialogando com eles a partir de suas formas de conceber o mundo e a si próprios, pois estamos diante de novos paradigmas, nas intersubjetividades juvenis.

Maria Rita Kehl (2007) discorre sobre a juventude como sintoma da cultura, produto da sociedade, sem lei para balizar, onde o lugar do adulto se apresenta vago, o ser jovem é o ideal de sociedade, despido de valores para orientar a vida no mundo, vive-se um presente sem perspectiva de futuro, talvez possamos falar que jogam o indivíduo numa espécie de vazio existencial. Neste contexto, as crianças chegam à adolescência, com uma forte necessidade do olhar do outro, num corpo que desperta para sexualidade com toda a sua potência, acompanhado de ansiedade, desamparo, violência, arrogância, ironias, mentiras que confrontam as estruturas sociais contemporâneas aflitas pela falta de sentido, incapaz de proporcionar sociabilidades.



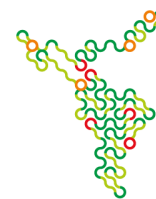
A partir disso, Birman (2006) faz uma leitura psicossocial das transformações da atualidade, vinculadas com as complexidades das juventudes, enquanto etapa psíquica e sociológica, onde ocorreram transformações, no modelo familiar e cultural, a vida urbana é alterada em todas as classes sociais, nas populares com a antecipação do trabalho, abandono precoce das escolas, nas de classe média e elites, as figuras originárias são substituídas, por creches e escolas, ocorre uma antecipação e prolongamento da própria adolescência. Como pontua o próprio Birman:

O efeito maior disso tudo é a fragilização psíquica das crianças e dos jovens, que apenas enfatiza a precariedade de investimentos a que me referi acima. Por não poderem experimentar as dificuldades e os impasses que o espaço da rua e da circulação urbana impõem, os jovens não constroem medidas de proteção para isso. (BIRMAN, 2006, p. 17).

O autor prossegue mostrando que a precariedade dos investimentos afetivos são “o desamparo que caracteriza a juventude hoje, que inscreve e marca dolorosamente no seu corpo, lancetado pelas tatuagens, a sua condição psíquica torturada” (BIRMAN, 2006, p. 20) denunciando a falha nas relações, como causa da violência para dar visibilidade identitária, ancorada no corpo de exibição de força, diante da fragilidade das referências simbólicas da atualidade, busca-se o respeito dos outros, expressa o mal-estar social, que aponta abandono do próprios pais, no esvaziamento de experiência de reconhecimento. As marcações no corpo seriam formas de demonstrar virilidade, chamar atenção, podendo se chegar ao ato violento.

Considerando a apatia e violência como sintoma social, elas nos dão pistas de desejo do jovem na contemporaneidade, a necessidade de sentir e de pertencer a um grupo, ter e narrar a sua história. Diante das incertezas, desamparos e constantes mudanças, pode surgir a apatia e a agressividade, como grito de socorro, do sujeito de direito, no conflito das relações humanas, onde os jovens, através de seus atos, sinalizam o mal-estar, nas lacunas deixadas pelas instituições formadoras, família, escola e a sociedade que não conseguem suprir a demanda de falta de sentido, no esvaziamento do espaço público, os mesmos dão indícios de vazio de experiência, na esfera social. Aqui podemos inferir uma reflexão sobre as juventudes: Apáticos prá quem? Violentos prá quem?

O conflito se origina de uma experiência de desrespeito, individual ou coletivo perante a sociedade no sentido de se sentir como pessoa valorosa. Para tanto os objetivos específicos deste ensaio busca entender os jovens nos seus ambientes psicossociais, dialogar com os mesmos, a partir de suas formas de conceber o mundo e a si próprios, pois estamos diante de novos paradigmas, e estes



se refletem nas intersubjetividades juvenis, que busca marcar presença no tecido social. Ao mapear os sintomas da cultura através de grupos de discussão junto aos jovens, busca-se identificar pegadas da construção de identidades a partir de experiências positivas e de desrespeito que motivam a luta por reconhecimento, no fluir da vida, no desejo de continuidade e espontaneidade em oposição ao desamparo.

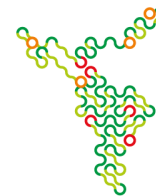
O presente projeto de tese de doutorado situa a problemática na área filosofia, psicologia e educação. Tem como proposta investigar os sintomas da cultura, a partir dos estereótipos de jovem violento e apático, pautado no diálogo como campo de luta por reconhecimento intersubjetivo no contexto escolar da contemporaneidade. A pretensão enquanto objetivo geral compreender as expressões de luta por reconhecimentos, no sentido de ser reconhecido e nos desequilíbrios ou patologias sociais, no conflito, percebe-se os sintomas marcadores das relações intersubjetivas no processo de formação.

Como tese preliminar diante destas construções iniciais de uma pesquisa foi formulada a partir do conflito, no olhar de Axel Honneth: A experiência de ser renegado no reconhecimento na forma de desrespeito, violação, maus-tratos, no rebaixamento pessoal, podem estimular a violência e apatia entre os jovens, que lutam pelo reconhecimento na atualidade.

Revisão teórica

As transformações socioculturais que se estabelecem a partir uma economia e cultura globalizada, redefinem sentidos de pertencimento, identidades e a própria noção de cidadania. Podemos inferir que temos novos modos de ser, característicos da atualidade. Neste sentido compreender as intersubjetividades juvenis no corpo, nos relatos de apatia e violência como sintoma social, é um caminho de possibilidade, para adentrar-se as vivências do cotidiano escolar, no diálogo com e entre os jovens dar voz ao fato que tem gerado os estereótipos de patologia.

Ao dialogar-se com as juventudes, tem-se apenas recortes de um mundo vivido em sua complexidade, desamparo, insegurança, descontinuidade, imprevisibilidade que interferem nas sociabilidades juvenis, mudam estruturas, alteram a caminhada, pelos próprios caminhantes, numa mobilidade que muda as regras do jogo da vida, como bem descreve Pais et al., (2017) ao se referir às estruturas labirínticas:



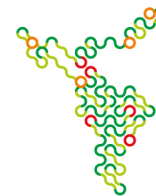
O jogo da vida não é, contudo, um jogo de xadrez ou de futebol... O palco da vida é mais complicado, pois assemelha-se a uma estrutura labiríntica. Há dois tipos de estruturas labirínticas: as fixas e as móveis. Nas fixas, como no labirinto de Creta da mitologia grega, há uma divergência de conhecimento entre o arquiteto e o viajante, entre Dédalo e Teseu. Para o arquiteto o labirinto tem uma estrutura lógica; para o viajante é um mistério interpretativo. Mais complexas são as estruturas labirínticas de natureza social. Por quê? Porque elas são móveis. Mudam as estruturas e os caminhantes ajudam a mudá-las. É nesse cenário que decorrem as trajetórias juvenis (PAIS et al., 2017, p. 306).

O fenômeno das juventudes na contemporaneidade tem se apresentado como um tema de grande complexidade, como define Morim (2002, p.13): para entendermos o nosso tempo, necessitamos de um pensamento complexo, pois estamos diante de “um tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem o mundo”. Ao tentarmos definir o termo juventude nos deparamos com questões singulares e plurais que constituem o ser jovem. Desta forma temos uma diversidade de argumentações teóricas relacionadas às juventudes, ficando difícil uma única definição conceitual. O conjunto delas nos permite uma maior apreensão da realidade em estudo.

Segundo Dayrell (2010, p. 4) o termo “juventudes” no plural compreende as múltiplas formas da condição de ser jovem, que passa por uma constituição biológica, social e cultural. “[...] não existe um único modo de ser jovem, o que nos leva a enfatizar a noção de juventudes, no plural, para explicitar a diversidade existente de modos de ser do jovem”. No entanto, enquadrar os jovens em faixa etária, seria uma forma simplista de analisar a complexidade, ligadas às vivências particulares de um processo diverso e condição que um ambiente proporciona, em aspectos sociais e culturais, no qual ocorre a constituição da condição juvenil na sociedade, respeitando a diversidade e singularidade.

O termo juventudes, no plural aparece nas pesquisas de outros autores como: Pais (1993), Reguillo (2001), Sposito; Tarábola (2017) que compartilham algumas semelhanças em suas linhas de pensamento, diante dos atravessamentos culturais da atualidade, que altera o modo de subjetivação e busca por reconhecimento. Um tempo marcado por adaptações contínuas, perdendo-se muitas vezes as memórias sociais do passado, numa valorização do novo, produzindo novas subjetividades e intersubjetividades, alterando percepções, formas de inserção nos grupos, trazendo novos conflitos e sofrimentos psíquicos decorrentes de transformações sociais e culturais.

As juventudes, no sintoma da violência e apatia tem se mostrado um desafio às relações sociais contemporâneas e ao processo educativo, evidencia-se na violação dos direitos, na falta de respeito



pelos outros e na desconsideração das diferenças. Ao acompanhar as notícias, torna-se visível as múltiplas facetas da problemática relacionada a violência, associada aos jovens de todas as classes sociais, com diferentes configurações e tratamentos, não colocando juízo de valor nesta reflexão. O fenômeno atual apresenta um lado sombrio da violência entre as juventudes, assinalado por Borges (2017, p. 53):

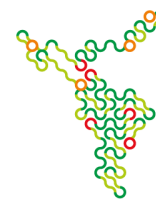
Os movimentos contestadores, revolucionários, libertários, os questionamentos, o desejo de mudar a ordem social vigente, tudo isso sempre veio pela voz dos jovens. O que tem nos chamados a atenção na contemporaneidade é o viés da criminalidade por vezes presente nos atos violentos que temos presenciado e que muitas vezes nos causam horror, tirando-nos a possibilidade da palavra para contornar o inimaginável.

Para ampliar este debate, apresenta-se alguns dados estatísticos, no cenário da violência extrema, a banalidade da vida humana, na falta de reconhecimento como responsável pelo outro. Trata-se do crescimento dos índices de violência nas últimas décadas, que motivam um certo desconforto social, pois causa a morte prematura de jovens de 15 a 29 anos. A questão dos homicídios no Brasil vem sendo acompanhada desde a década de 1980. De acordo com o Atlas da violência de 2019:

Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos; tal quadro faz dos homicídios a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros em 2017. (IPEA- ATLAS VIOLÊNCIA, 2019).

Os resultados apresentados demonstram um significativo crescimento de jovens vítimas da violência extrema. Podendo-se inferir que as mudanças ocorridas na atualidade, interferem na maneira do jovem expressar a agressividade, no individualismo exacerbado, com excessiva carga destrutiva na impulsividade irrefletida, com disposição para matar, na condição de que o outro é um simples objeto, alguém que não é reconhecido como sujeito.

Essa dinâmica de vida e a falta de apropriação pessoal, são indícios de um traço da contemporaneidade, na qual o jovem não internalizou experiências positivas para reconhecer o outro no cenário social, sinalizando desta forma um espírito de época, no desamparo da vivência, na troca de experiência, deixando vulnerável os nossos jovens, com predomínio do narcisismo onipotente, que marca as formas do sujeito de se manifestar nos laços sociais.



Tomando a questão do corpo como central nas relações e trocas sociais, o presente estudo busca mapear tendências da percepção que o jovem tem sobre si e seu corpo e nos sintomas da cultura de apatia e violência, como uma marca social, de luta por reconhecimento, aponta falhas no acolhimento das demandas dos adolescentes que buscam uma confirmação através dos valores contemporâneos, nesta fase de descoberta pessoal, no desejo de ser. Conforme aponta em seu artigo Zamora e Maia 2009:

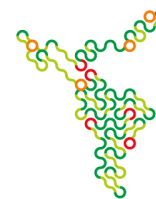
Dessa forma, compreendemos que a destrutividade e a violência de certos jovens advêm não somente de uma falha na família, mas também em uma falha da sociedade em acolher o jovem na sua procura por dignidade e respeito. Se quando a criança incomoda, a sociedade somente cobra e pune, não dando nada em troca ou quebrando o esperado como retorno no investimento desse jovem, o que aparece como consequência é a chamada delinquência social.” (ZAMORA e MAIA 2009 , p. 146)

Diante deste fato, os desafios psicossociais e educacionais que se tem diante das juventudes, que buscam limites no corpo, nos sintomas de apatia e de violência, traz às instituições formadoras grandes desafios, que se refletem na falta de políticas públicas dispensadas às juventudes. O que constatamos é um grande número de jovens classificados como antissociais, deprimidos, insatisfeitos com o seu corpo, gerando suicídios, homicídios, drogadição, vazio existencial, violências arrasadoras apresentadas na falta de sentido diante das mudanças aceleradas que fabricam e descartam corpos como produtos e não como vozes que clamam por ressignificar a própria existência.

O corpo vivo é imprescindível a existência humana, Winnicott define como psicossomático, numa necessidade corpórea, psique e soma estão intimamente interligados pela a integração, pautada por experiência reais no processo de amadurecimento pessoal, associada num princípio de cuidado materno que integra o indivíduo gradativamente numa unidade. Ao apontarmos para os fracassos e as frustrações ocorridas, temos que destacar os sintomas, os quais trazem uma vasta construção de sofrimentos psíquicos característicos de nossa época, como: síndrome do pânico, adições, stress, depressão e transtornos alimentares: a anorexia, a bulimia e a obesidade.

Como vemos as mudanças contemporâneas trouxeram novas subjetividades e intersubjetividades aos jovens que perpassam o corpo, trazendo como impacto o sofrimento psíquico provocado pelas condições de vida social decorrentes das mudanças paradigmáticas. Estas estão sempre aquém dos padrões de modelagem artificiais, impostos pela cultura.

As pessoas estão sofrendo sucessivas e profundas transformações em várias dimensões, deixando as marcas nas crises causadas por constantes mudanças. O ser humano vive muitas vezes



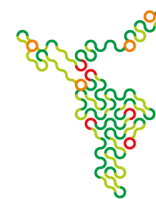
como espectador, não conseguindo mais perceber o todo, apenas uma série de episódios, na expectativa da próxima cena, como se estivesse envolvido na transitoriedade que altera as culturas e leva o indivíduo para novas e irremediáveis mudanças. Deste modo vivenciamos angústias, sentimento de culpa, medo de decepcionar ou de não ser reconhecido, trazendo como consequência o sofrimento psíquico, violência nos jovens na contemporaneidade. E essa transição tem causando uma crise nas formas de viver, de educar e nas instituições tradicionais.

Como percebemos, as juventudes na atualidade têm suas complexidades e estas nos possibilitam uma infinidade de temas que poderiam ser pesquisados para melhor entendermos este fenômeno social que está em pauta, na teoria de luta por reconhecimento de Honneth que busca referência psicanalítica em Winnicott num modelo intersubjetivo que nos permite pensar a constituição da subjetividade.

A partir da tendência a integridade do ser humano, como condição de possibilidade de o sujeito adquirir sua identidade e autonomia pessoal, nos padrões de assentimento ou reconhecimento, em detrimento a formas de desrespeito, ou seja, as formas do reconhecimento recusado. Conceitos negativos designam um comportamento que não representa uma injustiça, só porque atrapalha os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se aquele aspecto de um comportamento danoso pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva.

A Teoria da luta por reconhecimento intersubjetivo e as suas patologias em Axel Honneth, de forma resumida, alicerçado por três pressupostos centrais, busca-se esclarecer as múltiplas condições de conflitos presentes nos grupos sociais na construção do pensamento, interligado a socialização e autorrealização, presente na sociedade atual, onde as pretensões normativas não acolhidas, podem ser originárias de luta por reconhecimento. Define como princípio central, o conflito, diante dos distúrbios nas relações sociais, fundamentais e básicas na construção das trocas sociais, considerando-o elementar para a constituição da interação social de reconhecimento.

Desse modo, na lógica dos conflitos sociais, com base nas considerações de Hegel e Mead, Honneth elabora uma descrição, tendo como suporte as experiências de desrespeito, violação e degradação como categorias de reconhecimento no seu aspecto negativo. Utilizando estes aspectos de risco como condição intersubjetiva na forma de autoconfiança, autorrespeito e autoestima, que



move a busca por reconhecimento, surge a ideia de que a interação entre sujeitos ocorre no conflito, tornando-se um fio condutor de sua teoria. Como descritas por Honneth (2003):

O ponto de partida dessa teoria da sociedade deve ser constituído pelo princípio no qual o pragmatista Mead coincidiria fundamentalmente com primeiro Hegel: a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como destinatários sociais. (HONNETH, 2003, p.155).

A intersubjetividade do sujeito humano, na teoria do reconhecimento, nas dependências de cuidado, respeito e estima, só pode ser satisfeito na mediação com os outros, como condição de luta e consciência da dependência de relações de reconhecimento mútuo conforme Winnicott, ao se reportar a adolescência ele traz as características da rebeldia e dependência como tentativa de “sentir-se real”.

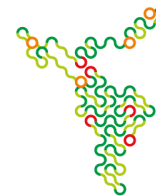
“Aqueles que cuidam de adolescentes não raro veem-se perplexos com o fato que esses meninos e meninas, por vezes tão rebeldes, podem também ser ao mesmo tempo, dependentes a ponto de parecerem crianças e mesmo bebês, manifestando padrões de dependência que talvez remontam aos primeiros meses de vida” (WINNICOTT, 2005, p.125)

Ao buscarmos entender a adolescência na visão de Winnicott percebemos que passa pela luta de se sentirem reais, estabelecendo uma identidade pessoal, que busca o corpo integrado, que se movimenta pela violência, como grito de socorro social.

Como se constata neste primeiro momento de construção, Honneth (2003) tem como princípio básico, o resgate da teoria do reconhecimento de Hegel, na qual o indivíduo possui uma identidade essencialmente intersubjetiva, e acrescenta o conflito que permite a formação de uma identidade individual e grupal, na socialização e autorrealização, explicitando a tensão entre conflito e formação nas interações sociais.

Os pressupostos da teoria parte do princípio de que reconhecimento recíproco ou intersubjetivo está ligado às experiências de amor, direito e estima social, que propiciam o surgimento das formas de reconhecimento que oportunizam ao sujeito diferentes graus de autonomia. Vale destacar que Honneth (2003) trabalhava em sua teoria do reconhecimento voltado para o indivíduo, na tentativa de reconstruir uma teoria social baseada no conflito intersubjetivo.

São três esferas sociais que implicam na formação de uma identidade nas sociedades modernas, necessárias para o sujeito adquirir o reconhecimento social. Entendida a primeira como reconhecimento afetivo, que ocorre na família, nas relações de amor e amizade, sendo estas trocas



satisfatórias no ambiente inicial, podendo possibilitar o desenvolvimento da autoconfiança. A segunda é o reconhecimento nas relações jurídicas ou de direito, momento em que o indivíduo sai do ambiente familiar e ingressa no social, possuindo direitos iguais perante a sociedade, e a terceira é o reconhecimento da estima social ou solidariedade, nesta etapa o sujeito entende suas particularidades, como pessoa valiosa e que partilha suas habilidades e talentos na sociedade.

Para cada esfera social está o processo de negação das três formas do reconhecimento e que se efetiva através da luta moral, no conflito como expressão própria, originado das experiências de desrespeito que afetam a identidade do sujeito conectado ao não reconhecimento, o que leva ao sentimento de injustiça, vinculado a força de moral que impulsiona à ação. Nesta lógica podemos sintetizar como condição a busca do reconhecimento recíproco e no desrespeito ao conflito que ocasiona a luta.

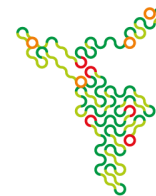
Metodologia

Busca-se entender o fenômeno num desdobramento da teoria crítica explorada por Axel Honneth, que situa o conflito como o núcleo central em sua teoria, no diálogo com a perspectiva hermenêutica filosófica contemporânea associado ao pensamento de Hans-Georg Gadamer, como uma alternativa de pensar o fenômeno social, pois ambos constroem suas reflexões filosóficas voltadas para compreender a realidade prática, partindo de um contexto-histórico para interpretar a sociedade e os problemas identificados.

A hermenêutica defendida por Gadamer como fusão de horizontes é uma possibilidade de autorreconhecimento do sujeito que busca compreender, no sentido do diálogo aberto de alteridade, que permite interpretar e entender uma realidade histórica, que permite compreender a si mesmo também pelo outro e do mesmo modo percebe as diferenças do outro.

Ao nos propormos entender um fenômeno social, relacionado aos jovens no cotidiano escolar nos estereótipos de apatia e violência, como sintoma da cultura, busca-se através dos grupos de discussão, coletar os discursos dos jovens, trazendo as suas concepções, sentimentos, que permita desta forma a obtenção de respostas com profundidade e espontaneidade, favorecendo a abordagem do tema proposto, que será catalogado e analisado na formulação da tese.

O grupo pesquisado será jovens do terceiro ano do ensino médio, de 3 (três) escolas públicas, em grupo de discussão, sendo as falas registradas e transcritas. O trabalho final resultará numa tese



que explora os diferentes sentidos de corpo, nos discursos e justificativas oferecidas pelos jovens, devidamente analisadas em seu conjunto e eventualmente segmentadas para exploração interpretativa, sem perder de vista os pressupostos teóricos assumidos.

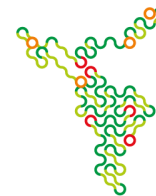
Considerações finais

Para finalizar, percebo que estamos diante de instigantes reflexões, considerando as juventudes na atualidade e os sintomas da cultura. Fica retomo as questões iniciais: Apáticos e violentos pra quem? No sentido de um potencial esvaziamento do diálogo intergeracional, grandes desafios psicossociais e educacionais, diante de uma sociedade jovem que apresenta sintomas no corpo que se manifestam de forma violenta, que buscam marcar presença através da visibilidade, que apontam novos processos de intersubjetivação, que chamam atenção para o fenômeno como sintoma de um desejo de reconhecimento, que dão pistas, força, saúde entre os jovens, que se sentem vivos e buscam nas relações humanas uma potencialidade presente na vida social.

Contudo, nesta breve exposição da teoria de luta por reconhecimento, Honneth (2003) aponta que podemos compreender as mudanças sociais, os desrespeitos na esfera do reconhecimento a partir da eticidade, tornando-se possível identificar as patologias sociais, na moral das lutas sociais, motivadas por sentimento de injustiça, por meio de movimentos sociais gerados pela experiência de negação do reconhecimento. Também pode ser a fonte de motivação de levantes sociais e de ações políticas de resistência.

Referências

- BIRMAN, Joel. Tatuando o desamparo. In: CARDOSO, M. R. (Org.). Adolescentes São Paulo: Escuta. 2006, p. 25-43).
- BIRMAN, Joel. Mal-estar na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BORGES, J. M. C. Jovens em tempos de cólera: descaminhos do afeto. Estud. psicanal. Belo Horizonte, n. 48, p. 53-59, dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372017000200006&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 05 mar. 2021.
- GADAMER, H-G.. Verdade e Método – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. de Flávio Paulo Meurer. Rev. por Ênio Paulo Giachini. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.



GADAMER, H-G.. Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. de Ênio Paulo Giachini. 9. ed. Petrópolis: Vozes; 2008.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003. Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 44-55, nov. 2007.

KEHL, M. R.. A juventude como sintoma da cultura. Outro Olhar: Revista de debates mandato vereador Arnaldo Godoi (PT), Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 44-55, nov. 2007.

MORIN, E. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAND, D. Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artmed, 1996. p. 189-220.

MORIN, E. O problema epistemológico da complexidade. 3. ed. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2002.

PAIS, J. M.; LACERDA, M. P. C. de; OLIVEIRA, V. H. N.. Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação - uma entrevista com José Machado Pais. Educ. rev., Curitiba, n. 64, p. 301-313, June 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000200301&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 mar. 2021.

REGUILLO, R.. Emergencia de Culturas Juveniles. Buenos Aires: Norma, 2001.

SPOSITO, M. P.; TARABOLA, F. S. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, e227146, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000400201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 mar. 2021.

WINNICOTT, Donald Woods. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, Donald Woods. A criança e seu mundo. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975b.

WINNICOTT, Donald Woods. Privação para criança na saúde e na crise. O Ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre, Artmed, 1983.

WINNICOTT, Donald Woods. Natureza humana. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

WINNICOTT, Donald Woods. Tudo começa em casa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WINNICOTT, Donald Woods. Privação e delinquência. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.

ZAMORA, M. H. R. N.; MAIA, M. V. M. Reflexões sobre jovens antissociais e seus atos destrutivos: Algumas contribuições da teoria de Winnicott. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 1, n. 1, p. 140-156, 2009. Disponível em: [http://periodicos.uniban.br/index.php?journal=RBAC&page=article&op=view&path 44&path \[\]=49](http://periodicos.uniban.br/index.php?journal=RBAC&page=article&op=view&path 44&path []=49). Acesso em: 09 mar. 2021.



POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS À INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

Ivana Aparecida Weissbach Moreira ¹

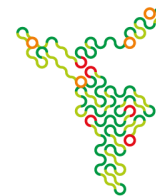
Resumo: O artigo reflete criticamente sobre as políticas socioeducativas e as educacionais na inclusão social de adolescentes e jovens autores de atos infracionais. Explicita os limites e as possibilidades diante do contexto sociocultural, político e econômico brasileiro em como as políticas socioeducativas se articulam às políticas educacionais na garantia de direitos. Contextualiza as contradições socioeconômicas na formação da sociedade brasileira, descrevendo as políticas e programas implementados no Brasil até a universalização dos direitos sociais a partir da Constituição Federal de 1988. Reflete o quanto a educação e as práticas pedagógicas estabelecem relações entre os espaços formais e não formais, à formação humana, a autonomia e inclusão de grupos vulnerabilizados. De natureza qualitativa e ancorada no método dialético, e em especial na categoria contradição, apoia-se na produção bibliográfica, nas legislações e em dados estatísticos sobre estes adolescentes. Portanto, reflete desafios ainda presentes à inclusão social de adolescentes autores de atos infracionais nas políticas educacionais decorrentes das contradições e da desigualdade, e da resistência em superar práticas pedagógicas socioeducativas punitivistas. Reforça a tese que persistem estruturas conservadoras e reprodutoras da desigualdade socioeconômica e política que impactando na vida de adolescentes e jovens brasileiros.

Palavras-chave: Adolescentes autores de atos infracionais; Educação; Políticas Educacionais; SINASE.

Educational policies and social inequality in Brazil: challenges to the social inclusion of adolescents who do infractions

Abstract: The article critically reflects on socio-educational and educational policies in the social inclusion of adolescents and young perpetrators of infractions. It explains the limits and possibilities in view of the Brazilian sociocultural, political and economic context in which socio-educational policies are articulated to educational policies in the guarantee of rights. It contextualizes socioeconomic contradictions in the formation of Brazilian society, describing the policies and programs implemented in Brazil until the universalization of social rights from the Federal Constitution of 1988. It reflects how much education and pedagogical practices establish relationships between formal and non-formal spaces, to human formation, autonomy and inclusion of vulnerable groups. Of a qualitative nature and anchored in the dialectical method, and especially in the contradiction category, it is based on bibliographic production, legislation and statistical data on these adolescents. Therefore, it reflects challenges still present to the social inclusion of adolescents who commit infractions in educational policies resulting from contradictions and inequality, and resistance to overcome punitive socio-educational pedagogical practices. It reinforces

¹ Doutora em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Assistente Social na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pato Branco – PR, Brasil.



the thesis that conservative and reproductive structures persist of socioeconomic and political inequality that impact on the lives of Brazilian adolescents and young people.

Keywords: Adolescents who are perpetrators of infractions; Education; Educational Policies; SINASE.

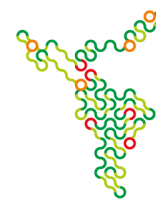
Introdução

Cada vez mais as políticas educacionais deparam-se com desafios relacionados ao processo de formação e transformação das estruturas políticas, sociais e culturais contemporâneas. Tais desafios se mostram mais evidentes na relação intrínseca entre as políticas educacionais e a cidadania que reafirmam o princípio de emancipação humana. Como essência de uma conquista política e de lutas, através do exercício político, a educação não confere cidadania a quem já se encontra excluído, mas possibilita sua inclusão. É antes, resultado de uma prática política, de contantes lutas e inconformismos sociais e de resistências como princípio democrático. A educação e as práticas pedagógicas, a partir da pedagógica histórico-crítica propõe desenvolver processos democráticos a fim de estabelecer uma relação entre os espaços formais e não formais para a formação humana.

As discussões sobre a inclusão social e as políticas educacionais para segmentos vulnerabilizados ganham espaço na agenda pública. Dados da desigualdade revelam que as disparidades entre o grupo restrito dos mais ricos e os milhões de mais pobres no Brasil persistem e aprofundam-se. Embora a desigualdade seja um fenômeno mundial, evidencia, pois, a existência de abismos profundos, acentuados por retrocessos em relação aos direitos e às políticas sociais no Brasil.

Problematizar os avanços e limites das políticas educacionais na inclusão social de adolescentes autores de atos infracionais, no contexto sociocultural, político e econômico brasileiro constitui-se um ato político e de resistência diante da exclusão social deste segmento. Ainda, em como a política socioeducativa articula-se, ou deveria articular-se, com as políticas educacionais, visando a emancipação destes sujeitos. De natureza qualitativa e ancorada no método dialético, de modo especial na categoria *contradição*, este texto apoia-se em produções teóricas, legislações e dados estatísticos que tratam do adolescentes autores de atos infracionais. A partir do Levantamento de Atendimento Nacional Socioeducativo (SINASE)² - (2012 a 2015), utiliza-se a técnica de análise de

² O Levantamento Anual do Atendimento Socioeducativo (SINASE) constitui-se em instrumento, desde o ano de 2009, subsídios para a qualificação do atendimento no sistema socioeducativo. Para esta análise, toma-se como base o



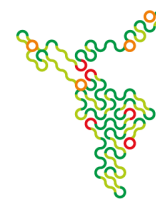
conteúdo estabelecendo relação com a produção teórica e no desvendar crítico das diferentes fontes, a partir das etapas de *pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados: inferência e a interpretação*.

O aprofundamento da discussão sobre as condições sócio-históricas que gestam as distâncias e as possibilidades de redução das desigualdades socioeconômicas no Brasil permite perceber refletidamente o processo histórico-crítico na garantia de inclusão social de grupos vulnerabilizados. Permite, ainda, trazer a luz uma discussão que revela às contradições e às desigualdades socioeconômicas e políticas na estrutura brasileira. A desigualdade e a exclusão cada vez mais acentuadas, sejam pela situação econômica, social, política e cultural do Brasil impõe desafios à educação, em especial, para grupos em situação de vulnerabilidade social desde a formação da sociedade brasileira. Estes aspectos permeiam o cotidiano da políticas educacionais e socioeducativo o que requer pensar os projetos políticos pedagógicos, as práticas pedagógicas e os planejamentos educacionais na perspectiva inclusiva. Também, permite pensar os limites da própria política de educação no enfrentamento e estratégias de minimização de situações estruturais e as múltiplas formas de exclusão social de adolescentes autores de atos infracionais.

Destaca-se aspectos relevantes e propositivos conquistados nas últimas décadas que permitiram romper com uma visão *menorista* e punitiva dos adolescentes, imprimidas durante a vigência dos Códigos de Menores de 1927 e 1979 e na própria educação. As novas perspectivas pedagógicas presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/1990), na Lei do SINASE (Lei nº 12.594/2012), em diálogo com as políticas educacionais, precisam converter-se em práticas propositivas e inclusivas. Longe de eximir a responsabilidade dos adolescentes pela prática dos atos infracionais a reflexão está em pensar a política socioeducativa na efetivação de práticas pedagógicas, de inclusão e cidadania. Desafia, ainda, as pesquisas em educação, ampliarem seus focos para temáticas voltadas para outros sujeitos e outras pedagogias em espaços não formais.

Revela-se, assim, um desafio colocar em pauta discussões destes sujeitos, com peculiaridades específicas na e para as políticas educacionais, na tentativa de romper o véu da invisibilidade para pensar coletivamente estratégias pedagógicas numa perspectiva emancipadora e inclusiva.

Levantamento Anual do SINASE correspondem aos anos de 2012 a 2015, o Censo SUAS e o Censo Escolar da Educação Básica, na dimensão socioeducativa e das políticas educacionais.



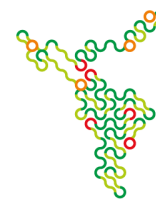
Considerações propositivas: contexto sócio-histórico e políticas educacionais

Ao analisar a constituição da sociedade brasileira percebe-se que, ao longo de seu desenvolvimento, a desigualdade social apresenta-se de maneira obscurecida em suas estratégias de enfrentamento. As contradições e as possibilidades de uma minimização da desigualdade social ainda permanecem como um fim a ser atingido. Além disso, o contexto conservador brasileiro obtém maior expressividade desde a abolição da escravatura e revela-se desafiador e, ao mesmo tempo, instigante diante dos diversos fenômenos advindos das mudanças do modo de produção capitalista que faz emergir contradições e limites para o seu enfrentamento. As mudanças significativas em relação à violência, à exclusão e à desigualdade social e, por consequência, se mostram como desafios constantes para a análise de sua constituição. Ao longo da história, as sociedades sofreram transformações que se evidenciam por diferentes aspectos, os quais geram múltiplas tensões, tanto na economia, como nas relações sociais. Essas mudanças no âmbito da constituição das sociedades contemporâneas ocorrem nas instituições sociais e impactando na vida social.

Para efeitos de análise, toma-se o processo de escravidão e o acúmulo do capital das classes dominantes no Brasil que foram marcados pela expropriação, humilhação, estigmatização e, conseqüentemente, pela desigualdade e a exclusão social. Esse processo marcou, ainda, a situação racial no Brasil e reforça até os dias atuais, nas palavras de Souza (2017), o “culturalismo racista conservador”. A miscigenação, o cruzamento entre raças e culturas, cria uma falsa ideia de continuidade, na qual a cultura dominante naturaliza como uma herança genética. O racismo conservador ao longo das concepções ideológicas de cor e raça mantém os privilégios de classe.

O momento histórico da escravidão, na sociedade brasileira moderna, reforça a visão equivocada da “culpa individual” do sujeito por sua incapacidade. O abandono tanto social como político torna-se invisível para propiciar a boa consciência do privilégio. De acordo com Souza (2009, p. 20-21) as artimanhas dessa invisibilidade e, conseqüentemente, a desigualdade e o drama da sociedade brasileira estão na “[...] percepção economicista do mundo que permite a legitimação de toda espécie de privilégio porque nunca atenta para as condições sociais, familiares e emocionais que permitem tanto a gênese quanto a reprodução no tempo de todo privilégio de classe.”

Reproduzem-se, assim, para todos aqueles que estão excluídos e marginalizados, estigmas de uma suposta “sociedade desonesta e corrupta”, de uma contradição explícita entre as classes, na qual



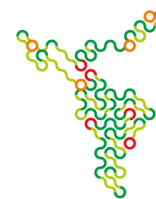
deixa de articular interesses comuns. Antes, reafirma a condição da “ralé”³ enquanto tal, desprovida de qualquer valoração dentro do contexto da hierarquia de valores. O mercado competitivo avançado os relega a subempregos, a “subcidadania” sem direitos e ao destino de serem meros números nas estatísticas policiais. É toda uma classe social condenada ao fracasso (SOUZA, 2009).

Um dos pontos principais no mundo moderno está em perceber as práticas dominantes que constroem ilusões de liberdade e igualdade. Práticas construídas no senso comum em que o privilégio e o poder se reproduzem. Ou seja, a legitimação da igualdade e do poder, na sociedade moderna, passa a ser encoberta e como sendo “[...] um produto ‘natural’ do talento especial, como ‘mérito’ do indivíduo privilegiado” (SOUZA, 2009, p. 43, grifos do autor).

Ao referir-se ao fracasso ou ao insucesso do indivíduo na sociedade brasileira enfatiza-se a condição de classe ou, em outras palavras, “[...] o ‘privilégio’ individual é legitimado na sociedade moderna e democrática, fundamentada na pressuposição de igualdade e liberdade dos indivíduos, apenas e enquanto exista essa pressuposição.” (SOUZA, 2009, p. 43, grifo do autor). Portanto, a separação do indivíduo na sociedade, o fracasso e insucesso do indivíduo por sua condição econômica fica obscurecido e silenciado, pois assim torna possível legitimar o “discurso” e a culpabilização do pobre por suas derrotas e lástimas. O mérito individual é celebrado, como uma forma de enaltecer os privilégios e as precondições econômicas, morais e culturais de alguns indivíduos e, ao mesmo tempo, silenciar o conjunto de predisposições que para outros não são transmitidos, seja pela falta de valores imateriais, seja pelas condutas valorizadas socialmente. Dessa forma, o mérito legitima valores de difícil percepção pela sociedade, mas são determinantes para a condição de sucesso e êxito dos indivíduos. Assim sendo, os valores são transmitidos pela família e dependerá dos valores de uma determinada “classe”, na qual a renda econômica que advém do sucesso é apenas a consequência e não a causa da desigualdade social (SOUZA, 2009).

Nessa esteira, a desigualdade mostra-se complexa e pouco compreendida, pois no senso comum a única forma de existir é a partir da economia. Assim, o pressuposto é um equívoco, pois, está baseado numa cultura do justo e do igualitário, quando na verdade o mérito é “[...] o grande

³ Cumpre explicitar, porém, que o termo “ralé”, cunhado por Souza, ajuda a refletir a complexidade dos subalternizados pelo modelo hegemônico e não tem qualquer sentido pejorativo de discriminação. Assim, não descaracteriza as resistências e os contramovimentos que estão ativos nas periferias e nas camadas sociais excluídas do modelo de desenvolvimento hegemônico (centrado na econômico/renda) que afeta todas as camadas sociais que reagem de maneiras semelhantes ou diferentes.



segredo da dominação social moderna em todas as suas manifestações e dimensões, que é o ‘caráter de classe’ não do mérito, mas das precondições sociais que permitem o mérito.” (SOUZA, 2009, p. 121, grifo do autor).

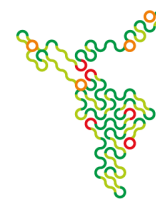
Longe de naturalizar um estigma social, ou seja, as relações sociais que geram as condições de vida de grupos excluídos, como é o caso adolescentes autores de atos infracionais, o termo “ralé” serve para evidenciar a invisibilidade reproduzida há muito tempo na sociedade brasileira. Reafirma, pois, uma lógica perversa de exclusão e estigma à vulnerabilidade. Em decorrência disso, cria as redes invisíveis que ligam toda uma estrutura social que mantém os privilégios e um grupo expressivo de excluídos, na qual ocorre um valor diferenciado entre os indivíduos que a compõe. Essa valoração diferenciada e o desconhecimento dessa hierarquia do valor diferencial, condicionam, reproduzem e naturalizam a desigualdade social brasileira (SOUZA, 2005).

Desafio das práticas pedagógicas e sociais para diferentes sujeitos

É com base nesse contexto desigual e que estabelece um padrão dominante das relações sociais, que hierarquiza e reproduz sua própria lógica de dominação, seja ela material ou simbólica, que perpetua de maneira generalizada e confirma as inegáveis consequências do vigoroso processo de transformação social, econômico e político da sociedade brasileira. Assim, é preciso analisar a realidade e pensar no enfrentamento cotidianos que afetam muitos brasileiros.

Por conseguinte, repensar as formas e a percepção do processo sócio-histórico brasileiro passa pelo sentido de priorizar e ter clareza, de maneira crítica, sobre as condições, as particularidades e os elementos que determinam o comportamento daqueles que a compõem. Ainda, interpretar as tensões que permeiam as estratégias institucionais, em especial das políticas sociais, na promoção de práticas e aprendizados sociais de segmentos excluídos e vulnerabilizados socialmente.

As políticas sociais e as práticas socioeducativas voltadas aos adolescentes autores de atos infracionais tornam-se ações para o processo inclusivo. Destaca-se, ainda, que há aspectos relevantes e propositivos conquistados nas últimas décadas que permitiram romper com uma visão *menorista* e punitiva durante a vigência dos Códigos de Menores de 1927 e 1979 no Brasil. No entanto, as novas perspectivas pedagógicas presentes na Lei do SINASE, em diálogo com as políticas educacionais, precisam converter-se em práticas inclusivas. Essas proposições, longe de reduzir a responsabilidade



dos adolescentes pela prática dos atos infracionais, permitem rever as políticas socioeducativas do passado que geraram poucos resultados de inclusão e cidadania.

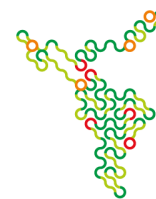
As políticas socioeducativas articuladas com as políticas educacionais, e pensadas como espaços para a construção de uma consciência libertadora, para a emancipação e a cidadania, como bem enfatizado por Paulo Freire (2015, p. 18-19), propiciam aos educandos condições de reflexividade e de conquista da própria condição de sujeito de sua história. Dessa forma, é concebível ser protagonista de novos percursos possíveis, de mudanças e ressignificações dos projetos de vida de muitos adolescentes e jovens. Por outro lado, essas discussões têm de incidir sobre práticas educativas escolares que não conseguem dar sentido a muitos sujeitos que perambulam em escolas públicas durante anos e permanecem invisíveis.

Nesse sentido, Miguel Arroyo (2003, p. 12) assevera que,

A negação da educação escolar para as classes subalternas interessa a quem? Não essas classes que demandam escola, que se sacrificam como podem para manter seus filhos na escola e que voltam aos cursos noturnos e supletivos após a longa jornada de trabalho. A negação do saber interessou sempre à burguesia que vem submetendo o operariado ao máximo de exploração e de embrutecimento. Interessou ao Estado excludente que prefere súditos ignorantes e submissos. O povo percebe sua condição de ignorância, os motivos por que é mantido ignorante, e tenta sair de sua condição.

Estas circunstâncias incidem, ainda, sobre as determinações no exercício do poder e na organização das instituições e no atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais. As experiências em educação encontram-se, cada vez mais, em processo de mudanças, ora tendendo a sua expansão, ora com medidas restritivas e cortes dos gastos. As estatísticas insistem em apontar, senão confirmar, o fracasso escolar daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social. Corroboram com o senso comum em que os estudantes das camadas populares e em situação de vulnerabilidade social possuem dificuldade de aprendizagem.

Os debates teóricos e conceituais acerca da política social e dos direitos sociais remetem às reflexões sobre o que elas objetivam e seus os desafios. Fruto das conquistas históricas dos trabalhadores e da emergência de ações protetivas, a política social torna-se um instrumento fundamental das ações do Estado em face das demandas de indivíduos. Porém, a política social, demonstra incongruências na sua implementação e na resolutividade dos problemas cotidianos, advindos, em parte, dos interesses políticos conservadores. A dialética entre a conquista do trabalho e sua funcionalidade para o capital, como fator de reprodução, constitui um mecanismo materializado

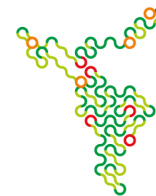


na relação do trabalho e da Seguridade Social, ou seja, nas condições objetivas da circulação e do uso da força de trabalho pelo capital, de organização política e de resistência das classes em disputa.

Neste sentido, o modelo de redemocratização política adotado no Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), adquire instrumentos de representação, com mecanismos de democracia direta e de democracia participativa (BEHRING, 2008). Para sua garantia são instituídos processos de descentralização nos diversos níveis produzindo uma desconcentração do poder, ressignificando o conceito de cidadania e o controle social como forma de regular as ações do Estado na universalização dos direitos sociais.

No entanto, o controle social pode ser visto, ainda, a partir das instituições e está relacionado ao ambiente normativo de determinada sociedade a serviço de um conjunto de ações, sanções e normas que visam prevenir situações de desvios de comportamentos. Para Mito (2001) o comportamento de desvio vem sendo tratado sob duas formas: de controle social e de integração social. Ambas são vinculadas aos diferentes interesses e variando de acordo com sua complexidade. Quanto mais complexa e diversificada é a sociedade, mais ampliam-se as “[...] possibilidades de diversidade tanto em termos de valores e estilos de vida quanto em uma maior regulamentação e definição de leis.” (MITO, 2001, p. 93). A integração social do sujeito no seu grupo social, faz parte do processo de socialização e o controle social ao universo normativo à conformidade. Salienta-se que a perspectiva de controle social, concretamente, relaciona-se com a sanção penal, o que implica em compreender que o controle social comporta, também, a aplicação das medidas socioeducativas.

Nesta esteira, a perspectiva teórica centrada na categoria *contradição* permite um diálogo com a prática e os dados empíricos sobre a desigualdade social e as políticas educacionais. Desvela as tensões e os movimentos contraditórios que permeiam o contexto de vida de muitos adolescentes autores de atos infracionais. A análise dos dados no Levantamento Anual Socioeducativo (SINASE) de 2012 a 2015 tornou possível reinterpretar os levantamentos socioeducativos e a compreensão de seus significados para além da leitura, numa visão crítica, estabelecida na relação da produção teórica da pesquisa. Mostra que no período de 2012 a 2015 houve muitas mudanças nas políticas socioeducativas, sejam elas normativas, estruturais e na gestão dos serviços de cumprimento das medidas socioeducativas. Porém, evidencia que atendimento ao adolescente autor de ato infracional deve ser integral e articulado pelas políticas públicas sociais. No entanto, no que tange a articulação entre as políticas socioeducativas e educacionais, como proposta de proteção social e



inclusão, estas ainda apresentam lacunas no desenvolvimento de práticas pedagógicas emancipadoras e humanizadoras. Mantém, formas excludentes e pouco refletida das práticas como ação pedagógica e transformadora de projeto de vida desses sujeitos adolescentes.

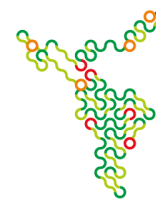
O direito à educação e ao atendimento socioeducativo se tornam legítimos e revelam o rigor desigual para os adolescentes de diferentes classes sociais. Situação percebida quanto ao acesso à justiça e aos serviços públicos e, especificamente, à educação, pois para àqueles que se encontram em situação de ato infracional é ainda um desafio a ser enfrentado. A violência, aliada a situação de exclusão social e a dificuldade de acesso aos espaços de formação humana e profissional, evidencia, de outra forma, o recrutamento de adolescente para o cometimento de práticas ilícitas e crimes diversos. Além dessas condições expostas, a violência reforça as contradições e os desafios da vida individual e coletiva e uma reflexão crítica. De acordo com Souza (2009, p. 42),

[...] sem indivíduos capazes de discutir e refletir com autonomia não existe democracia verdadeira. Sem práticas institucionais e sociais que estimulem e garantam a possibilidade crítica e a independência de opinião e de ação, não existem indivíduos livres.

Portanto, a garantia de direitos, como princípios de cidadania para adolescentes autores de atos infracionais, torna-se um desafio constante. O estigma da criminalização da pobreza e da reprodução da violência é potencializado na medida em que não se limita aos espaços socioeducativos, mas está presente nas relações sociais e nas instituições sociais.

Os princípios normativos da socioeducação avançaram na perspectiva emancipadora, mas a implementação da Lei do SINASE, não é consensual. Persistem práticas socioeducativas meramente punitivas que perpetuam uma concepção escravocrata, racista e excludente. Muitas práticas socioeducativas atendem aos princípios do ECA e do SINASE, pois não trabalham apenas o ato infracional praticado, tipificado como crime, mas ressignificar sua conduta infracional. Concebe numa perspectiva emancipadora os processos de socialização dos adolescentes, suas habilidades e potencialidades, reconhecendo que a prática do ato infracional não é anterior ou posterior à sua condição de sujeito em processo de desenvolvimento biopsicossocial.

Portanto, as condições objetivas e materiais, as relações sociais e o apoio familiar, além dos serviços públicos que compõem a rede de proteção social, dificilmente são reconhecidos como fatores relevantes. A precariedade das condições de vida, sejam elas socioeconômicas e políticas revela as desigualdades sociais a que estão expostos os adolescentes objetos da pesquisa. O acesso aos

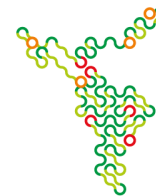


diferentes bens materiais e a precondições, se dá de forma precarizada entre adolescentes que constituem a *ralé*, na perspectiva de Jessé Souza (2006; 2009).

Neste sentido, os elementos até aqui descritos problematizam as tensões presentes, também, entre as pedagogias socioemancipadora e tradicional que se entrecruzam nos espaços das políticas educacionais e para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Nos espaços socioeducativos convivem diferentes posturas pedagógicas que transversalizam as próprias instituições, sejam elas familiares, as políticas educacionais, entre outras. De um modo geral, as práticas pedagógicas disciplinadoras com viés punitivo e repressivo aparentam mais segurança para os agentes educativos. Uma pedagogia opressora dá a impressão de ordem e disciplina. No entanto, ela é expressão de práticas punitivas e opressoras arraigadas na sociedade (WACQUANT, 2003).

Como observa Arroyo (2014, p. 16), as pedagogias escolares e a educação popular necessitam “[...] reconhecer com um olhar positivo essas pedagogias de libertação/emancipação, que saberes, culturas, identidades são produzidas na diversidade de luta pela libertação/emancipação.”. Ao reconhecer que as pedagogias de dominação com seus currículos, práticas educativas, avaliações e os processos de ensino e aprendizagem se perpetuam, como romper com as formas tradicionais de pensar os adolescentes autores de atos infracionais, tidos como “marginais”? O reconhecimento poderá possibilitar aos adolescentes autores de atos infracionais se reconhecerem também como sujeitos de sua história e capazes de compreender seus processos históricos de segregação, de interiorização da violência e exclusão a que estão submetidos. Ainda, exercer o direito de entender suas relações sociais, políticas e culturais de dominação a que são vítimas frequentes. De igual forma, suas resistências e luta pelo reconhecimento, precisam ganhar legitimidade, não mais pela violência imposta, mas pelo processo de humanização e emancipação. Isso requer a valorização de suas vivências, culturas, saberes, bem como, propor estratégias e avanços na desconstrução da condição de “oprimidos”. A desconstrução do pensamento desumanizante e preconceituoso em relação aos adolescentes autores de atos infracionais, passa pela constituição da autoidentidade, das práticas docentes emancipadoras e de um pensamento pedagógico propositivo.

Neste sentido, existem sujeitos se construindo no limite da possibilidade humana, como é o caso de adolescentes autores de atos infracionais. Este é um quadro que desafia, mas que mostra educabilidade, mostra possibilidades de humanização destes sujeitos. Difere, no entanto, as práticas pedagógicas que precisam estar vinculadas a uma luta pelo direito da educação, da inclusão social e



da emancipação humana. Este ato educativo pode ser revolucionário e humanizador se conseguir incluir sujeitos que vivem “[...] no limite da possibilidade humana, da dignidade humana.” (ARROYO, 2002, p. 271).

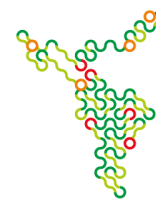
Assim, o movimento social das políticas educacionais que educam e reeducam, que humanizam ao mesmo tempo em que vão humanizando os conhecimentos vão se tornando humanizados. Renasce daí um novo sentido da educação, do conhecimento e da teoria pedagógica. Esta pedagogia, realizada pelo diálogo e escuta, tecida na trama social e cultural, permite captar dimensões educativas para diferentes sujeitos, possibilita vislumbrar possibilidades de humanização.

Trabalhar a educabilidade de adolescentes autores de atos infracionais, de um segmento excluído, marginalizado e desumanizado, permite refletir que as políticas educacionais não “recuperam”, não podem alimentar a ilusão de serem redentoras de adolescências e juventudes dilaceradas. Antes, é fundamental localizar as políticas educacionais nos tensos conflitos que estão presentes no conjunto da sociedade, sejam eles socioeconômicos, políticos e culturais. As propostas político-pedagógicas sintonizadas com os processos mais amplos de construção de infância, de adolescência e de juventude auxiliam a relativizar o papel da educação. Permitem, assim, numa análise estrutural, visualizar a complexidade dos processos sociais nos quais muitos adolescentes autores de atos infracionais transitam que são de exclusão e desumanização.

A questão posta não se limita, pois, a encontrar um método para educar adolescentes autores de atos infracionais, com especificidades e experiências distintas, mas em apreender o conjunto de processos que estes sujeitos reinventam e dão continuidade para manter seus valores, culturas e identidades. Esta é uma oportunidade para compreender a teoria freireana, segundo a qual, humanização e desumanização são possibilidades:

Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas, afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada (FREIRE, 2015, p. 40).

Aliado a isso, a possibilidade de recuperar a centralidade das políticas educacionais como espaço público de inclusão social está em vincular estes espaços educativos com os direitos sociais e humanos, colocados à prova diante do avanço de políticas neoliberais. As ameaças e tensões entre as

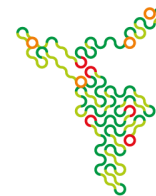


políticas públicas e o mercado colocam em xeque a consciência de educação como direito. Esta vinculação carrega em si uma dimensão de educação mercantil, que exclui os demais direitos de universalização, e que perpassa não apenas o sentido de escolaridade, mas de exclusão dos direitos de dignidade e emancipação. As políticas educacionais podem ser vistas como educativas, mas, prioritariamente como processos inseridos nas dinâmicas sociais de exclusão, mas também, de inclusão social.

Considerações Finais

As novas pedagogias com práticas emancipadoras e socioeducativas aos adolescentes, como a justiça restaurativa e a pedagogia social evidenciam que as práticas socioeducativas podem promover mudança de realidade e do projeto de vida de muitos adolescentes. Problematicam a tese quanto ao caráter meramente disciplinador e punitivo das medidas socioeducativas. Além disso, reflete a necessidade de romper com o estigma da criminalização da pobreza, das práticas de violação de direitos e no significado das medidas socioeducativas como prática pedagógica. Antes, perceber a relação dialética dos limites e das possibilidades na inclusão social como princípio de emancipação humana. Compreender a socioeducação como um fenômeno complexo que envolve múltiplas determinações, sejam socioeconômicas, políticas ou culturais que coloca em pauta os desafios em várias dimensões, dentre as quais, as políticas educacionais.

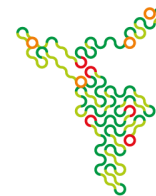
Sendo assim, tem sentido falar em inconclusão num estudo sobre adolescentes autores de atos infracionais na medida em que a emancipação e a cidadania desses sujeitos ainda estão longe de tornarem-se direitos universais. Diante dessa nova racionalidade como é possível desenvolver as relações com os indivíduos, com o eu e com o outro? Ainda, como atuar nas políticas educacionais com essas regras e subjetividade? Em que medida é possível romper com esse sistema neoliberal e com o avanço dessas regras que não apenas opera como transformação econômica ou ideológica, mas que afeta também as relações sociais? E, como pensar um projeto de sociedade com justiça, equidade e emancipação? Além disso, como trabalhar cidadania num processo de desqualificação de processos democrático-participativos? É preciso pensar que esta condição impõe limites aos profissionais da educação, a sua prática profissional e aos usuários da política socioeducacional.



Mesmo admitindo os limites da educação na redenção dos problemas estruturais, é preciso reconhecer que ela tem um papel importante na formação para a democracia, na emancipação dos sujeitos e na construção da cidadania. Daí seu potencial para ressignificar o projeto de vida de adolescentes autores de atos infracionais, não apenas num plano individual de atendimento socioeducativo, mas como processo instituído, conflituoso e desigual, a ser conquistado e assegurado. Não são apenas as condições de sobrevivência que são negadas, mas, também, experiências afetivas e de socialização. Nenhuma alternativa pode ser isolada ou simplista.

Referências

- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- ARROYO, Miguel. Educação em tempos de exclusão. In: GENTILI, Pablo. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. CLACSO (Buenos Aires – Argentina). 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Dimensões conceituais sobre a política social como política pública de direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete. *et al.* (org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108.
- BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 06 out. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 12 mai. 2018.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. Lei nº 9394/1996, de 20/12 de 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso (orgs.). **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões**. Florianópolis: Funjab, 2001.
- SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma Sociologia Política da modernidade periférica**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.
- WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]**. 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.



RODA DE CONVERSA COM AS FAMÍLIAS: SAÚDE MENTAL NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

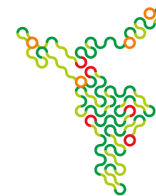
Ana Paula Felipe¹
Cláudia Cristina Martins Nascimento²
Nataliê Andiar Be Cardoso³

Resumo: A Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis contempla valores e práticas que apontam para a importância da cidadania, intersubjetividade, emoções, respeito e alteridade, valorizando as diferenças. Atentos às manifestações dos estudantes e ao aumento das taxas mundiais de suicídio, principalmente entre crianças e adolescentes, abordamos o tema em ações interdisciplinares e intersetoriais. As Secretarias Municipais de Educação e Saúde implementaram em 2019 o projeto “Roda de Conversa: saúde mental na infância e adolescência” para estudantes, professores e famílias. Prevenção ao suicídio, automutilação e sofrimento psíquico foram abordados na lógica da proteção e promoção da qualidade de vida, para além da medicalização. A formação continuada é um caminho necessário à configuração de processos educativos comprometidos com relações humanas saudáveis de zelo pela vida, numa dimensão de compartilhamento entre escola/família, saúde/educação. Diálogo que aprimora a rede de proteção e prevenção através da discussão do tema com os envolvidos. O projeto se configurou em importante e necessária implementação de política pública, envolvendo diferentes segmentos da sociedade e tratando de modo dialógico e horizontal a prevenção da ansiedade, depressão, automutilação e suicídio na perspectiva

¹Ana Paula (anapaula.felipe@sme.pmf.sc.gov.br) é especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Federal do Ceará e em Políticas Inclusivas pelo Centro Universitário Facvest. É graduada em Pedagogia com Habilitação Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora efetiva da Sala Multifuncional da Prefeitura Municipal de Florianópolis, oferecendo Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades/Superdotação incluídos na rede regular de ensino municipal. Atuou como assessora e articuladora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, na equipe da Gerência de Educação Especial. Atualmente atua como Gerente de Projetos Inovadores, coordenando a política de Educação Especial, inclusive o Programa Saúde na Escola na Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis. Conselheira titular do Conselho Municipal de Saúde, membro da Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde.

²Cláudia (claudia.nascimento@prof.pmf.sc.gov.br) é licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina, com habilitação em Orientação Educacional, atuando na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. É especialista em Alfabetização (UDESC) e Mestre em Psicologia Jurídica (IIES). Exerce assessoramento técnico pedagógico na Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis/SC, atua na articulação da formação continuada dos Especialistas em Assuntos Educacionais do Ensino Fundamental e na coordenação do projeto Roda de Conversa com as Famílias: saúde mental na infância e na adolescência.

³Nataliê (natalie.cardoso@sme.pmf.sc.gov.br) possui licenciatura plena em pedagogia com habilitação em supervisão escolar pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Exerceu a função de supervisora escolar em unidades educativas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil na Rede Pública Municipal de Florianópolis. A partir de 2017, exerce assessoramento técnico pedagógico na Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, atuou na articulação da formação continuada dos Especialistas em Assuntos Educacionais do Ensino Fundamental, atua na coordenação de encontros e formações com os Grêmios Estudantis, na coordenação do projeto Roda de Conversa com as Famílias: saúde mental na infância e na adolescência e participou do Comitê Intersetorial de Mediação de Conflitos da mesma secretaria.



de um projeto de sociedade que valoriza a vida, a qualidade das relações e acima de tudo respeitam a criança e o adolescente em uma formação mais humana e integral do ser.

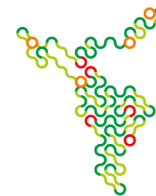
Dados apontam o aumento das taxas mundiais de suicídio, principalmente entre os jovens. No Brasil, o suicídio é a quarta maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, tendo havido aumento de 10% nas taxas de suicídio entre 2002 e 2014 (Mapa da Violência, 2017). A partir dos assessoramentos técnicos pedagógicos nas unidades educativas do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Florianópolis, que atende crianças e adolescentes, jovens e adultos, observou-se a importância de trazer esse tema para o nosso cotidiano.

Diante das pressões do mundo atual, evidencia-se uma crescente onda de ansiedade, depressão e automutilação entre nossos estudantes, que aponta para a necessidade de articular ações interdisciplinares e intersetoriais com o intuito de criar uma rede protetiva de valorização e cuidado com a vida. Segundo o Ministério da Saúde (2014),

é fundamental a construção cotidiana de uma rede de profissionais, ações e serviços para a garantia do acesso de crianças, adolescentes e jovens aos cuidados nesta área. Neste sentido, é imprescindível a convocação dos atores intersetoriais, sem os quais não será possível uma resposta potente aos problemas de saúde mental.

Sendo assim, a equipe de Especialistas em Assuntos Educacionais e de Saúde Escolar, da Secretaria Municipal de Educação - SME, desde 2018, buscam envolver a área médica, a fim de tecer um planejamento de ações formativas para atender às demandas das comunidades escolares. Neste mesmo ano foi articulada parceria com a Associação Catarinense de Psiquiatria - ACP, constituída também por médicos do município, Ministério Público de Santa Catarina - MPSC e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Além de participar e compartilhar ações e eventos do “Setembro Amarelo”, a equipe desenvolveu outras ações ao longo do ano como palestras, reuniões formativas e oficinas.

Neste contexto, considerando que os profissionais da área da Educação têm a oportunidade de interagir com os estudantes em seu cotidiano e observar no ambiente escolar alterações de comportamento, que podem eventualmente indicar que a criança o jovem e o adulto esteja em risco, foi realizada uma palestra aberta, intitulada “Saúde Mental: fatores de risco e proteção na infância e adolescência”, para todos os profissionais do Ensino Fundamental, inclusive para as comunidades escolares.



A saber-se dos limites e possibilidades do sistema educacional e da grandiosa demanda da estrutura escolar, temos presente que

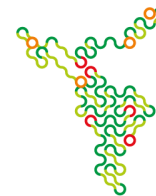
Não são atribuições da comunidade escolar a identificação e o diagnóstico de patologias ou transtornos mentais, mas está sob seu alcance a promoção de ambientes, ações e situações que visem ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, de acolhida e aceitação, bem como de espaços reflexivos e críticos sobre quaisquer problemas identificados (Ministério da Saúde, 2014).

O objetivo desta palestra foi trazer conhecimentos sobre saúde mental, prevenção ao suicídio e automutilação, para que os profissionais da área da Educação identifiquem sinais e situações para proteger os estudantes. Como subsídio teórico-metodológico utilizamos e colocamos à disposição, literatura especializada, para embasar essa discussão e dar suporte à atuação dos sujeitos envolvidos, considerando a importância de desmistificar tabus e pré-conceitos que permeiam o tema.

Com o objetivo de ampliar a discussão sobre saúde mental para estudantes, profissionais e famílias, em 2019 foi implementado o projeto “Roda de Conversa: saúde mental na infância e adolescência”, para prevenir o sofrimento, a depressão e a automutilação, através de mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida, para além da medicalização. O projeto, interdisciplinar e intersetorial, configurou-se numa parceria entre a Secretaria Municipal de Educação - SME, através das Assessoras Pedagógicas dos Especialistas em Assuntos Educacionais e o Programa Saúde Escolar - PSE e a Secretaria Municipal de Saúde - SMS, por meio de Médicos Psiquiatras que atuam como referência em saúde mental.

Para viabilizar a participação de um número maior de famílias, os encontros aconteceram no período noturno, para tanto, assessoras pedagógicas da SME e dois psiquiatras da SMS, entre os meses de setembro a novembro, levaram informação a 560 famílias de 24 unidades educativas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, envolvendo cerca de 600 pessoas, entre elas, famílias, profissionais da educação, estudantes do Ensino Fundamental e EJA, numa dinâmica participativa e interativa. Neste momento, a intenção foi conversar com as famílias dos estudantes e, a partir daí, repensar as dimensões do projeto para 2020, através das avaliações feitas pelos participantes a cada Roda de Conversa.

Neste sentido, a formação continuada se efetiva como um caminho necessário à configuração de processos educativos comprometidos com a qualificação do ensino e da aprendizagem, mas



também de relações humanas saudáveis e de zelo pela vida, numa dimensão de compartilhamento entre escola e família, saúde e educação.

Os encontros das Rodas de Conversas fizeram emergir a importância de conhecer o desenvolvimento neurológico das crianças e dos adolescentes com quem interagimos, para compreendermos suas atitudes e emoções, tanto no aspecto do desenvolvimento cognitivo quanto no psicológico, social e cultural.

Fomos buscar na literatura sobre este tema subsídios que demonstram, que em alguns momentos, não é birra, não é falta de educação, mas inabilidade dos adolescentes para lidar com as emoções e conflitos, que podem levá-los a buscar situações arriscadas para compensar um vazio existencial, que é momentâneo, mas pode deixar marcas profundas. A partir desta compreensão, os adolescentes podem ser estimulados e apoiados por adultos, seja da família ou da escola.

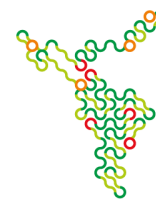
Para Estanislau (2004):

ao início da adolescência, uma região cerebral conhecida como sistema de recompensas – responsável pela sensação de prazer – passa por um período de menor responsividade. Com isso, o adolescente passa a deixar de gostar de diversas coisas que apreciava até então e a apresentar um dos principais motivos por ser tão criticado pelos adultos: o tédio e a falta de iniciativa. Além disso, acredita-se que, pelo fato de o sistema de recompensas estar menos “excitável”, o adolescente passe a buscar novidades e a correr riscos para sentir-se estimulado.

Nas Rodas de Conversa, emergiu a necessidade do estreitamento dos laços entre a escola e a família, através do diálogo franco, buscando juntas aprimorar a rede de proteção, para crianças e adolescentes, desmistificando tabus, reconhecendo os fatores de risco, os sinais de sofrimento e os fatores de proteção, visando à prevenção.

Paralelamente à formação com as famílias, destacamos outras frentes formativas que envolveram os segmentos de Diretores de unidades educativas, os Especialistas em Assuntos Educacionais e os estudantes que compõem os Grêmios Estudantis.

Sobre a formação com os Diretores, oferecemos uma reunião formativa com os profissionais da saúde responsáveis pelo projeto Roda de Conversa. Apresentou-se o projeto e as escolas puderam aderir de acordo com suas demandas e interesses. Além disso, os Diretores também participaram e articularam as Rodas de Conversa com a comunidade educativa. A sensibilização do gestor escolar em projetos como este é relevante na medida em que ele é o responsável por mobilizar e estimular a comunidade na participação e efetivação de práticas que se consolidem de modo permanente.



A Gestão Democrática das escolas públicas de Florianópolis se dá pela eleição direta do diretor, mas também pela construção coletiva de um projeto de gestão, que dialoga com a comunidade escolar, considerando suas características e realidade, construindo ações a partir disso.

Por democracia entende-se convivência e diálogo entre pessoas que pensam de modo diferente e que querem coisas distintas. O aprendizado democrático implica a capacidade de discutir, elaborar e aceitar regras coletivamente, assim como a superação de obstáculos e divergências, por meio do diálogo para a construção de propósitos comuns. A gestão democrática da escola pública muito discutida atualmente, pressupõe a criação de mecanismos concretos de participação e de autonomia da escola. E, ainda o respeito aos diferentes atores que a compõe. A liderança do gestor é fundamental na implementação de ações compartilhadas, as ações de gestão democrática que trazem consigo uma concepção educativa que valoriza a autonomia da escola e de seus sujeitos (Miranda).

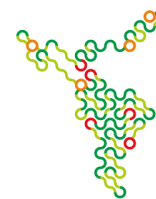
A busca por estratégias de participação possibilita a todos os envolvidos, com destaque aqui aos estudantes, a criação de laços de pertencimento e de identificação para com o espaço escolar e as relações travadas em seu contexto. Dar voz aos estudantes, abrindo canais de diálogo para que eles se apropriem do espaço educativo e atuem nele com responsabilidade, compreendendo que fazem parte dessa construção, numa relação dialógica, de cuidado, pertencimento e reciprocidade, faz da escola um importante espaço protetivo.

Na formação continuada dos Especialistas em Assuntos Educacionais, estes tiveram a oportunidade de estudar o referido tema nos anos de 2018 e 2019, subsidiadas pela SME. O envolvimento destes profissionais é fundamental na articulação do currículo e de projetos que valorizem a qualidade das relações e da vida, na perspectiva de um projeto de escola que dialogue com a realidade local e com as transformações sociais.

No que se refere à formação com os estudantes que compõem os Grêmios Estudantis, foram oferecidas, em 2018 e ao longo do ano de 2019, oficinas temáticas com foco na identificação e reconhecimento das emoções; da mente, enquanto parte indissociável do corpo e do diálogo sobre as questões que envolvem as transformações presentes no adolescer, considerando as dimensões biológica, cultural, social e psicológica, no nível individual e coletivo.

A Associação Brasileira de Enfermagem (2018) destaca que

São muito importantes as formas de abordagem dos sujeitos em questão, em função das características inerentes à adolescência e, desta forma, práticas que atendam às necessidades peculiares deste ciclo da vida devem ser cuidadosamente selecionadas e desenvolvidas, especialmente aquelas que propiciem, por exemplo, a participação dos sujeitos adolescentes, a convivência com pares, relações mais horizontalizadas entre jovens e adultos e atividades que valorizem a autoestima, a afirmação, a intelectualização, a fantasia, a ação e a expressão de sentimentos.



Mesmo o Grêmio Estudantil sendo um projeto com uma dimensão política muito marcada, compreendemos que a saúde mental é uma pauta estudantil e que pessoas mais seguras, saudáveis e felizes têm melhores condições de sonhar, intervir, fazer escolhas mais assertivas e contribuir na construção de um mundo e uma escola mais próximos do que desejam.

A Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2016) contempla valores que orientam as práticas da Rede apontando para a importância da cidadania, da intersubjetividade, das emoções, do respeito e da alteridade, valorizando as diferenças e criticando uma visão de conteúdos desconectada desses princípios.

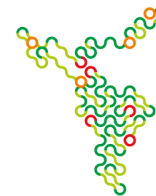
Portanto, as oficinas são experiências que problematizam a individualidade como um limitador das relações e suscitam a compreensão de que a sociedade atual precisa de mais empatia, cooperação e busca de consenso, para viver a potência que a coletividade pode oferecer. Esse trabalho formativo caminha na construção de pontes que aproximem pessoas na compreensão de seus territórios e na busca do diálogo e da reciprocidade, buscando consenso e escuta para o convívio social justo, igualitário e democrático.

Na dimensão da saúde enquanto produção de uma comunidade de sujeitos responsáveis pelo cuidado de si e do outro, a questão essencial é a garantia do direito à palavra. Não há responsabilização possível sem que seja garantida a escuta daquele a quem se quer responsabilizar. Ao falarem sobre si e ao se identificarem com suas próprias histórias, a criança e o adolescente veem possibilidades de encontrar novos significados e novas formas de inserção na sociedade e na família (Ministério da Saúde, 2014).

Diante do exposto, o projeto se configura numa importante e necessária implementação de política pública, pois envolve diferentes segmentos da sociedade e se compromete a tratar de modo dialógico e horizontal a prevenção da ansiedade, depressão, automutilação e do suicídio.

Sobre isso, o Ministério da Saúde entende que políticas nacionais de saúde mental não devem se ater apenas aos transtornos mentais, mas também reconhecer e abordar as questões mais amplas que promovem a saúde mental.

Não há produção de saúde sem produção de saúde mental. Logo, é preciso levar em conta que, ao se receber cuidados em saúde, devem ser consideradas as dimensões biológica, psíquica e social dos indivíduos. Se uma criança ou um adolescente apresenta algum grau de sofrimento (com angústias, medos, conflitos intensos, por exemplo), não será possível tratar sua saúde sem considerar esse componente emocional/relacional significativo. Muitos sintomas físicos têm origem em situações de sofrimento psíquico de origens diversas (na relação com instituições, com a família e consigo mesmo, entre outras) (Ministério da Saúde, 2014).



O investimento por parte dos governos e o envolvimento dos setores social, da saúde e da educação em programas abrangentes, integrados e baseados em evidências para a saúde mental dos jovens é essencial. Esse investimento deve estar vinculado a programas de conscientização de adolescentes e jovens sobre formas de cuidar da saúde mental e ajudar colegas, pais e professores a apoiar outras pessoas do seu entorno.

Os serviços de saúde mental infantojuvenis, dentro da perspectiva que hoje rege as políticas de saúde mental, devem assumir uma função social que extrapola o fazer meramente técnico do tratar, o que inclui ações como acolher, escutar, cuidar, possibilitar ações emancipatórias, enfrentar estigmas e determinismos e melhorar a qualidade de vida das pessoas, tendo-as como seres integrais com direito à plena participação e inclusão em sua comunidade, partindo de uma rede de cuidados que leve em conta as singularidades de cada um e as construções que cada sujeito faz a partir de suas condições.

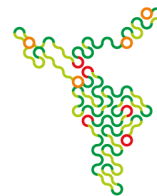
Considerando as avaliações dos participantes coletadas ao longo do projeto, verificou-se a necessidade de ampliar a discussão do tema para os professores e manter o diálogo com as famílias e com os estudantes. Estas ações se configuram como uma política pública e estão comprometidas com um projeto de sociedade que valoriza a vida, a qualidade das relações e acima de tudo respeitam a criança, o jovem e o adulto em uma formação mais humana e integral do ser. Esses preceitos são compromissos do serviço público e se ancoram nas articulações intersetoriais das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, que ampliam com esse projeto seu campo de atuação, mas, acima de tudo, buscam a horizontalização de suas ações numa relação significativas com os territórios em que as Unidades de Saúde e as Unidades Educativas se encontram, articulando as demandas reais dessas comunidades, passando pela escola, pela formação continuada e pelo protagonismo e atuação política e cidadã dos estudantes.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos** / Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

ESTANISLAU, Gustavo M. & BRESSAN, Rodrigo Affonseca. **Saúde Mental na Escola: o que os educadores precisam saber**. Artmed.2014, p.97.

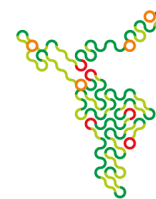
https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5779:folha-informativa-saude-mental-dos-adolescentes



<http://www.abennacional.org.br/revista/cap1.2.html>. RAMOS, Flávia Regina Souza. PEREIRA, Silvana Maria & ROCHA, Cláudia Regina Menezes da. **Viver e Adolescer com Qualidade**. In: Revista Adolescer. [abennacional.org.br](http://www.abennacional.org.br).

(<https://nacoesunidas.org/saude-mental-depender-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial/> Organização Mundial da Saúde. Último acesso em 16/12/2019 às 11h21).

Miranda, Maria Eliane M. de. **Gestão Democrática**: uma discussão necessária. In: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0358.pdf> Acesso em 29/05/20.



SUJEITOS À PRÓPRIA SORTE?! INDIVIDUAÇÃO E SITUAÇÃO DE RUA

Paulina dos Santos Gonçalves¹
Leandro Rogério Pinheiro²

Resumo: O trabalho problematiza processos de individuação entre jovens em situação de rua, destacando os suportes por eles produzidos na garantia de suas existências. As referências teóricas centrais são as contribuições de Danilo Martucelli acerca da individuação na realidade latino-americana, articulada às discussões de Margulis e Urresti sobre moratória e juventudes. A pesquisa tem base na análise documental de prontuários e na observação de experiências de rua de dois casos individuais. Os resultados parciais indicam várias violações de direitos, sendo a situação de rua gestada de forma multifatorial. A observação sinaliza que pessoas em situação de rua são tratados como inimigos ou vítimas, e que as medidas de proteção social implementadas tendem a se limitar ao caráter sócio jurídico, tangenciando as condições de vulnerabilidade social. Nesse contexto, apesar da severa fragilização das possibilidades de moratória social, as ações protetivas são suportes na vivência da condição juvenil pela manutenção da moratória vital e produção de identidade. Além disso, as estratégias para fruição de bens de consumo da produção de massa dirigida às juventudes, via alternativas de trabalho informal, assim como a produção de relações de sociabilidade e reciprocidade constituem outros suportes à individuação, de modo que a agência desses indivíduos, entre o mercado e o Estado, sinalizam para a constituição de hiper-atores frente à prova social de sua própria subsistência.

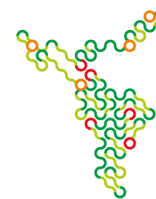
Palavras-chave: Juventudes. Situação de rua. Suportes. Moratória Social. Estado.

Subject to fate?! Individuation and street situation

Abstract: This paper problematizes processes of individuation among young people living on the street, highlighting the supports produced by them to guarantee their existence. The main theoretical references are the contributions of Danilo Martucelli about individuation in the Latin American reality, articulated to the discussions of Margulis and Urresti on moratorium and youth. This research is based on the analysis of social assistance records and on the observation of street experiences of two individual cases. The partial results indicate several right violations, with the street situation being multifactorially generated. The observation indicates that people living on the street are treated as enemies or victims, and that the implemented social protection measures tend to be limited to the socio-legal character, worsening the conditions of social vulnerability. In this context, despite the severe weakening of the possibilities of social moratorium, protective actions are a kind of support in the experience of the youth condition by maintaining the vital moratorium and production of identity. In addition, strategies for the enjoyment of mass production goods directed at youths, via informal work alternatives, as well as the production of relations of sociability and reciprocity, constitute other

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/FACED/UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

²Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/FACED/UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.



supports for individuation. So that the agency of these individuals, between the market and the State, signal for the establishment of hyper-actors in the face of social proof of their own subsistence.

Keywords: Youths. Street situation. Supports. Social Moratorium. State.

“Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida...” (Galeano, 1991 63)

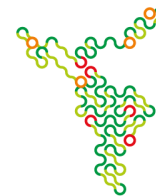
Introdução

O presente texto apresenta resultados parciais de pesquisa de mestrado e, em sintonia, reúne vivências de trabalho como assistente social. Por quase três décadas, a autora neste artigo teve a oportunidade de acompanhar trajetórias juvenis em condições adversas e, dentre os vários perfis, aqueles com vivências nas ruas. Sempre lhe instigaram os modos pelos quais os jovens garantiam sua sobrevivência e constituíam redes de apoio para além da subsistência, inclusive.

No último censo da população em situação de rua em Porto Alegre (PIMENTA, 2019), a população infanto-juvenil foi bem pouco expressiva. No entanto, no cotidiano da educação social eles estão lá, são encontrados; ou melhor, eles encontram os serviços nas suas “correrias” para manter suas existências. Eis que nossa investigação se volta para jovens com vivência em situação de rua, na região metropolitana de Porto Alegre, RS. Neste sentido, fazemos opção pelas experiências que envolvam a “rua-moradia”, mas adotamos o termo “situação” e não “morador de rua”, levando em conta a circulação e a dinamicidade dos arranjos de subsistência e pertencimento.

Além disso, tomamos o Estatuto da Juventude (ver fonte) para a delimitação de “sujeitos juvenis”, sendo então aqueles entre quinze e vinte e nove anos de idade. Para “situação de rua”, consideramos a resolução 182 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), ao especificar a condição infanto-juvenil:

“Sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros (CONANDA; SNDCA/MDH; CNER, 2017, p. 27).



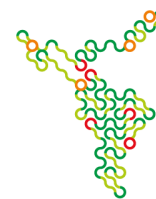
A partir das delimitações acima, um olhar ao cenário da situação de rua em Porto Alegre pode ser elucidativo. Pimenta (2019) apontou para a utilização de lugares de risco e improvisados, com forte exposição ao ambiente natural em praças, parques, calçadas, marquises, pontes, viadutos e ruas, contribuindo com uma maior visibilidade. Em relação ao pernoite, o albergue aparece como primeira e segunda opção, dado que este tem acesso por busca espontânea. Sobre a alimentação, 52% dos entrevistados disseram obter alimento em instituições públicas e privadas, leigas ou religiosas; outros 25% pedindo em residências, estabelecimentos comerciais e cozinhas, indicando a insegurança alimentar como vivência de fome cotidiana.

O conceito de “situação de rua” acena também para a relação desta população com as políticas públicas. Neste aspecto, observa-se que o arcabouço jurídico não tem se mostrado efetivo na garantia de proteção, ao ofertar padrões de serviços mais restritos na quantidade e qualidade da oferta. No censo, quando os dados apresentam o uso dos serviços públicos (não só estatais), as instituições religiosas são citadas recorrentemente (48,9%), pelo restaurante popular³ (48,8%) e o Sopão Ramiro d'Ávila (39,8%), Albergues, os Centro POP e o Consultório na Rua (CNAR). Mais da metade (51%) dos respondentes afirmou não utilizar albergues, e 71,2% não utilizava abrigos. Os motivos alegados do não acesso seriam: 1º - regras rígidas quanto ao consumo de bebidas alcoólicas e drogas e perfil – casais, famílias e animais; 2º - maus tratos físicos e verbais – equipe; e 3º - localização – todos no centro. (PIMENTA, 2019)

Ademais, os entrevistados relataram encontrar dificuldade para conseguir local para práticas de higiene pessoal e fazer suas necessidades fisiológicas. Este elemento interfere no cotidiano, causando desconforto e inviabilizando a manutenção de atividades remuneradas regulares. Neste cenário, 40,1% afirmou utilizar instituições assistenciais (albergues, abrigos, Centros POP ou Caps); 22,5% utilizavam banheiros e chuveiros públicos; 15,0%, praças, parques, calçadas e ruas; outros 12,0%, rios, córregos e arroios ou espaços privativos, como a própria casa, hotéis e pensões ou, então, a casa de amigos, parentes ou conhecidos; e, por fim, 5,4%, espaços de grande circulação públicos como postos de gasolina, bares, hospitais, rodoviária.

Além da contundência dessas informações no que tange à precarização cotidiana, os lugares citados dizem do conjunto de táticas que um indivíduo precisa pôr em movimento para o básico de

³ Até 2019, era mantido em parceria público-privado, sendo fechado e substituído por entrega de marmitas.



sua existência. Observamos, no entanto, que a pesquisa tem como horizonte o município, observando-o como um território único, mas as estratégias são proporcionais e coerentes com a oferta de serviço no *locus* mais próximo. Tomemos um exemplo. Na zona norte da cidade, não há oferta de banho, só em alguns serviços da saúde, e esta região não possui Centro POP. Então o banho passa por estratégias de iniciativa pessoal.

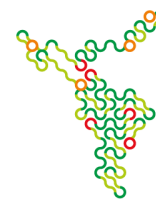
Assim, tendo presente os dados brevemente relatados, nosso objetivo aqui é identificar os suportes que os sujeitos produzem, de modo a fazerem frente aos desafios cotidianos às suas existências em situação de rua. Além disso, tratando-se de jovens, destacaremos as possíveis articulações dos apoios com a condição juvenil nos processos de individuação em curso. Para tanto, trataremos de nossos referenciais teóricos no próximo tópico.

1. Referenciais da análise

Nossas análises assumem as contribuições de Danilo Martuccelli no que tange à individuação na América Latina. Atento às consequências das formas de diferenciação social gestadas, sobretudo na história recente, incluindo-se as possibilidades dadas à diversificação de itinerários individuais nas últimas décadas, Martuccelli (2007, 2008 e 2010b) propõe que consideremos o conjunto de *provas estruturais* a que, em geral, os indivíduos estão submetidos, com vistas a uma interpretação mais acurada da formação social de indivíduos na atualidade. Tratar-se-ia de “desafios históricos, socialmente produzidos, culturalmente representados, desigualmente distribuídos, que os indivíduos estão obrigados a enfrentar no seio de um processo estrutural de individuação” (ARAÚJO; MARTUCELLI, 2010, p. 83).

A noção de “prova-social” é apresentada, pois, como artifício heurístico, articulando experiências pessoais e processos sociais para cenários em que as dinâmicas de socialização a partir de marcadores macro-estruturais necessitam de problematização, dada a crescente singularização dos percursos de vida, ou então, como nos parece ser o caso aqui, ponderada uma relação tensa com programas institucionais. O autor busca as experiências construídas nas interações sociais, de modo que possa ampliar a compreensão dos movimentos que os sujeitos fazem, sem perder de vista categorias macro analíticas usuais (classe, gênero, idade, raça-etnia, etc.).

Dessa forma, Martuccelli (2007) atribui quatro características principais às “provas-sociais”. Primeiramente, apresentam uma dimensão narrativa desde a qual os sujeitos entendem seus percursos



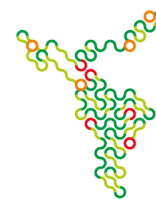
e dispõem desafios constituintes, como herdeiros de uma aventura propriamente moderna. Segundo, trazem referências às capacidades dos indivíduos para fazer frente às provas, em geral, aventadas como tarefas pessoais. Remetem-nos também a processos de avaliação social, a partir dos quais cabe observar os diferenciais de resposta e os recursos efetivamente mobilizados para tanto. E, por fim, articulam-se a um conjunto de desafios estruturais compulsórios e significativos no marco de determinada sociedade, sejam eles institucionalizados ou relativos à produção de laços sociais, e variáveis conforme período histórico.

Tarefa complementar, nesse sentido, consubstancia-se na análise das bases que sustentam o cotidiano dos indivíduos para chegarmos ao que o autor denomina “suportes”. Martuccelli (2007 e 2008) procura designar o conjunto de recursos e apoios que sustentam as experiências dos atores, não na forma de um inventário das condições e recursos disponíveis a eles conforme a posição social, mas como uma ecologia existencial dos elementos apropriados no processo de individuação que se inscrevem na trama de interdependências efetivas das histórias individuais.

Por esse caminho, Martuccelli (2010) ensaia argumentos acerca da existência de um “hiper-ator” nas sociedades latino americanas, hipótese que interessa ao que traremos adiante. Segundo ele, o individualismo latino-americano não se erigiria na ficção de um contrato social entre indivíduos preconcebidos, produzido por organizações e programas institucionais, como na Europa; constituir-se-ia a partir de práticas e habilidades de pessoas que, para se integrarem à sociedade, precisam, antes de tudo, atuar e garantir existência e reconhecimento.

Condição essa que se explicaria, em parte, pela forma como o poder se instaura em nossos países: algo que não se estabeleceria tal como no “Norte”; algo que se indica, mas não se efetiva totalmente, como a lei que não se cumpre sempre, que varia nas circunstâncias, com uso de violência arbitrária muitas vezes. De tal forma, esse indivíduo que precisa atuar (frente ao incerto do não funcionamento das instituições, ou do arbitrário do poder) necessita do outro - próximo para sobreviver, já que os aparatos impessoais modernos não representariam garantia. Então, a manutenção dos laços sociais torna-se fundamental à organização da experiência, uma vez que, historicamente, redes bastante delimitadas, e não só programas institucionais necessariamente suportariam as trajetórias dos sujeitos em seus cotidianos.

Quando nos voltamos a sujeitos jovens, as noções de “moratória vital e social”, em Margullis e Urresti (1996), podem ser elucidativas e apoiarem uma análise que articule individuação e condição



juvenil na rua. Em relação à moratória vital, eles afirmam que jovens possuem um crédito vital por estarem em “um período da vida em que se está de posse de um excedente temporal, que nos não jovens está mais reduzido” (p. 7). De outra parte, a moratória social, ou seja, as condicionalidades de classe e gênero, poderá potencializar ou inibir o uso de tal crédito vital.

A juventude estaria exposta a um “desgaste diferencial” segundo gênero e classe social, pois os aspectos socioculturais influiriam, pesando sobre as possibilidades de acesso a aparatos institucionais de proteção e promoção, incluindo-se aí as oportunidades de fruição cultural e sociabilidade entre pares, produção de identificações de ordem etária e a projeção de carreiras individuais e/ou coletivas.

Aspecto, aliás, destacado nas pesquisas sobre práticas juvenis concernem à importância da sociabilidade e do consumo cultural nas produções identitárias de jovens hoje (DAYRELL e CARRANO, 2014). O acesso ampliado a bens simbólicos, se comparado aos ascendentes, constituiria parte dos paradoxos experienciados pelos jovens, cujas possibilidades estruturais de inclusão (no mercado de trabalho, notadamente) não se coadunam necessariamente aos disseminados consumos de artefatos culturais (MARTÍN-BARBERO, 2008).

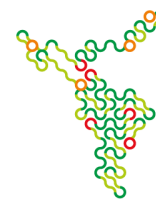
Os casos que analisaremos brevemente à sequência nos apontarão mais elementos para compreensão dos processos de individuação em articulação à moratória e à condição juvenil.

2. E, então, os casos

Para esta reflexão foram escolhidos três sujeitos em que há possibilidade de explorar os aspectos destacados. São três jovens, um feminino, dois masculinos; dois autodeclarados brancos e outro negro. O diálogo com esses jovens se deu entre 2011 e 2019, quando a autora esteve vinculada a equipes de serviço especializado de abordagem social na região metropolitana de Porto Alegre. Para garantir o sigilo e preservar identidade, eles serão mencionados como personagens, nomeados a partir de um elemento de destaque em suas trajetórias. A apresentação de ambos os casos se dará na primeira pessoa, sendo mais fidedigno ao experienciado.

Os ‘trecheiros’

Dois jovens chegam ao serviço de assistência social, na região metropolitana, solicitando passagem para a próxima cidade. Um deles eu já havia atendido em situação de rua na capital. Ele

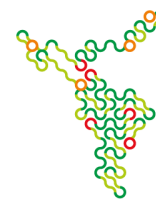


disse que lembrava de mim e que não voltara mais para o território da família, pois sua avó não o queria por perto. O outro rapaz, muito falante disse que o plano deles era chegar ao Beto Carrero e, talvez, uma praia de nudismo. Perguntei se ele era “trecheiro” e ele exclamou: primeira vez que alguém da assistência me entende. Queriam seguir pelas estradas; o plano deles era ir pedindo nos serviços de assistência social das cidades do trecho escolhido, até chegar no destino pretendido. Foi explicado que não havia passagens intermunicipais como eles desejavam. Verifiquei que poderia viabilizar algumas roupas e alimentos prontos, como biscoitos. Eles aceitaram, agradeceram e partiram muito alegres em sua “aventura”. Considero um exemplo de agencia destes jovens na fruição de atividades toleradas na juventude, de se aventurar, de “mochilar”, em que pese a extrema vulnerabilidade da situação de rua. Aqui, temos elementos da cultura e vocabulário da rua, e, sobretudo, usos de uma “aventura” socialmente legitimada, uma experiência de lazer, almejada por jovens de diferentes classes.

Meu nome de menina

A jovem veio como encaminhamento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região. Na época, ainda com identidade masculina, com denuncia de exploração sexual e morando sozinha num barraco na comunidade. Sua mãe falecera e seus familiares voltaram para cidade no interior. Seu pai não o registrara e não aceitava sua orientação sexual. Na visita ao barraco ficamos impressionadas com o cuidado, com a limpeza da casa e com o afeto com seus animais, na época porcos, galinhas e uma cabrita. Relatou que repartia o alimento que conseguia com seus bichinhos. Dizia ter um namorado na comunidade, mas que não assumia, sendo que a mãe dele sempre ajudava com alimentos.

Ao longo do acompanhamento, foi identificada a total vulnerabilidade, mas também suas táticas. Todos os encaminhamentos esbarravam em não ter adulto responsável. Teoricamente, sua guarda estaria com o Estado, mas como evadira do abrigo, fora desligada. Na prática, estava por sua conta e risco. Na busca pela jovem, fomos conversar com a escola do território e descobrimos que não estaria alfabetizada, com dificuldades de aprendizagem, mas com participação nas mobilizações por moradia na comunidade. Ao longo do acompanhamento foi se firmando na identidade feminina, mas quando inserida na escola, optou por usar roupas neutras por segurança. Adotou nome feminino e conquistou identidade com nome social. Quando tudo estava “organizado” com a escola, alguma



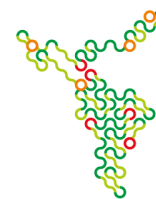
renda e moradia como plano de atendimento, ela se engajou numa ocupação de prédio público na região central e perdemos contato. Mas na sua narrativa do período que ficara fora da rede de proteção pública, identificamos elementos de fruição juvenil (como festas, namorados). Como dizia: “força de festa na CB”.

Reencontrei-a por acaso meses depois na região central em atividade de mendicância. Na hora, abraçou-me, disse estar envergonhada e ter perdido nossos contatos. Então, foi retomado o plano de atendimento, porém ela soube que seu pai estava muito doente e mudou-se para cuidar dele. Retornou para a capital depois, quando fora contemplada com a moradia, mas acabou expulsa pelo tráfico. Não quis fazer boletim de ocorrência à época; foi morar na casa de uma amiga no centro e, em troca, cuidava da casa e dos filhos. Neste período, retomou a escola e o desejo de fazer cirurgia de redesignação de identidade sexual, iniciando atendimento pelo SUS. Atualmente, está morando com a família no interior. Este caso é um bom exemplo do limite das intervenções públicas de proteção e do próprio agenciamento individual. A jovem segue em contato com educadores pelas redes sociais.

Considerações finais

Com vista a uma síntese parcial (e provisória), podemos retornar às contribuições de Martuccelli (2010), e mais especificamente aos suportes produzidos em situação da rua. Contudo, tomemos como ponto de partida uma citação de Paulo Freire que nos parece muito pertinente, dado que as vidas jovens em situação de rua mostram que “eles sobrevivem em lugar de viver e a sobrevivência se dá num determinado contexto por demasiado concreto, do qual há uma parte muito objetiva e visível, que é a rua. Mas há um mundo por trás disso, que gera certos valores, certas crenças, certos fazeres, e a própria forma de sobreviverem” (FREIRE, 1984, p.17).

Nesse cenário, acreditamos que muito do que experienciam os jovens em situação de rua passa pelo enfrentamento da prova estrutural primordial nas sociedades modernas, a garantia da própria existência, do sustentar-se no mundo, levada, então, à condição de sobrevivência e subsistência. Os casos acima o sinalizam na precariedade material e relacional em jogo e, a partir daí, em pelo menos três aspectos associados. Primeiramente, há uma inclinação à manutenção de um conjunto de apoios heterogêneos que criem, em meio à vulnerabilidade, possibilidades de circulação relativamente autônomas. Para considera-lo é preciso observar não só uma ausência e/ou uma fuga em relação aos

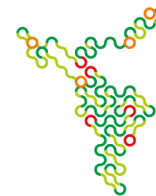


serviços de proteção ofertados, mas uma vinculação tensa ou maleável, combinada com a “gestão” de um campo de possibilidades pouco conhecido por nós.

Em segundo lugar, em decorrência do primeiro, a constatação de que os jovens em situação de rua são atores sociais que exercem regulares agenciamentos, mostrando-se indivíduos cotidianamente ativos na consecução de condições de subsistência. O fato de permanecerem em situação de rua, fragilmente incluídos em programáticas sócio institucionais e, muitas vezes, alheios a modos reconhecidos de participação cidadã, não deveria nos impedir de ponderar a intensidade de sua atuação para se constituírem como indivíduos (para além da sobrevivência). Não raro, as táticas na produção de suportes recorre a laços simbólicos correntes, como a enunciação de práticas na rua como trabalho, a denominação de pares como familiares, etc.

Um terceiro aspecto em tal contexto concerne à qualidade paradoxal dos suportes. De um lado, poderíamos ter em vista que o acesso regular a serviços de proteção pode carregar o signo da estigmatização para indivíduos que, apesar das ênfases que possamos dar à vulnerabilidade social em suas vidas, levam consigo o desejo de certa autonomia e, junto a isto, possivelmente o reconhecimento de si como indivíduo, como aquele capaz de “se virar”, de contornar as adversidades e fazer por si. De outro, os suportes construídos no curso das interações gestadas na rua e entre pares, ainda que pressuponham mais claramente a agência individual, mostram-se um *locus* de movimentos contingentes, cujas contradições precisam ser tomadas em atenção ao possível e necessário. Então, viver com quem agride ou explora é parte de um jogo de possibilidades em que o tempo é ele próprio uma arena de atuação e construção.

Esses aspectos são importantes para considerarmos os processos de individuação em tela. Acreditamos possível uma aproximação da hipótese de Martuccelli (2010) sobre a existência de um hiper-ator no continente latino americano. Considerando, contudo, que a situação de rua não é exclusividade de nossas sociedades, é preciso aqui nos atermos a algumas das características centrais da “individuação agêntica” na compreensão das ações de nossos sujeitos de pesquisa. Os jovens em situação de rua explicitam de maneira contundente a necessidade de agenciamentos para se fazerem indivíduos em relações sociais que não os contém ou acolhe. Também indicam que certa maleabilidade na manutenção de laços sociais e uma capacidade de maximização das possibilidades são acionadas frentes aos desafios. Então, aventamos possível tomarmos em contas as figuras do “jogador assimétrico” e do “oportunista vulnerável” sugeridas por Martuccelli (2010).



A configuração de processos de individuação associados às figuras acima precisa ainda ser analisada junto de uma reflexão sobre a condição juvenil entre pessoas em situação de rua. As condições de moratória social são explicitamente limitadas. Os serviços públicos oferecidos ora se mostram insuficientes, ora são dispostos junto a outros suportes agenciados pelos sujeitos. Estes procuram construir as condições de fruição da condição juvenil, por intermédio do consumo de produtos massificados e de relações sociáveis, ainda que de maneira limitada e/ou precária. Os jovens procuram construir essas possibilidades já que as condições estruturais não as permitem, sinalizando que a existência, mesmo na rua, não se limita à sobrevivência. Neste sentido, uma aproximação ao que a sociedade entende ser “jovem” pode ser uma necessária filiação simbólica, um conjunto de suportes que faça possível se ter como indivíduo, que viabilize a reconstrução do laço social, ainda que inserido numa complexa malha de interdependências produzidas na situação de rua.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
CAMPANHA NACIONAL CRIANÇA NÃO É DE RUA (CONANDA; SNDCA/MDH; CNER).
Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Outubro de 2017.

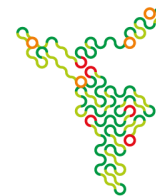
DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola? In: _____. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículo em diálogo**. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 101-134.

FREIRE, Paulo. **Educadores de Rua: uma abordagem crítica**. Bogotá: UNICEF/SAS/FUNABEM, 1989. (Projeto Alternativas de atendimento aos meninos de rua, N.º 1.)

GALEANO, Eduardo. **Livro dos Abraços**. Trad. Eric Nepomuceno. 9ª ed. Porto Alegre: L&PM. 2002. Disponível em <https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/08/GALEANO-O-Livro-dos-Abra%C3%A7os.pdf>. Acesso em 24/05/2020.

MAKARENKO, Anton. **Poema pedagógico**. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2012. Coleção Leste.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. “La juventud es más que una palabra”. In: Margulis, M. (org.). **La juventud es Más Que una Palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30. https://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/mario_margulis-la-juventud-es-mas-que-una-palabra.pdf acesso em 27/12/2019



MARTÍN-BARBERO, J. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, S.; FREIRE FILHO, J. (orgs.). **Culturas juvenis no século XXI**. São Paulo: EDUC, 2008, p. 09-32.

MARTUCCELLI, D. **Cambio de rumbo: la sociedad a escala del individuo**. Santiago: LOM, 2007.

_____. **¿Existen individuos en el Sur?** Santiago: LOM Ediciones, 2010.

_____. La individuación como macrosociología de la sociedad singularista. **Persona y Sociedad**, v. XXIV, n. 03, p. 09-29, 2010b.

_____. Soportes. In: MARTUCCELLI, Danilo. **Gramáticas del individuo**. Buenos Aires: Losada, 2008, p. 37-106.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Pessoas em situação de Rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social**. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. [online]. 2019, vol.19, n.1, pp.82-104. EpubApr 08, 2019. ISSN 1519-6089. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30905>. Acesso em 6 de out. de 2019.